

Sumário

Número de notícias: 50 | Número de veículos: 47

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos com educação podem ser abatidos do Imposto de Renda.....5

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Declaração do IR conjunta ou separada? Veja a melhor opção (Imposto de Renda).....7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Isenção do IR deve ser informação pública, como salário de servidor, diz autor de novo livro
sobre desigualdade9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo revisa meta de 2025 para deficit zero17

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo revê meta e adia ajuste fiscal para próximo presidente19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Equipe econômica reduz meta fiscal e adia o ajuste das contas públicas21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad reduz a meta fiscal e define mínimo de R\$ 1.50222

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste fiscal ficará para o próximo governo25

VALOR ECONÔMICO - SP - RUMO 2024
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Nossa responsabilidade fiscal não é vazia"26

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto da LDO mantém meta de déficit zero para próximo ano29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta de mínimo do próximo ano é R\$ 1.50230

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.502 para o ano que vem31

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo vai a R\$ 1.502 em 2025, com incremento nominal de 6,39%33

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo terá alta real de 2,9% para R\$ 1.50234

Terça-Feira, 16 de Abril de 2024

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo: meta fiscal zero e mínimo de R\$ 1.502 em 2025..... 35

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Impacto nas contas da União será de R\$ 33 bi..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste do mínimo deve custar R\$ 36 bilhões ao governo em 2025..... 38

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo Lula revê trajetória das contas e adia ajuste fiscal..... 39

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo confirma salário mínimo de R\$ 1.502..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira quer fatiar reforma em 4 projetos; Fazenda resiste..... 42

O GLOBO - RJ - ESPECIAL - RUMOS 2024
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária na segunda fase..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Envio de regulamentação da tributária deve ser adiado..... 46

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça tributária aos MEIs tem relatório concluído..... 47

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os impactos da reforma tributária na indústria (Artigo)..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS aciona AGU por 'post' sobre benefício nas redes..... 50

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Benefício gratuito do INSS está 'à venda' nas redes..... 52

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

INSS condenado por demora em reconhecer invalidez (Previdência)..... 53

G1 - NACIONAL - TRABALHO E CARREIRA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS alerta que salário-maternidade pode ser pedido gratuitamente e sem intermediários; veja como..... 55

PORTAL R7 - NACIONAL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS reforça que salário-maternidade pode ser solicitado de graça e sem intermediários..... 57

Terça-Feira, 16 de Abril de 2024

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Texto de lei orçamentária só prevê cortes no INSS e em programa do agro..... 58

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Dinheiro esquecido do PIS já chega a R\$ 21,8 milhões..... 59

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SERVIDOR PÚBLICO

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em março e abril..... 61

O GLOBO - RJ - ESPECIAL - RUMOS 2024
SEGURIDADE SOCIAL

Solução dupla para o mesmo problema..... 62

O GLOBO - RJ - ESPECIAL - RUMOS 2024
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para produzir, não bastam reformas..... 64

VALOR ECONÔMICO - SP - RUMO 2024
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eficiência do país depende de educação e segurança..... 65

VALOR ECONÔMICO - SP - RUMO 2024
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova fase da reforma tributária coloca setores em disputa..... 67

FOLHA ONLINE - SP - INDÚSTRIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inovações da reforma tributária sinalizam conflito, diz ministra do STJ..... 70

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Justiça determina exclusão do PIS/Cofins do cálculo do ICMS..... 72

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Inflação desacelera mais para os mais ricos entre fevereiro e março..... 74

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Inflação de março pesou menos para famílias de renda alta..... 75

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Aumento dos preços pesou menos para famílias com renda elevada..... 76

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pesos desiguais..... 77

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mudanças dificultam trabalho do BC, diz Campos Neto..... 78

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"BC deve estar dividido sobre corte de 0,5 ponto"..... 79

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Gastar melhor é investimento no futuro do País..... 81

Terça-Feira, 16 de Abril de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - RUMO 2024
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os desafios para a retomada dos investimentos 82

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Caiado requer renegociação justa para estados brasileiros 84

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar alcança maior valor desde março de 2023 86

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Fiscal e EUA levam dólar ao maior nível em 1 ano 87

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
ECONOMIA

Dólar tem nova alta com mercado agitado 89

Gastos com educação podem ser abatidos do Imposto de Renda

ELISA VAZ Da Redação

O prazo para a declaração do Imposto de Renda deste ano se encerra no dia 31 de maio, e muitos contribuintes não sabem como informar gastos específicos, como os de educação. A um mês e meio da data limite de entrega, o Grupo Liberal reúne as principais informações referentes a essas despesas.

Contador especialista em **tributos**, Luiz Paulo Guedes explica que, pela legislação atual no Brasil, os contribuintes podem deduzir as despesas com educação ou instrução formal, incluindo ensino infantil, fundamental, médio, técnico e superior - tanto graduação quanto pós-graduação. Isso, segundo ele, engloba todas as instituições educacionais.

Porém, há um limite de gastos que podem ser deduzidos: R\$ 3.561,50 por pessoa. "Por mais que você tenha um gasto com educação de R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, R\$ 6 mil, por exemplo, e mesmo informando isso na declaração do Imposto de Renda, o sistema vai considerar, para fins de dedução, somente R\$ 3.561,50. É o limite estabelecido para declaração, pelas regras do Imposto de Renda", afirma.

DEPENDENTES Esses gastos informados podem ser do próprio contribuinte ou de seus dependentes, de acordo com o contador.

No caso de filhos ou outros dependentes, ele diz que as despesas com educação podem ser incluídas de forma direta, desde que as pessoas estejam devidamente registradas na declaração do contribuinte.

"É crucial que os dados dos dependentes e das despesas deles estejam corretos. O primeiro passo é informar que você tem um dependente, um filho, por exemplo. Depois, você pode incluir os gastos com educação e selecionar a opção de que esse gasto com educação pertence ao dependente", orienta.

Para prestar esses informes, Luiz Paulo Guedes detalha que o contribuinte deve ser o responsável financeiro junto à instituição de ensino.

Caso não seja, a pessoa deve ter em mãos os comprovantes de depósito com o valor exato da mensalidade sendo transferido para o responsável

fazer o pagamento da despesa com educação.

DOCUMENTOS Seja qual for a despesa, o contribuinte deve possuir alguns documentos na hora de fazer a declaração do Imposto de Renda. O contador especialista em **tributos** detalha que existem várias formas de comprovar gastos com educação. O ideal, de acordo com ele, é que a escola ou o estabelecimento de ensino forneça para o contribuinte um informe de rendimento ou uma declaração detalhada com o valor exato de tudo que foi pago.

"É importante que esses documentos tenham o CNPJ da instituição de ensino, além do CPF do aluno e o CPF do responsável financeiro. Caso a **Receita Federal** desconfie desses pagamentos ou verifique que tem um valor elevado de pagamento durante o ano, ela pode colocar a declaração desse contribuinte na malha fiscal e solicitar os comprovantes, por isso é essencial manter essas informações organizadas. Algumas escolas emitem boleto e notas fiscais. Você pode reunir isso", indica.

ERROS Os erros mais comuns que os contribuintes cometem ao fazer a declaração do Imposto de Renda, no que diz respeito a gastos com educação, incluem a prestação de valores pagos em cursos extracurriculares, além de gastos com material escolar e uniformes, que não são dedutíveis, lembra Luiz Paulo Guedes. Entre as modalidades que não oferecem dedução estão cursos de idiomas, de música, de dança, aulas de natação, pré-vestibulares e outros.

Da mesma forma, despesas com material escolar e uniformes também não entram nesta conta são dedutíveis.

"Tem muitos contribuintes que insistem em declarar porque ouviram clientes falarem que sempre declararam e nunca caíram na malha fina. Esse tipo de gasto não é previsto na legislação como gasto dedutível para o Imposto de Renda.

Tem pessoas que insistem em informar na declaração cursos extracurriculares ou material escolar no intuito de reduzir o imposto a pagar ou aumentar imposto a restituir", comenta.

EXTERIOR No caso de gastos com educação no

exterior, como intercâmbios e cursos em escolas internacionais, estes podem ser deduzidos na declaração do Imposto de Renda, desde que o contribuinte tenha certeza de que os gastos se enquadram no critério de dedução com educação e tenha comprovantes. O contador recomenda que o indivíduo procure um profissional de contabilidade habilitado para ajudar nesse processo.

a3a0600ba619a54596ce41ac1d4b8c72.pdf

Saiba qual tipo de declaração é o mais adequado

Há duas formas de fazer a declaração. A simplificada garante um desconto padrão de 20% do total de rendimentos tributáveis, com limite ao valor de R\$ 16.754,34. "Quem faz a declaração simplificada não entra na regra individual do limite por pessoa para garantir o desconto de dedução de gastos com educação; ganha um desconto geral padrão sobre o total de rendimento", explica.

Já quem optar pela declaração completa vai preencher normalmente os gastos com educação e vai ter o direito de deduzir gastos com educação por pessoa limitado a R\$ 3.561,50. O próprio programa da **Receita Federal**, ao preencher as informações do contribuinte e do seu dependente, já faz uma leitura e disponibiliza um painel onde é possível visualizar o que é mais vantajoso: a declaração simplificada ou a completa".

Se o contribuinte fizer prestar informações incorretas quanto aos gastos com educação, corre o risco de cair na malha fina, ou malha fiscal, e de ser convocado pela **Receita Federal** a comprovar os gastos informados. "Se for verificado que você não teve, de fato, aquela despesa, a **Receita Federal** dá um prazo para retificar a informação e devolver o dinheiro (se for o caso de restituição) ou pagar a diferença. E se você perder esse prazo de retificação, pode ser autuado e ter que pagar multa", enfatiza. Com a declaração retida na malha fiscal, o contador ainda lembra que o cidadão pode ter problemas no CPF.

Despesas com educação que podem ser deduzidas
Educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas, para crianças de até cinco anos
Ensino fundamental
Ensino médio
Educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização)
Educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico
Despesas com educação que não podem ser deduzidas
Cursos de idiomas, artes, dança
Atividades esportivas e culturais
Uniforme
Transporte
Material escolar e didático, como a aquisição de notebook, tablet e computador
Fonte: **Receita Federal**

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-

Declaração do IR conjunta ou separada?

Veja a melhor opção (Imposto de Renda)

Quem é casado ou tem uma união estável há mais de cinco anos pode optar por entregar a declaração de forma conjunta ou separada no Imposto de Renda 2024 .

A escolha é feita pelo casal, mas é necessário que ao menos um deles não seja obrigado a declarar . Caso os dois se enquadrem em alguma das condições de obrigatoriedade, o envio ao fisco deve ser realizado de forma separada.

O prazo de envio da declaração do Imposto de Renda começou em 15 de março e vai até 31 de maio. Quem atrasar, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido.

A condição mais comum de obrigatoriedade é o contribuinte superar R\$ 30.639,90 de rendimentos tributáveis no ano, o que dá R\$ 2.553,33 por mês. Salário, aposentadoria e pensão são alguns dos exemplos desses rendimentos. Veja abaixo outras condições de declaração obrigatória do IR.

Se o casal tem apenas uma das pessoas obrigada a enviar os dados ao fisco, ela será a titular da declaração conjunta, caso seja essa a opção feita. O outro cônjuge será o dependente.

Uma das vantagens dessa alternativa é a dedução de R\$ 2.275,08 permitida para cada dependente na base de cálculo para o imposto devido.

Outro ponto que pode ajudar o contribuinte a diminuir o imposto a ser pago ou aumentar a restituição é a possibilidade de incluir todas as despesas dedutíveis do casal, como os gastos com saúde , educação e previdência privada , em uma única declaração.

Porém, o envio conjunto dos dados obriga que todas as informações de ganhos também constem nessa declaração. São os casos dos rendimentos obtidos pelo casal em 2023 -ano-base do IR- bens, contas bancárias, investimentos , pagamentos e dívidas, o que pode aumentar a base de cálculo do imposto.

No ano passado, a omissão de rendimentos foi o segundo motivo que mais causou malha fina, com 27,06%. "Nesse item, o dependente é o campeão, pois as pessoas lançam os dependentes e não informam o que elas ganharam durante o ano", afirma Richard

Domingos, diretor-executivo da Confirp Contabilidade.

Outro cuidado a ser tomado é verificar se os comprovantes de despesas dos dependentes estão no nome do dependente, mesmo que tenha sido o titular quem pagou o gasto.

"As pessoas colocam tudo no nome do titular, mas é preciso colocar em fichas separadas o que for do titular e o que for do dependente", diz Dilma Rodrigues, sócia da Attend Contabilidade.

Para decidir a melhor forma, o casal deve fazer uma simulação, que pode ser realizada no próprio programa da Receita incluindo ou retirando os dados envolvendo o dependente.

O titular será a pessoa obrigada a declarar o Imposto de Renda. Nesta declaração, o cônjuge será incluído como dependente.

Vá na ficha Dependentes, clique em Novo e selecione o código 11 [companheiro(a) com o(a) qual o(a) contribuinte tenha filho ou viva há mais de 5 (cinco) anos, ou cônjuge] em tipo de dependente

Informe o nome, CPF, data de nascimento, email e telefone do dependente, e responda se o dependente mora com o titular da declaração

Depois disso, é preciso declarar em cada ficha o que pertence ao titular e ao dependente. Em todas elas, há a opção para selecionar se é do titular ou do dependente.

Nos casos de bens em conjunto, informe em Discriminação quem é o dono do bem e também os dados do cônjuge com participação no bem

A declaração conjunta pode ser feita por casais heterossexuais e homossexuais, por quem tem união estável há pelo menos cinco anos, ou por quem tem um filho em comum.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o

contribuinte que:

opcao.shtml

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/declaracao-do-ir-conjunta-ou-separada-veja-a-melhor->

Isenção do IR deve ser informação pública, como salário de servidor, diz autor de novo livro sobre desigualdade

Se qualquer um pode ver o salário de cada servidor público ou os valores recebidos por beneficiários do Bolsa Família - ambos nominalmente - no Portal da Transparência do governo federal, por que não é possível ver o quanto alguém está sendo isentado de pagar **impostos**, ou pelo menos saber a alíquota efetiva que um grande empresário ou um artista está pagando?

A provocação é do economista Pedro Fernando Nery, em seu novo livro *Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil*, que chega às livrarias nesta terça-feira (16/4) pela Zahar/Companhia das Letras.

No livro, Nery visita oito destinos do Brasil que marcam extremos de desigualdade e discute reformas possíveis para mudar esse quadro.

Por que o sigilo fiscal de alguém muito rico é tão mais valioso do que a privacidade de uma dona de casa na periferia de São Paulo, por exemplo?, questiona Nery, em entrevista à BBC News Brasil.

Uma parte fundamental dessa questão da tributação da renda é conseguirmos aplicar os princípios da Lei de Acesso à Informação, que já vale para a despesa [direta do governo], também para a despesa indireta. Quer dizer, para todas as isenções e benefícios [tributários].

Para o economista, ampliar o acesso à informação seria uma forma de reduzir resistências para a realização de reformas difíceis - como a aguardada reforma do Imposto de Renda (IR), que deve aumentar a taxação dos mais ricos, tornando o tributo mais progressivo (ou seja, fazendo quem tem mais pagar mais).

Em março, o governo adiou o envio da proposta de reforma do IR ao Congresso, gerando o temor de que ela possa ser deixada de lado.

Consultor legislativo do Senado de carreira, e atualmente diretor de Assuntos Econômicos e Sociais da Vice-Presidência da República, trabalhando na equipe de Geraldo Alckmin, Nery considera o

adiamento justificável, devido ao ano de eleições municipais e à necessidade de regulamentação da **reforma tributária** do consumo.

Não podemos correr o risco de ter uma reforma da renda como aquela que foi discutida no Congresso no governo anterior, que estava, segundo muitos especialistas, saindo pior do que entrou, diz, citando a proposta de reforma apresentada pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, que não prosperou.

Num momento em que o governo federal cancela eventos para comemorar os 60 anos do golpe de 1964 para não desagradar os militares, Nery defende uma outra reforma polêmica: a da Previdência das Forças Armadas.

Gastamos com pensão de inatividade militar algo como R\$ 50 bilhões por ano, diz.

Se olharmos para o orçamento pré-pandemia do Bolsa Família, que estava ao redor de R\$ 30 bilhões, vemos que gastávamos quase o dobro com proteção à renda das famílias militares, do que com proteção à renda das famílias pobres, argumenta.

Entusiasta da expansão do Bolsa Família - cujo orçamento chegou a inéditos R\$ 170 bilhões em 2024 -, Nery acredita que é preciso agora dar o próximo passo.

Ele defende a criação de um Benefício Universal Infantil, para todas as crianças do país, sejam elas ricas ou pobres.

O modelo tem sido tema de estudos diversos do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) nos últimos anos, e é adotado em países que são exemplo de igualitarismo, como a Finlândia.

A universalização faz sentido em um país como o Brasil, em que os mais ricos já recebem um benefício do governo, que é o benefício por dedução do Imposto de Renda, afirma.

Estamos falando de um modelo em que os mais ricos não receberiam mais do que já recebem, mas grupos

intermediários e pobres receberiam mais do que hoje.

Economista liberal de formação - doutrina que rejeita o intervencionismo do Estado na economia -, mas atualmente parte de um governo de esquerda, Nery acredita que a desigualdade é um tema que pode ajudar a criar consensos num país polarizado.

No Brasil, temos uma tradição de ter um apoio multipartidário para esses temas, afirma.

Veja, por exemplo, na ampliação do Bolsa Família ou no Auxílio Emergencial, que foram temas consensuais no Congresso, mesmo com toda a polarização.

Ele, no entanto, evita se posicionar no espectro político.

Eu me acostumei tanto a trabalhar para esquerda e para a direita no Senado, e a ser xingado pelos dois lados quando eu era colunista no Estadão, que não me preocupo tanto com isso, desconversa.

Dependendo do que eu escrevia no jornal, me chamavam de liberal planilheiro ou de comunista maconheiro. Então o que me motiva é olhar a ciência, a realidade, a experiência internacional e não pensar tanto em ideologia. Até porque, às vezes, isso divide mais do que conquista.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC News Brasil - No seu livro, você conduz o leitor por oito locais do Brasil que marcam extremos de desigualdade e descreve-os como lugares que tecnocratas como eu somente imaginam a partir de dados do IBGE. Qual desses oito locais que você visitou te impressionou mais e por quê?

Pedro Fernando Nery - O que mais me impressionou foi a realidade de Ipixuna [município no sudoeste do Amazonas, às margens do rio Juruá e ao sul do Vale do Javari].

É o lugar menos desenvolvido do Brasil, mas ele impressiona mesmo pelo isolamento geográfico. É um lugar de muito difícil acesso.

Ao mesmo tempo, temos falado tanto de mudança climática, de conservação, e acredito que ainda não amadurecemos o debate sobre trazer soluções viáveis para essas populações que moram no interior da Amazônia.

Algo que discuto no livro é a possibilidade de ampliar transferências de renda, que é algo que me parece mais factível do que tentar desenvolver alguma atividade econômica que seja compatível com a

preservação da floresta, diante dessa escassez de infraestrutura.

Estamos falando de cidades que não estão ligadas por terra a nenhum outro lugar. Que só podem ser acessadas por rio ou pelo céu. E com dificuldades específicas para esse acesso em cada época do ano.

Então, penso que precisamos olhar com mais carinho e com mais realismo para essa realidade da pobreza na Amazônia.

BBC News Brasil - No livro, você enfatiza a solução da transferência de renda, do tipo Bolsa Floresta [atualmente Guardiões da Floresta, programa do governo do Amazonas que paga R\$ 100 por família para 15 mil famílias que moram em unidades de conservação]. Como compatibilizar isso com o desejo das pessoas que vivem na região amazônica de trabalhar?

Nery - Penso que a transferência de renda, além de aliviar a pobreza, fomenta o consumo e o próprio mercado local.

Mas acredito que tem talvez uma bola quicando aí, uma solução possível, que é investirmos mais em economia de serviços, que tem uma pegada ambiental baixa e não depende tanto de infraestrutura, de escoamento, quanto a indústria, o agro e a mineração.

Então acredito que essas novidades que estão surgindo em relação à telecomunicação, à internet, a Starlink [serviço de internet por satélite oferecido por empresa do bilionário Elon Musk], são soluções que temos que considerar.

Nas grandes cidades, o que queremos para os nossos filhos é que eles sejam médicos ou outras profissões ligadas ao setor de serviços.

Então acredito que podemos perder o que a gente chama no jargão de fetiche da mercadoria e pensar mais em economia de serviços como uma solução que compatibilize preservação ambiental e o desejo por inclusão produtiva que você mencionou.

BBC News Brasil - Ao longo da sua jornada, você apresenta uma série de reformas que podem tornar o Brasil mais igualitário, sendo a primeira delas a reforma do Imposto de Renda, que nos cálculos do Ipea pode gerar ganhos de até R\$ 120 bilhões por ano. No entanto, em março, o governo federal decidiu adiar o envio dessa reforma ao Congresso. Como você avalia esse adiamento?

Nery - Acredito que o presidente Lula colocou de uma

forma inequívoca, ainda nas eleições, o imperativo de colocar o pobre no Orçamento e o rico no Imposto de Renda.

Isso foi feito já no primeiro ano de governo, com a restrição a Juros sobre Capital Próprio [modalidade de distribuição de lucros que permitia às empresas pagar menos **impostos**], a taxação dos fundos fechados e offshore e a mudança de regras para letras de crédito.

Mas, de fato, ainda precisamos de uma reforma mais ampla da tributação da renda.

Por esse ser um ano de eleição municipal e ainda termos como prioridade a regulamentação da **reforma tributária** do consumo, através de projetos de lei complementar, me parece que o adiamento faz sentido.

Porque não podemos correr o risco de ter uma reforma da renda como aquela que foi discutida no Congresso no governo anterior, que estava, segundo muitos especialistas, saindo pior do que entrou.

Então acredito que, para chegar no Congresso com uma proposta mais madura, e também não tumultuar a regulamentação da **reforma tributária** do consumo, faz sentido o adiamento.

Mas acredito que há um compromisso muito claro do presidente, que fica evidente nesse slogan pobre no Orçamento, rico no Imposto de Renda.

BBC News Brasil - Mas há o risco de a reforma do Imposto de Renda não sair no governo atual? E como você vê essa possibilidade, seria algo muito ruim?

Nery - Eu sinceramente não vejo isso acontecendo e espero que não aconteça.

Claro que não tenho procuração para falar em nome do governo, mas acredito que existe um compromisso muito claro de trazer esse tema.

E, de fato, em termos de combate à desigualdade, [o governo] ficaria devendo [sem uma reforma do Imposto de Renda].

A gente teve uma ampliação importante do Bolsa Família nesse governo, que basicamente quintuplicou o orçamento, o que deve estar tendo um impacto intergeracional tremendo neste momento. Mas temos que lutar para conseguir olhar sim para o lado da arrecadação.

E eu penso que, por parte do próprio Parlamento, existe abertura para esse tema da tributação da renda. Se olharmos que já houve inclusive o envio de um

projeto de reforma do IR] no governo anterior, com embates públicos do ministro [da Economia do governo Bolsonaro] Paulo Guedes.

Vemos que existe alguma convergência nesse ambiente tão polarizado quanto a essa necessidade de que os ricos paguem mais imposto.

BBC News Brasil - Ainda no tema da renda, no mês passado o economista francês Gabriel Zucman - um grande defensor da tributação de grandes riquezas - esteve no Brasil a convite do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A passagem dele pelo país causou burburinho entre economistas brasileiros, devido a um acordo fechado com a **Receita Federal** para acesso a dados para pesquisa. Qual a importância dos dados da Receita para os estudos sobre desigualdade e como você viu as críticas ao acordo entre o órgão e um pesquisador estrangeiro?

Nery - Os dados são fundamentais. Eu não conheço os detalhes desse acordo do professor Zucman com a Receita, mas algo que defendo no livro, que talvez até pareça radical para alguns leitores, é que deveríamos ter uma transparência muito maior dos dados da Receita.

E não digo isso só em relação a acadêmicos, digo em relação à sociedade civil como um todo.

Veja, se você entrar agora no Portal da Transparência, você vai encontrar [os dados de] uma mãe beneficiária do Bolsa Família lá.

Com um clique, você vê todos os valores que ela já recebeu, pode ver se o valor que ela recebe por dependente aumentou num determinado mês, o que indica que ela teve um novo filho.

E tem até um botão, que já aparece logo abaixo, que permite que você denuncie o possível recebimento ilegal do benefício, que às vezes foi de, sei lá, R\$ 100.

Então, se eu consigo, em poucos segundos, saber quanto uma pessoa recebe de valores quase irrisórios do governo, eu deveria ter um tipo de transparência equivalente para a pessoa que recebe do governo valores muito maiores, mas recebe indiretamente por meio do sistema tributário.

Então uma provocação que faço no livro é que, se é possível ver a remuneração dos **servidores públicos** no Portal da Transparência, por que eu não posso ver o quanto alguém está sendo isentado de pagar **impostos**, ou pelo menos saber a alíquota efetiva que um grande empresário ou um artista está pagando?

Acho que isso fomentaria o debate e, em termos da

lógica jurídica, não vejo muita diferença.

Por que o sigilo fiscal de alguém muito rico é tão mais valioso do que a privacidade de uma dona de casa na periferia de São Paulo, por exemplo?

Acredito que uma parte fundamental dessa questão da tributação da renda é conseguirmos aplicar os princípios da Lei de Acesso à Informação, que já vale para a despesa, também para a despesa indireta. Quer dizer, para todas as isenções e benefícios [tributários].

BBC News Brasil - Mas, especificamente sobre as críticas ao acordo Receita-Zucman, você acredita que os economistas brasileiros têm um ponto, de quererem também ter acesso a esses dados?

Nery - Francamente, acho que sim. Os pesquisadores brasileiros deveriam ter o mesmo nível de acesso que um pesquisador estrangeiro. Sem saber detalhes da polêmica, eu acho que isonomia faz todo sentido.

BBC News Brasil - Outra mudança defendida no livro é a continuidade da reforma da Previdência e você destaca particularmente que uma lacuna da reforma de 2019 diz respeito às Forças Armadas. Quais são hoje os principais problemas na Previdência dos militares e por que isso afeta a desigualdade do país?

Nery - Afeta porque consome uma parte muito relevante do gasto. Gastamos com pensão de inatividade militar algo como R\$ 50 bilhões [por ano].

Se olharmos para o orçamento pré-pandemia do Bolsa Família, que estava ao redor de R\$ 30 bilhões, vemos que gastávamos quase o dobro com proteção à renda das famílias militares, do que com proteção à renda das famílias pobres.

Então isso é uma questão já de desigualdade na apropriação dos recursos. E existe uma questão, acho que mais evidente, que é a desigualdade no acesso aos benefícios.

Temos a história da pensão por morte ficta, que é aquela quando o militar comete alguma transgressão, é expulso, e ele perde direito à pensão de aposentadoria.

Mas, se ele for casado, a mulher dele tem direito à pensão. Fica equiparada a expulsão à morte dele. Isso não existe em nenhum outro lugar.

Ou o próprio valor da pensão por morte para os servidores [militares].

Para o pessoal do INSS, temos aquele cálculo

proporcional, que foi tão polêmico desde 2015, de 60% do benefício, mais 10% por dependente. Enquanto os militares continuam tendo 100%.

Então, esse é um caso em que vemos uma desigualdade mais evidente, um tratamento mais vantajoso [para os militares].

BBC News Brasil - E você vê espaço para uma reforma mais ampla da Previdência das Forças Armadas em algum futuro próximo, sendo que o governo federal desistiu até de promover cerimônias para comemorar os 60 anos do golpe de 1964 para não desagradar os militares?

Nery - Eu acredito que existe espaço no Parlamento, principalmente se fizermos esse debate com serenidade, sem nenhum desejo de revanche, nem nada assim.

Se olharmos para o que foi feito em 2019 na reforma [da Previdência] dos militares, algumas coisas boas foram feitas.

O tempo mínimo de serviço foi elevado, de 30 para 35 anos. Passou a haver tributação das pensionistas, que não existia.

A alíquota de contribuição foi aumentada em quase 30%. As idades de limite para aposentadoria em cada patente foram ampliadas.

Então acho que existe algum espaço para diálogo, para tratar desse sistema de uma maneira que seja justa e não como algum tipo de retaliação por uma associação maior de parte das Forças a um determinado grupo político.

Acredito que é uma questão que dá para ser olhada com tranquilidade.

BBC News Brasil - Você destacou que o Bolsa Família atingiu um orçamento sem precedentes neste terceiro governo Lula. São quase R\$ 170 bilhões, ante cerca de R\$ 30 bilhões antes da pandemia. Na sua avaliação, esse orçamento é sustentável à frente? E como conciliar esse valor já elevado com outras demandas, como o reajuste periódico do benefício pela inflação?

Nery - Eu acho que ele deveria ser sustentável e, por mim, poderia ser até maior.

Considerando que a despesa total [do governo] está em cerca de R\$ 2 trilhões, estamos falando de um Super Bolsa Família que ainda não consome 10% do Orçamento federal e não consome nem 2% do PIB do país.

Então, para um programa tão discutido, que já foi tão polêmico, é importante trazermos essa realidade.

Agora, de fato a questão do desenho é um desafio. E é algo que eu discuto no livro, que deveríamos mirar numa proteção mais universal para a infância, caminhar no sentido de uma renda universal [infantil].

O governo tem feito ajustes importantes em combater aquele excesso que houve [no acesso ao Bolsa Família] no governo anterior, em relação às famílias unipessoais, formadas por uma só pessoa.

Mas penso que talvez devêssemos ser mais ambiciosos e ter um Bolsa Família para todas as crianças, um Benefício Universal Infantil, como tantos países desenvolvidos têm.

E como a gente poderia ter, principalmente quando levamos em conta que muitas crianças que não recebem Bolsa Família estão na metade mais pobre da população

Acho que é importante lembrarmos disso: ainda tem muita gente fora do Bolsa Família, frequentemente famílias que não são cronicamente pobres, mas que num mês está tudo bem, no próximo acontece uma tragédia ambiental, um acidente, uma doença, que podem jogar elas para a pobreza.

BBC News Brasil - Você pode explicar melhor o que é e como poderia funcionar esse Benefício Universal Infantil? Ele seria um substituto ao Bolsa Família ou algo que existiria em paralelo?

Nery - O Benefício Universal Infantil é uma ideia relativamente simples.

É a ideia de que toda criança merece proteção estatal, porque as famílias com crianças são mais vulneráveis à pobreza. Fundamentalmente, pela necessidade de ter um cuidador que vai estar, pelo menos parcialmente, fora do mercado de trabalho, ou com uma carga horária reduzida.

No mundo todo, famílias com crianças são mais vulneráveis à pobreza.

E a universalização faz sentido em um país como o Brasil, em que os mais ricos já recebem um benefício do governo, que é o benefício por dedução do Imposto de Renda.

Então estamos falando de um modelo em que os mais ricos não receberiam mais do que já recebem, mas grupos intermediários e pobres receberiam mais do que hoje.

E não vejo como uma substituição do Bolsa Família, é mais como uma ampliação. Não deixaríamos de proteger famílias sem crianças, mas priorizaríamos famílias com crianças.

Em muitos países é assim. Há uma assistência social em que as famílias com crianças recebem uma prioridade maior, sem que isso implique que não vá existir aposentadoria ou benefício para as famílias pobres sem crianças.

BBC News Brasil - Um estudo do Made-USP estima que o Novo Bolsa Família deve ter retirado quase 11 milhões da pobreza em 2023, uma redução sem precedentes. Mas esse mesmo estudo mostra que 71% dos ainda pobres são pretos e pardos. Me chamou a atenção que, no seu livro, apesar de mencionar bastante as desigualdades de gênero e raça, você se concentra em reformas para a totalidade da população e pouco em políticas específicas para os grupos vulnerabilizados. Isso é suficiente para reduzir a desigualdade racial, que talvez seja uma das mais graves do país?

Nery - Eu acredito que muitas políticas que são mais universais acabam atingindo mais a população parda e preta. Um exemplo é creche, outro é transferência de renda, como o Bolsa Família.

Então acredito que às vezes não é tão necessária uma política específica, porque os pretos e pardos correspondem à maior parte de um grupo vulnerável atingido por uma política mais universal, sem a gente ter a criação de algum estigma em relação a esse grupo.

Então a própria ideia do benefício da renda universal infantil é muito discutida nesses moldes - um benefício que é recebido por todos, embora tenha benefício maior sobre os mais pobres.

Será que isso não é melhor do ponto de vista da formação de uma coalizão política na sociedade capaz de garantir a sustentação e a ampliação desse benefício? E também no sentido de combater estigmas e preconceitos?

Então esse é um pouco da discussão que se coloca quando a gente propõe uma política pública que não é nominalmente voltada apenas para um grupo de maior desvantagem, sejam mulheres ou negros.

BBC News Brasil - Mas o fato de que, mesmo com todas as políticas que temos hoje, os pretos e pardos continuarem sobrerrepresentados na população mais pobre não sugere que talvez seja preciso mais? Que sejam necessárias políticas mais focadas?

Nery - A própria ampliação do Bolsa da Família atingiu muito mulheres, mães solo, pretos, pardos, jovens e crianças, sem a gente ter falado assim: Olha, isso aqui é para a mulher negra . O Auxílio Emergencial, a mesma coisa.

De certa forma, isso foge um pouco da expertise [competência de especialista] dos economistas e vai mais para uma expertise de comunicação ou de política.

O auxílio emergencial, como o próprio Made-USP mostra, beneficiou majoritariamente mulheres negras, sem que isso tenha sido tanto levantado no debate e talvez, sinceramente, sem que o próprio governo anterior tenha percebido.

Então, acredito que é uma questão que, de certa forma, foge do meu conhecimento, se é melhor falarmos claramente sobre os grupos que mais se beneficiarão ou se, em busca de um consenso maior, a gente não toca necessariamente nessa questão.

Sinceramente, eu não sei.

BBC News Brasil - Muitas das reformas que você defende para reduzir a desigualdade são parte da agenda liberal clássica: reforma da Previdência, da administração pública, uma legislação trabalhista mais flexível. São agendas que são percebidas por parte da população como de perda de direitos. Muitas vezes, os liberais defendiam essas reformas com argumentos fiscalistas [de equilíbrio das contas públicas], que têm pouco apelo para a população em geral. Sua opção por apresentá-las como parte de uma agenda de combate à desigualdade é uma forma de tentar tornar essas reformas impopulares mais sexys?

Nery - Você tocou num ponto essencial. Um desejo que eu tenho é que, discutindo desigualdade, a gente consiga quebrar algumas polarizações e colocar a bola no chão.

Então, em alguns momentos do livro, eu imagino que eu esteja tentando convencer um leitor que é mais à direita. Por exemplo, quando eu falo de tributação da renda ou da importância da desigualdade para o crescimento do **PIB** .

Em outros momentos, eu sinto que estou tentando convencer mais um leitor à esquerda. Por exemplo, quando tento lembrar que, em muitos países, foram governos de esquerda que falaram de flexibilização ou de redução da tributação no mercado de trabalho.

Então uma coisa que eu queria é que esse não fosse um livro nichado. Nem só da esquerda, porque trata da

desigualdade, nem da direita, porque fala de reformas liberais.

Eu queria que a gente olhasse mais para a ciência, para a experiência internacional, e fugisse um pouco dessa polarização, que é um pouco o meu background por ter trabalhado no Congresso [como assessor legislativo do Senado Federal].

Lá, de manhã você trabalha para um senador de esquerda, de tarde, para um senador de direita. E você vê que todo mundo tem vontade de acertar, de ter um país melhor e mais justo. Então eu acho que o livro tem essa característica.

BBC News Brasil - Então você acredita que a desigualdade pode ser um tema comum entre os dois lados do espectro político, pode ajudar a criar consensos, é isso?

Nery - Acho que sim. No Brasil, temos uma tradição de ter um apoio multipartidário para esses temas. Veja, por exemplo, na ampliação do Bolsa Família ou no Auxílio Emergencial, que foram temas consensuais no Congresso, mesmo com toda a polarização dos últimos anos.

Historicamente, há coisas que são até intrigantes. Por exemplo, o Fundo de Erradicação da Pobreza foi uma criação do ex-senador Antônio Carlos Magalhães, um bastião do PFL [hoje Democratas, um partido tradicionalmente de direita].

E se a gente olha a nossa Constituição, ela tem um compromisso muito claro com a erradicação da pobreza e redução das desigualdades.

Então acredito que existe espaço para explorar algum entendimento comum de que é importante reduzir a desigualdade.

Pode ser que cada reforma tenha divergências entre esquerda e direita, acho que isso é natural. Mas não podemos desistir de buscar a convergência, e eu penso que temos feito isso bem no Brasil nos últimos anos.

Basta lembrar que tivemos uma reforma do Imposto de Renda pautada pelo ministro Paulo Guedes. Temos o governo do presidente Lula mantendo reformas importantes feitas pelos governos **Temer** e Bolsonaro, como a da Previdência e a trabalhista.

Tivemos uma ampliação do Bolsa Família, primeiro como Auxílio Emergencial, depois como Auxílio Brasil, num governo cujo presidente repudiava o programa.

Há poucos anos, quando comecei a escrever o livro, lá

em 2020, eu não imaginaria que a gente teria pautado a reforma do Imposto de Renda como está sendo feito.

Que a gente passaria uma **reforma tributária**, que o orçamento do Bolsa Família seria tão ampliado, tudo com maiorias largas no Congresso, e sem demonstrações muito grandes de resistência na sociedade.

Então a desigualdade no Brasil cai lentamente, mas existe espaço para otimismo e para uma convergência.

BBC News Brasil - Nos últimos anos, temos visto cada vez mais economistas liberais tomando parte no debate nacional sobre desigualdade. Temos você, Armínio Fraga, Ricardo Paes de Barros e tantos outros tratando desse tema. Na sua avaliação, por que os liberais brasileiros têm se dedicado cada vez mais a essa pauta que talvez antes fosse percebida mais como uma agenda da esquerda?

Nery - É uma boa pergunta. Eu não sei, talvez por influência do debate externo que veio com o [economista francês Thomas] Piketty. Ou do debate americano.

Mas essa realmente é uma boa provocação, que eu não saberia responder.

Não sei também o quanto disso vem de termos superado outros temas. Quer dizer, sempre temos a preocupação fiscal, mas ela já não é tão grande quanto era alguns anos atrás, em que falávamos tanto de grau de investimento e outras coisas.

Mas você tem razão que existe um carinho maior pelo tema do que existia antes, talvez pelas próprias evidências que têm saído e que coloco também no livro, de que desigualdade importa para a democracia, importa para o crescimento econômico e por isso não pode ser considerada como algo alheio ao debate sobre consolidação da democracia ou sobre medidas para o crescimento econômico.

BBC News Brasil - Em que lugar você se coloca no espectro político brasileiro, sendo um economista liberal, mas que trabalha atualmente para um governo do PT?

Nery - Eu me acostumei tanto a trabalhar para esquerda e para a direita no Senado, e a ser xingado pelos dois lados quando eu era colunista no Estadão, que não me preocupo tanto com isso.

De fato, eu participo de um governo que é de frente ampla, que vai da ministra Sônia Guajajara [do Ministério dos Povos Indígenas e do Psol] ao ministro

André Fufuca [do Ministério do Esporte e filiado ao Progressistas], mas que é liderado pelo presidente Lula.

E participo com entusiasmo e com vontade de defender as medidas que estão sendo tomadas.

Mas, sinceramente, eu não saberia me colocar. Quando me perguntam isso, tem uma rima que eu gosto de dizer que é que, dependendo do que eu escrevia no jornal, me chamavam de liberal planilheiro ou de comunista maconheiro.

Então o que me motiva mais é olhar a ciência, a realidade, a experiência internacional e não pensar tanto em ideologia. Até porque, às vezes, isso divide mais do que conquista.

BBC News Brasil - Estando dentro do governo, como você vê a queda de popularidade do presidente Lula, apesar do bom momento que vive a economia? Muitos analistas creditam isso à **inflação** de alimentos ainda resistente e que afeta particularmente os mais pobres. Você concorda com essa avaliação?

Nery - Eu não conheço essa avaliação. Mas outro dia estava vendo uma discussão sobre os Estados Unidos, que poderia ser importada para cá.

Porque parece que, tanto para os EUA, quanto para o Brasil, isso está acontecendo. É o que o pessoal chama de good numbers and bad vibes [bons números e más vibrações].

Você tem ali o presidente [Joe] Biden com um desemprego na mínima histórica para mulheres e negros, além da economia crescendo, e a **inflação** cadente. Mas tem um presidente em grave ameaça de perder sua reeleição.

E eu penso que esse é um tema que vai continuar sendo discutido também no Brasil nos próximos anos. Há uma divergência nos padrões históricos entre medidas de prosperidade econômica e medidas de popularidade.

O governo [Lula] tem desemprego baixo, **inflação** baixa. Como você mencionou, deve poder reportar em breve taxas historicamente baixas de pobreza e de extrema pobreza.

Mas uma certa polarização parece impedir que esses resultados tenham uma consequência em termos de popularidade como tinham no passado.

É um tema novo, que diz respeito também aos sociólogos e aos cientistas políticos, e que vai continuar nos interessando nos próximos anos.

8768-isencao-do-ir-deve-ser-informacao-publica-como-salario-de-servidor-diz-autor-de-novo-livro-sobre-desigualdade.html

Somos de uma geração que cresceu imaginando que a economia decidia a política e hoje parece que não é bem assim.

BBC News Brasil - Por fim, você termina seu livro - e desculpe desde já o spoiler para quem ainda não leu - num tom otimista, dizendo que há caminhos para o nosso país". O que te leva a ser otimista?

Nery - Se olharmos com carinho para o que o Brasil conquistou, temos razão para ser otimistas. Nos últimos anos, temos falado muito sobre democracia.

Há setores da sociedade com um certo saudosismo do regime militar e que acreditam na ideia de que a democracia não traz crescimento econômico.

Mas reduzimos o analfabetismo em 80% sob a democracia. Dobramos os anos de estudo. A pobreza foi reduzida à metade e a extrema pobreza foi reduzida a um terço do que era.

A mortalidade infantil despencou, a expectativa de vida aumentou em dez anos.

Pensando do ponto de vista de um economista, se há dez anos alguém falasse que a gente teria feito **reforma tributária**, reforma da Previdência, modificações no mercado de trabalho, a super ampliação do Bolsa Família, eu acho que haveria ceticismo.

Então, mesmo quando eu vejo o que mudou desde quando eu comecei a escrever o livro - a mudança do Bolsa Família, os avanços na tributação da renda -, em pouco espaço de tempo, vejo que coisas mudaram.

Então eu vejo que, de uma forma que talvez não apreciemos sempre, e que talvez seja mais lenta do gostaríamos, a democracia tem trazido resultados positivos no combate à desigualdade.

O Brasil é um país melhor do que era antes. E eu acredito que essa é uma mensagem importante, não só para quem está no serviço público, trabalhando com política pública, mas para qualquer um quer se engajar, seja no terceiro setor, seja como eleitor, etc.

As coisas podem melhorar, elas têm melhorado. E quando olhamos com parcimônia os dados, com tranquilidade, vemos que, por trás dessa realidade que às vezes parece tão caótica, têm coisas muito boas acontecendo.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2024/04/683>

Governo revisa meta de 2025 para deficit zero

» ROSANA HESSEL / » RAFAELA GONÇALVES (Com Rosana Hessel)

A equipe econômica do governo federal enviou, ontem, ao Congresso, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 com parâmetros otimistas para a economia e para os juros, além de apresentar novas metas fiscais - piorando as previsões para as contas públicas. O alvo para o próximo ano foi reduzido de um superavit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para zero.

No caso de 2026, a meta caiu de 1% para 0,25%.

O PLDO não agradou os especialistas.

Isso porque aumentou a preocupação com os riscos de o novo Arcabouço Fiscal ruir com menos de um ano de vigência.

Além disso, temem que a promessa do compromisso com o equilíbrio fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fique somente no discurso.

Os detalhes do PLDO foram apresentados por técnicos dos ministérios do Planejamento e Orçamento e da Fazenda. Mas eles não conseguiram explicar o porquê das mudanças - que pioram os resultados primários nos próximos anos, indo na contramão da consolidação fiscal.

Pelas novas projeções, as contas do governo central (que incluem Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) devem voltar ao azul apenas em 2026, e não mais no ano que vem. A princípio, as receitas estão superestimadas e os parâmetros estão "otimistas" - como uma taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,75% ao ano, recuando para algo em torno de 7% a.a nos próximos anos, quando a menor previsão do mercado aponta para 8,5% de 2025 a 2027.

Neste ano, a meta fiscal prevista no arcabouço fiscal aprovado pelo Congresso, no ano passado, é de deficit primário zero, mas permite um rombo de até 0,25% do **PIB** - quase R\$ 29 bilhões. Para 2025, o PLDO prevê essa mesma meta em vez do superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de 0,5%, conforme estipulado no Arcabouço Fiscal.

Para garantir o saldo positivo de 1% do **PIB**, então previsto em 2026, a equipe econômica incluiu um quarto ano na previsão (2028). Trata-se de algo incomum nos PLDOs.

"Algumas premissas dos parâmetros do Orçamento são muito inconsistentes. Acho a **inflação** de 3%, nos próximos anos, pouco provável e a curva esperada de juros bem otimista: a dívida pública bruta ainda vai crescer mais dos níveis atuais, de 75% do **PIB**, e deve superar 80% entre 2024 e 2025", destacou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

Dúvidas O especialista em contas públicas Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, também demonstrou desconfiança nos parâmetros do PLDO de 2025, especialmente sobre o crescimento de 10%. Segundo ele, com a mudança da meta fiscal, o governo só conseguirá voltar a registrar superavit primário a partir de 2032.

"É muito grave o PLDO de 2025. Com o abatimento de 0,32 ponto percentual do **PIB** de precatórios excedentes ao antigo limite constitucional, o centro da meta (zero) seria cumprida com um deficit primário de 0,32% do **PIB**", resumiu Salto.

Além de prever um resultado primário ruim, a equipe econômica não incluiu na conta do PLDO de 2025 um crédito suplementar de R\$ 15,7 bilhões previsto de aumentos de gastos neste ano, aprovados pelo Congresso, apostando em uma arrecadação que ainda não foi concretizada. Ao ser questionado, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse que não houve materialização de decisão que permita a inclusão de despesas de R\$ 15 bilhões sobre a abertura de crédito suplementar neste ano porque o assunto ainda precisa ser debatido pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).

A imprecisão contábil deixou os analistas mais receosos. "Tão logo seja incorporada essa despesa, haverá uma revisão dos gastos para este e para os próximos anos, o que exigirá do governo a apresentação de novas estimativas que demonstrem que a meta zero será atingida. A mudança da meta é um choque de realidade, mas também mostra uma disposição para uma política fiscal expansionista",

frisou Tiago Sbardelotto, economista da XP.

Pelos cálculos que fez, o resultado fiscal de 2025 poderá ser pior do que o deste ano - o oposto do discurso da consolidação fiscal. "Há R\$ 39,9 bilhões em precatórios acima do limite a serem pagos. Se forem considerados esses valores e o limite inferior estabelecido pelo novo Arcabouço Fiscal para as metas de resultado primário, o governo poderá atingir um deficit de quase 0,6% do **PIB** no próximo ano", apontou.

Campos Neto torce o nariz

Apesar dos esforços do governo para convencer sobre a estabilidade nas contas públicas, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, criticou o recuo do governo em relação à meta fiscal de 2025 - antes de superavit de 0,5% para deficit zero.

Segundo ele, se as pessoas perderem a confiança na âncora fiscal, a âncora monetária será afetada.

"Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal, porque a âncora fiscal e a âncora monetária precisam trabalhar juntas", destacou Campos Neto, em evento nos Estados Unidos.

Em referência à alteração promovida pelo governo, ele afirmou que o BC evita comentar a respeito da política fiscal. Mas frisou que se há perda de credibilidade ou de transparência no fiscal, há aumento de custos da política regida pelo BC.

Em linha com a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), Campos Neto voltou a dizer que o ideal é que as metas não sejam alteradas.

"Sempre que há uma mudança no governo que torna a âncora fiscal menos transparente ou menos crível, significa que você tem que pagar com custos mais altos do outro lado", explicou, ao ponderar que o mercado tinha um número muito pior para o fiscal do que a nova meta realmente adotada.

Na apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, garantiu que as mudanças da meta fiscal não significam o abandono do Arcabouço Fiscal - devido à limitação do crescimento real da despesa ser de 70% do avanço das receitas.

"Não concordo com essa avaliação de que há várias alterações sendo feitas no marco fiscal. Isso não procede. O marco fiscal está intacto", afirmou. O secretário-executivo do Ministério do Planejamento e

Orçamento, Gustavo Guimarães, e o secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, também asseguraram que o comprometimento com a consolidação fiscal está preservado.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vinha dando sinais de que a meta fiscal passaria por ajustes. Há semanas ele prepara o terreno para uma proposição mais "factível" das contas públicas. "De 2015 para cá, temos um deficit estrutural nas nossas contas primárias. O Brasil está crescendo menos por isso", disse, em entrevista à Globo- News, pouco antes de a equipe econômica apresentar o PLDO.

Ao justificar a alteração, Haddad lembrou de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 2017, sobre a chamada "tese do século" - que prejudica as contas do governo federal. Assim, decidiu-se alterar as projeções para 2025. "Vamos rever os gastos tributários para equalizar as contas, de maneira que a despesa caia menos e fazer a arrecadação voltar a um patamar razoável", explicou.

"Vamos rever os gastos tributários para equalizar as contas, de maneira que a despesa caia menos, e fazer a arrecadação voltar a um patamar razoável" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

"Sempre que há uma mudança que torna a âncora fiscal menos crível, significa que você tem que pagar com custos mais altos do outro lado" Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central

Governo revê meta e adia ajuste fiscal para próximo presidente

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs uma revisão na trajetória das contas públicas que, na prática, adia o ajuste fiscal para o próximo presidente da República. A meta fiscal será zero para 2025, igual a este ano, com uma alta gradual até chegar a 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2028.

Os números sinalizam uma flexibilização em relação à promessa feita no ano passado, na apresentação do novo arcabouço fiscal, de entregar um superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do **PIB** já em 2026, último ano de mandato de Lula. Além da piora do cenário fiscal, o Executivo também reduziu a velocidade do ajuste fiscal. Se antes o esforço adicional era de 0,5 ponto percentual ao ano, a melhora do resultado agora será de 0,25 ponto ao ano em 2026 e 2027.

Após o déficit zero no ano que vem, o governo prevê um superávit de 0,25% do **PIB** em 2026 (R\$ 33,1 bilhões), 0,50% do **PIB** em 2027 (R\$ 70,7 bilhões) e 1% do **PIB** em 2028 (R\$ 150,7 bilhões), os dois últimos já no primeiro biênio do mandato do próximo presidente da República.

A intenção do governo de perseguir uma meta menos ambiciosa consta no PEDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, apresentado nesta segunda-feira (15).

Em entrevista coletiva, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reconheceu que os reveses sofridos pelo governo no Legislativo na negociação de medidas de arrecadação foram um dos fatores que levaram à revisão da trajetória.

"O ano começou mais desafiador em relação a gastos tributários. Estamos enfrentando um revés junto ao Congresso Nacional. É fundamental que venham acompanhadas de compensação. Sob pena de comprometer a trajetória de recuperação fiscal", disse o secretário.

Segundo ele, a alteração não configura uma tentativa do governo de fugir dos gatilhos de contenção das despesas ou das punições aplicadas em caso de estouro da meta.

"A sinalização mais contundente sobre isso é que não estamos fazendo mudança na meta de 2024. Foi feito

um ajuste para frente para tomar o cenário ainda desafiador, mas também para não ficar com uma peça que vocês estariam questionando a completa irrazoabilidade da trajetória", afirmou.

A piora no alvo da política fiscal deve ter consequências negativas sobre a trajetória da dívida pública. Segundo estimativas da própria área econômica, é preciso um superávit de 1% do **PIB** para estabilizar a dívida - patamar que, agora, só deve ser alcançado no próximo governo.

Pelas projeções do Executivo, a dívida bruta continuará subindo até 2027, quando alcançará os 79,7% do **PIB**, para só então começar a cair lentamente até 74,5% do PIB em 2034 - ainda assim, um patamar semelhante ao observado no fim de 2023 (74,4% do **PIB**).

RESULTADO NEGATIVO

Apesar disso, Ceron afirmou que a revisão das metas não devem dificultar o trabalho do Banco Central na redução dos juros, uma vez que indicam um resultado melhor que o esperado pelo mercado. "O sucesso dessa trajetória trará efeitos positivos em relação às expectativas que existem hoje, facilitando o trabalho do BC", afirmou.

A opção do Executivo pela meta zero no ano que vem indica, na prática, a possibilidade de novo déficit, já que há uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB** para mais ou menos. Isso significa um resultado positivo ou negativo em até R\$ 31 bilhões.

O próprio governo já prevê um resultado negativo de R\$ 29,1 bilhões para 2025 - pior que o déficit de R\$ 9,3 bilhões projetado para 2024 e pode ficar ainda maior, caso o Executivo seja bem-sucedido na manobra para incorporar um crédito adicional de R\$ 15,7 bilhões ao Orçamento de forma permanente.

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitiu despendar o pagamento de sentenças judiciais (precatórios), no entanto, autorizou descontar da meta fiscal os valores extraordinários quitados em 2025 e 2026. No ano que vem, os precatórios fora da meta somam R\$ 39,9 bilhões. Com isso, o resultado que conta para saber se o alvo foi cumprido ou não fica positivo em R\$ 10,8 bilhões (ou 0,1% do PIB).

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, disse que as projeções de arrecadação para 2025 incluem R\$ 28 bilhões com novos acordos no âmbito do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) e R\$ 31 bilhões em novas transações tributárias entre o fisco e os contribuintes para a regularização de **impostos**.

A poucas horas da divulgação oficial, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) confirmou à GloboNews a meta zero em 2025. E fez referência à previsão de salário mínimo de R\$ 1.502 no ano que vem. Cada R\$ 1 de aumento custa R\$ 391,8 milhões -R\$ 35,3 bilhões no total. A alta será de 6,37%. (Folhapress)

Rogério Ceron (Tesouro Nacional), em coletiva.-
revisão do trajetória

Site: <https://opopular.com.br/digital/16-abril-2024/10-caderno>

Equipe econômica reduz meta fiscal e adia o ajuste das contas públicas

**DANIEL WETERMAN BIANCA LIMA ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA**

A equipe econômica anunciou ontem mudanças nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026 - a primeira alteração desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos um ano. Na prática, elas adiam a expectativa de colocar as contas no azul. O anúncio também expôs as fragilidades do novo arcabouço, pois o governo contava com o aumento de arrecadação para cumprir a regra. Dúvidas sobre a evolução de receitas a partir do segundo bimestre deste ano e sobre o desempenho da economia em 2025 têm sido apontadas por economistas como obstáculos para o cumprimento das metas.

O alvo de 2025 foi reduzido de um superávit de 0,5% do **PIB** para zero - o mesmo para este ano, que não foi alterado.

Já a meta para 2026 caiu de 1% para 0,25%. As metas de 2027 e de 2028 - já no mandato do próximo presidente da República -, que ainda não haviam sido fixadas, ficaram em 0,50% e 1%, respectivamente.

Esses números foram incluídos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, que segue agora para o Congresso.

Ainda pelo texto, a projeção para a dívida bruta do governo geral sairá de 76,6% do **PIB**, neste ano, para atingir o pico de 79,7% em 2027. ~~Só~~ depois disso, ela se estabilizaria e começaria a cair, a partir de 2028. Na divulgação do arcabouço, no ano passado, a expectativa da equipe econômica era outra: o controle da dívida viria em 2026, último ano do atual governo, num patamar em torno de 75% do **PIB**.

Há ainda a preocupação com a trajetória dos gastos obrigatórios, sobretudo das despesas previdenciárias e assistenciais, que são atreladas ao salário mínimo. Para 2025, o governo projetou na LDO o valor de R\$ 1.502 para o mínimo, uma alta de 6,37% (mais informações na pág. B4).

O secretário de Orçamento, Paulo Bijos, afirmou que o governo está considerando novas ações, como a revisão de gastos, que poderia ganhar maior magnitude (mais informações na pág.

B2). Já o secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que "a nova trajetória das metas mantém a sustentabilidade das contas públicas".

"Gostaríamos de frisar compromisso com a sustentabilidade da dívida e lembrar que essa é uma missão compartilhada por todos os Poderes." A mensagem, porém, não conteve as críticas no mercado financeiro. O economista Gabriel de Barros, da Ryo Asset, afirma que os parâmetros utilizados na LDO são "irrealistas".

Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o projeto da LDO não é suficiente para garantir um quadro de sustentabilidade fiscal em prazo razoável. Já pressionado pelo noticiário internacional, o dólar fechou a R\$ 5,18 na esteira das novas metas

Vulnerabilidade Mudança expõe as fragilidades do novo arcabouço, amparado em aumento das receitas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad reduz a meta fiscal e define mínimo de R\$ 1.502

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou ontem à tarde que o governo definiu a meta fiscal do próximo ano como déficit primário zero, assim como o alvo deste ano. Há um ano, a equipe econômica havia estabelecido que buscava fazer um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025.

A confirmação foi dada em entrevista à GloboNews.

Haddad pediu desculpas por antecipar os números antes da divulgação pelo Ministério do Planejamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), também ontem à tarde, mas argumentou que os números já haviam sido "vazados" à imprensa.

Haddad confirmou também que a projeção para o salário mínimo no próximo ano é de R\$ 1.502. O ministro foi questionado se, com a decisão de revisar a meta de 2025, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teria desistido de fazer superávits neste mandato.

O ministro rebateu, contudo, que ainda haverá 2026 para buscar esse alvo.

Mais tarde, o secretário do Orçamento Federal, Paulo Bijos, esclareceu que a projeção para o salário mínimo em 2028 é de R\$ 1.772, conforme constou da apresentação feita pelo Planejamento ontem.

ARCABOUÇO Logo depois, a equipe econômica anunciou as mudanças nas metas para as contas públicas em 2025 e 2026 - a primeira alteração desde que o novo arcabouço fiscal entrou em vigor, há menos um ano.

Na prática, elas adiam a expectativa de colocar as contas no azul. O anúncio também expôs as fragilidades do novo arcabouço, pois o governo contava com o aumento de arrecadação para cumprir a regra. Dúvidas sobre a evolução de receitas a partir do segundo bimestre deste ano e sobre o desempenho da economia em 2025 têm sido apontadas por economistas como obstáculos para o cumprimento das metas.

O alvo de 2025 foi reduzido de um superávit de 0,5% do **PIB** para zero - o mesmo para este ano, que não foi alterado.

Já a meta para 2026 caiu de 1% para 0,25%. As metas de 2027 e de 2028 - já no mandato do próximo presidente da República -, que ainda não haviam sido fixadas, ficaram em 0,50% e 1%, respectivamente.

Esses números foram incluídos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025, que segue agora para o Congresso.

Ainda pelo texto, a projeção para a dívida bruta do governo geral sairá de 76,6% do **PIB**, neste ano, para atingir o pico de 79,7% em 2027. Só depois disso, ela se estabilizaria e começaria a cair, a partir de 2028. Na divulgação do arcabouço, no ano passado, a expectativa da equipe econômica era outra: o controle da dívida viria em 2026, último ano do atual governo, num patamar em torno de 75% do **PIB**.

Há ainda a preocupação com a trajetória dos gastos obrigatórios, sobretudo das despesas previdenciárias e assistenciais, que são atreladas ao salário mínimo.

Para 2025, o governo projetou na LDO o valor de R\$ 1.502 para o mínimo, uma alta de 6,37%.

O secretário de Orçamento, Paulo Bijos, afirmou que o governo está considerando novas ações, como a revisão de gastos, que poderia ganhar maior magnitude. Já o secretário executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo Guimarães, disse que "a nova trajetória das metas mantém a sustentabilidade das contas públicas".

"Gostaríamos de frisar compromisso com a sustentabilidade da dívida e lembrar que essa é uma missão compartilhada por todos os Poderes." A mensagem, porém, não conteve as críticas no mercado financeiro. O economista Gabriel de Barros, da Ryo Asset, afirma que os parâmetros utilizados na LDO são "irrealistas". Para o economista-chefe da Warren Investimentos, Felipe Salto, o projeto da LDO não é suficiente para garantir um quadro de sustentabilidade fiscal em prazo razoável.

Já pressionado pelo noticiário internacional, o dólar fechou a R\$ 5,18 na esteira das novas metas.

Desafio é aumentar receitas, diz Barreirinhas

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson

Barreirinhas, disse ontem que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) de 2025 considera que o governo terá um ganho de arrecadação de cerca de R\$ 28 bilhões no próximo ano com o retorno do voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) - a metade da expectativa de receita adicional para este ano. Por outro lado, a Receita manteve para 2025 a mesma projeção de arrecadação de 2024 a partir dos acordos de transação tributária, em R\$ 31 bilhões.

"Para LDO de 2025, nós previmos receitas relacionadas a medidas deste ano, mas de forma conservadora", disse Barreirinhas em coletiva de imprensa sobre o PLDO. O secretário, contudo, não detalhou outras expectativas de arrecadação com as quais o governo trabalhou para elaborar a lei de diretrizes orçamentárias do próximo ano. Segundo ele, esses números serão conhecidos na apresentação do orçamento de 2025.

Barreirinhas ainda destacou que há exemplos de medidas de arrecadação com efeito perene para o governo, como foi a nova tributação para fundos offshore e exclusivo. Nesse ponto, o secretário afirmou que a Receita vem monitorando o comportamento das empresas para que elas não escapem das novas regras do Fisco a partir de planejamento tributário. "Estamos atentos, tomaremos medidas de governança para manter a trajetória de ampliação da receita no caminho certo. São medidas para ampliar a governança da receita, e não aumento de **impostos**", afirmou.

O secretário da **Receita Federal** reconheceu que há um desafio grande do governo em elevar receitas, mas garantiu que a agenda não foi exaurida e que as "cartas estão na mesa". "Cenário de receitas não é de tranquilidade, mas estamos atentos", disse.

O secretário afirmou que existe um esforço em 2024 no aumento de arrecadação que terá efeito nos próximos anos. Barreirinhas citou que há ainda algumas propostas tramitando no Congresso que ajudarão na elevação de receitas, como o projeto que trata da conformidade tributária e do devedor contumaz. Esta última medida, no entanto, travou na Câmara. O texto enfrenta a resistência de parte de alguns setores, como o de combustível, e também pressões contrárias de grupos que atuam na ilegalidade.

Barreirinhas também deu destaque à proposta enviada pelo governo ao Congresso que cria um cadastramento de benefícios fiscais. Ele disse que existem cerca de 200 benefícios em regimes especiais que foram criados ao longo do tempo, mas não há estimativa de impacto fiscal.

O secretário também repetiu que a equipe econômica espera que propostas aprovadas no Congresso, como a desoneração da folha dos setores, sejam acompanhadas de medidas de compensação de perda de receita.

Ao comentar a alteração da meta primária no ano que vem, de superávit de 0,5% para um déficit zero, Barreirinhas reforçou que a mudança não está relacionada à queda na arrecadação.

Segundo ele, a projeção de receita se mantém estável em relação ao **PIB**.

"Em relação à receita, estamos prevendo estabilidade relativa em relação ao **PIB**, fomos conservadores na projeção do quadriênio", disse o secretário, em coletiva para apresentação do PLDO de 2025.

Reforma deve sair em breve

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a equipe econômica só conseguiu despachar "a palavra final" com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a regulamentação da **reforma tributária** na última quinta-feira, 11. A explicação foi dada ao ser questionado, em entrevista à GloboNews, sobre o envio dos textos de regulamentação da reforma ao Congresso.

A previsão inicial era de que a Fazenda enviaria as propostas ainda nesta segunda, cronograma, contudo, que foi alterado.

Agora, de acordo com Haddad, a decisão sobre o momento do envio é de Lula. Os textos, disse o ministro, já estão prontos.

Haddad não cravou o dia em que os projetos serão apresentados ao Congresso.

Mas disse esperar que eles estejam no Legislativo "o quanto antes". "Só conseguimos despachar com presidente para palavra final, na quinta, técnicos ficaram trabalhando na redação para entregar nesta semana. Estamos fazendo de tudo para Casa Civil estar com texto na mão nas próximas horas e o presidente decide (quando enviar)", respondeu.

Ele ainda avaliou que, se a Fazenda for bem sucedida nas propostas, a regulamentação da tributária será aprovada neste ano.

O ministro da Fazenda afirmou também que a lei complementar da **reforma tributária** terá a cesta básica dividida em três compartimentos: produtos com

alíquotas zero; produtos com alíquotas reduzidas; e produtos com alíquota cheia.

A distribuição dos itens, segundo ele, levará em conta critérios de indução de saúde.

"O trabalho do secretário Bernard Appy está sendo distribuir produtos por essas três cestas de maneira a induzir boas práticas de alimentação saudável (...) A reforma em si já nos permite esse tipo de distribuição", disse Haddad em entrevista à Globonews. O tema já foi levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o ministro.

Haddad disse também durante a entrevista à Globo-News que espera que sua equipe tenha um posicionamento sobre a reforma dos tributos da renda até o meio do ano, para então apresentar a proposta ao presidente Lula.

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-a3a0600ba619a54596ce41ac1d4b8c72.pdf

Ajuste fiscal ficará para o próximo governo

Brasília - O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai propor uma revisão na trajetória das contas públicas que, na prática, adia o ajuste fiscal para o próximo presidente da República. A meta fiscal será zero para 2025, igual a este ano, com uma alta gradual até chegar a 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2028.

Os números sinalizam uma flexibilização em relação à promessa feita no ano passado, na apresentação do novo arcabouço fiscal, de entregar um superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do **PIB** já em 2026, último ano de mandato de Lula.

A opção do Executivo pela meta zero no ano que vem também indica ainda a possibilidade de novo déficit, já que há uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB** para mais ou menos. Para este ano, o governo já prevê um resultado negativo de R\$ 9,3 bilhões.

Além da piora do cenário, o Executivo também reduziu a velocidade do ajuste fiscal.

Se antes o esforço adicional era de 0,5 ponto percentual ao ano, a melhora do resultado agora será de 0,25 ponto ao ano em 2026 e 2027.

Após o déficit zero no ano que vem, o governo prevê um superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, 0,50% do **PIB** em 2027 e 1% do **PIB** em 2028, já no primeiro biênio do mandato do próximo presidente da República.

A piora no alvo da política fiscal deve ter consequências negativas sobre a trajetória da dívida pública. Segundo estimativas da própria área econômica, é preciso um superávit de 1% do **PIB** para estabilizar a dívida-patamar que, agora, só deve ser alcançado no próximo governo.

O número consta no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, que foi apresentando nesta segunda-feira (15) ao Congresso.

A flexibilização da trajetória fiscal se dá diante de um quadro desafiador para continuar aumentando a arrecadação e alcançar o superávit de 0,5% do **PIB**, como prometeu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Embora o governo tenha aprovado uma série de medidas de receitas ao longo de 2024, boa parte delas são extraordinárias e não se repetirão no ano que vem.

Além disso, membros do Executivo têm a avaliação de que a agenda de arrecadação está se esgotando, o que dificulta ir atrás de novas receitas.

Um sinal disso são as resistências enfrentadas pelo governo na discussão de medidas enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e a limitação do uso de créditos judiciais pelas empresas para abater **tributos**.

A Fazenda precisou abrir as negociações e flexibilizar boa parte dessas iniciativas para melhorar sua aceitação no Congresso. Consequentemente, isso afeta a capacidade do governo de reequilibrar as contas públicas.

Para este ano, a meta já é de déficit zero, e a avaliação mais recente do Orçamento indica um resultado negativo em 0,1% do **PIB** - dentro da margem de tolerância da meta fiscal, que é de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

Embora a meta seja igual para 2024 e 2025, o governo tem o discurso de que a proposta de Orçamento do ano que vem precisará ser enviada cumprindo esse objetivo central, enquanto neste ano o resultado esperado já é de déficit. Por essa comparação, o governo estaria garantindo a trajetória de melhora contínua das contas. (Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/Folhapress)

Após o déficit zero no ano que vem, o governo prevê um superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, 0,50% do **PIB** em 2027 e 1% do **PIB** em 2028

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-04-2024/>

"Nossa responsabilidade fiscal não é vazia"

Para o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a agenda fiscal com a qual o governo está comprometido é fundamental para garantir avanços sociais. "Nossa responsabilidade fiscal não é vazia, é inspirada pela responsabilidade social", afirmou Durigan, que substituiu o ministro da Fazenda Fernando Haddad na abertura do evento Rumos 2024, realizado pelo Valor no Hotel Rosewood, em São Paulo.

Durante o evento, o número dois da Fazenda destacou o comprometimento da equipe econômica para assegurar que o governo consiga cumprir a meta fiscal de déficit zero prevista no Orçamento de 2024, que requer gastar apenas o que será arrecadado no ano, sem aumentar a dívida pública.

"O melhor instrumento para melhorar a vida das pessoas é garantir que tenhamos uma âncora fiscal, um compromisso fiscal bem colocado", afirmou Durigan.

Advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em direito e pesquisa jurídica pela Universidade de Brasília (UNB), Durigan afirmou que a pasta chefiada por Haddad está dedicada também a resolver problemas históricos do Brasil.

"O país tem muita desigualdade social e de infraestrutura", afirmou, pontuando que a Fazenda pretende atacar tais questões com uma agenda dupla, que une desenvolvimento social com responsabilidade ambiental. "Enxergamos oportunidades ambientais, em especial. Há um espaço de ansiedade pelas oportunidades que o Brasil tem", afirmou o secretário.

Em dezembro, Haddad lançou na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP28), o Plano de Transformação Ecológica, apresentado como uma proposta para estimular investimentos que melhorem o meio ambiente e reduzam as desigualdades.

O secretário ressaltou ser essencial ao país "dar vazão ao desenvolvimento e possibilitar que possamos explorar a nossa matriz limpa". Durigan comparou a capacidade de pesquisa e inovação das universidades brasileiras às da Coreia do Sul. "Não temos o resultado convertido em soluções tecnológicas que um país como a Coreia tem, mas nós temos instalada uma capacidade de gerar conhecimento e precisamos dar tração para isso".

Durigan destacou ainda que revisar despesas e melhorar o gasto público também é importante para a equipe econômica, e que a meta é avançar nesse foco depois de um ano em que o governo aprovou uma série de medidas pró-arrecadação. "Nas receitas havia muita injustiça, muita discrepância e muita lacuna no Orçamento da União", já que o teto de gastos, regra dos governos anteriores, criava limites para as despesas, mas não restringia benefícios fiscais questionáveis.

"O governo tem buscado recompor a base fiscal atacando o que há de mais grave nesses benefícios fiscais, lacunas que me parecem injustificadas e ineficientes do ponto de vista econômico", afirmou, ao citar medidas aprovadas como a tributação de fundos exclusivos e de "offshores"; a medida provisória 1.185, sobre benefícios fiscais de ICMS, e o projeto de lei da retomada do voto de confiança do **Carf**.

"No começo foi politicamente difícil apresentar e votar tais medidas no Congresso. Hoje há um reconhecimento amplo, tanto do Congresso quanto de parte da opinião pública e do governo de que foram medidas acertadas." Segundo Durigan, o ano de 2023 teve os primeiros resultados fiscais positivos do governo, mas a **reforma tributária** é que vai garantir a consolidação fiscal no longo prazo. "Este ano é definitivo, importante para darmos a ancoragem fiscal tanto pelo lado das receitas quanto despesa. Buscar redução de despesas é importante para a equipe econômica, e temos que fazer isso olhando para o conjunto do Estado".

No início do mês, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, declarou que "já está se exaurindo o aumento do orçamento brasileiro pela ótica da receita, ou seja, por meio de medidas para aumentar a arrecadação".

Questionado sobre o foco em reduzir despesas, Durigan lembrou ainda que o Congresso aprovou medidas que não constavam do Orçamento de 2024 e pediu uma "sensibilização" dos parlamentares para endereçar esses temas, que respingam diretamente sobre a meta de zerar o déficit primário este ano.

O secretário defendeu a dedicação e o comprometimento incessante do governo em cumprir suas metas. "Eu diria que do lado fiscal, o que não estamos deixando de mostrar e de fazer é que estamos perseguindo uma recomposição fiscal a todo custo. Temos trabalhado incessantemente", disse,

acrescentando que o governo tem optado por enfrentar um debate difícil de rever benefícios tributários. "Um debate difícil que muitas vezes poderia ser simplificado aumentando uma alíquota, ou com a criação de um novo tributo", disse.

Rumos 2024 foi uma realização do Valor, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Foco na inclusão e no crescimento sustentável

As agendas da justiça social e do crescimento sustentável podem parecer antagônicas, mas não são, conforme avaliação do secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo. Para ele, conseguir um crescimento de longo prazo no país envolverá aproveitar melhor os talentos desperdiçados para aumentar a produtividade, assim como crescer de maneira ambientalmente sustentável.

"Há grandes objetivos, para além puramente do crescimento econômico: justiça social e garantir a preservação dos recursos, para que o crescimento seja ambientalmente sustentável", afirmou o secretário, ao participar de painel sobre os desafios do crescimento no evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo Valor, em São Paulo, do qual também participaram a economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, e Cristiane Schmidt, ex-secretária de Economia de Goiás.

"Tais agendas podem parecer antagônicas, mas na verdade podem ser integradas porque a justiça social fecharia hiatos de acesso muito grandes, em ocupação, em educação de qualidade. É como se a gente estivesse desperdiçando recursos, insumos produtivos que não estão sendo utilizados", afirmou Firpo. "Os custos de crescer sem respeitar o meio ambiente estão cada vez maiores", disse o secretário.

Outra prioridade na visão do secretário é melhorar a qualidade do gasto público, foco de seu trabalho. O objetivo, diz, é identificar oportunidades para abrir espaço fiscal com racionalidade, aproveitando melhor o dinheiro aplicado. Firpo pontuou, inclusive, que avaliar políticas públicas é bem diferente de revisões de gastos e os chamados "pente-fino" que já ocorreram em programas no passado, em outros governos, e foram alvo de críticas por causa de demora e filas entre a população mais vulnerável.

"Avaliação é um instrumento para incidir no ciclo orçamentário, e isso é uma novidade: usar evidência

para poder anualmente mexer no Orçamento", afirmou. Em meio ao esforço da equipe econômica para cumprir a meta de déficit zero proposto para 2024 pelo Ministério da Fazenda, o secretário disse que reduzir gastos a partir da retirada de direitos da camada mais pobre da população está fora da pauta do governo federal.

"Nós de fato não queremos reduzir gasto tirando direitos e benefícios de quem precisa, dos mais pobres. Isso está totalmente fora da pauta", afirmou após a participação no evento. "Não vamos fazer contenção de despesas obrigatórias aumentando filas".

Questionado sobre o relatório do Tesouro que aponta que flexibilizar os pisos de saúde e educação pode liberar até R\$131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033, Firpo afirmou considerar a discussão interessante, porque liberaria espaço fiscal para outras despesas também relevantes.

Em 2024, os mínimos constitucionais voltaram a ser vinculados à arrecadação: enquanto o piso da saúde equivale a 15% da receita corrente líquida, da educação representa 18% da receita líquida de **impostos**. Alguns especialistas ponderam que a desvinculação pode resultar em perda de recursos para saúde e educação, áreas onde há déficits históricos.

O arcabouço fiscal do governo federal prevê um limite para as despesas, que não podem crescer mais do que 70% da alta da receita. Já as despesas em saúde e educação podem crescer atreladas à receita, e há o risco de que cresçam demais e "comam espaço" fiscal para outras ações do governo.

"Temos uma série de programas sociais importantes. Educação e saúde são fundamentais, é claro, não estou tirando o mérito disso. Mas o desafio é equilibrar essas despesas de modo a não punir outras que são também relevantes, porque não há vinculação de tudo" disse Firpo.

Sobre ganhos de produtividade a partir da avaliação de políticas, Firpo citou o exemplo do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), sugerido pelo grupo de trabalho que desde o ano passado se dedica a melhorar os processos do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Uma das medidas criadas pelo grupo muda a lógica das perícias do **INSS**, diz Firpo, tornando possível que o requerente do benefício envie atestado legítimo e consiga o benefício sem perícia, liberando peritos, agilizando atendimentos e gerando economia para o governo. "Houve essa mudança cultural de dar o

benefício da dúvida a quem pede", afirmou. "Queremos abrir espaço fiscal para políticas que aumentem nossa capacidade de crescer".

A economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, disse que é papel do governo melhorar a educação, tema que foi muito negligenciado no Brasil, segundo ela, e é fundamental para um ambiente de negócios mais atrativo.

"Foi negligenciado por acreditarmos que tudo era formação de capital, tudo era baseado no investimento. E que investimento por si só é uma panaceia, justificando qualquer política pública", disse Vescovi, pontuando que o ensino de qualidade traria inovação e mão de obra qualificada para as empresas que querem investir no Brasil.

Para a ex-secretária do Tesouro, tais gargalos precisam ser resolvidos pelo governo, não só com recursos. "A educação não é pegar um orçamento de um ente e destinar dinheiro para a educação, ou criar vinculação. Educação não é despesa, é a relação entre professor e aluno", afirmou. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apontam que em 2020, o governo brasileiro investiu US\$ 4,306 mil por aluno em instituições públicas de ensino, abaixo da média da OCDE, de US\$ 11,560 mil.

Cristiane Schmidt, ex-secretária de Economia de Goiás e especialista em finanças públicas, enfatizou que não existe responsabilidade social sem responsabilidade fiscal. "Se nós queremos como sociedade diminuir a desigualdade, precisamos de fato fazer ajuste fiscal, porque sem dinheiro no caixa ninguém faz nada", afirmou a consultora.

Schmidt disse que o acerto das contas públicas será salutar não só para o curto prazo, mas para um futuro com juros menores. A ex-secretária cobrou mais esforços no básico, como educação, saneamento, creches e segurança pública. "Falta esquecer essa dicotomia política e olhar a técnica, porque estamos olhando o Brasil, os 200 milhões de brasileiros. A renda média do Brasil é de R\$ 3 mil, as pessoas se esquecem disso". (LG)

"O governo tem buscado atacar o que há de mais grave em benefícios fiscais, lacunas injustificadas" Dario Durigan

"Educação foi tema negligenciado, mas é fundamental para ambiente de negócios" Ana Paula Vescovi

"Não queremos reduzir gasto tirando direitos e benefícios dos mais pobres" Sérgio Firpo

"Se queremos diminuir a desigualdade, precisamos fazer ajuste fiscal" Cristiane Schmidt

US\$ 4,3 mil é o investimento por ano aluno no país

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

Projeto da LDO mantém meta de déficit zero para próximo ano

WELLTON MÁXIMO

Enviado ontem ao Congresso Nacional, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 adiou o compromisso da equipe econômica de zerar o déficit primário - resultado nas contas do governo sem os juros da dívida pública. A proposta manteve em zero a meta de resultado primário para 2025, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos.

O texto projeta superávit de 0,25% do **PIB** para 2026, 0,5% em 2027 e 1% em 2028. Como em todos os anos, há a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, a obtenção de superávit primário, na prática, só está garantida a partir de 2026, último ano do atual governo.

Até agora, a equipe econômica trabalhava com déficit zero em 2024 e supe-

rávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 e de 1% do **PIB** em 2026, também com a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual. No entanto, as receitas extras que estão entrando nos cofres federais em 2024 não deverão se repetir em 2025, dificultando o cumprimento das metas anteriores.

Em valores absolutos, o PLDO prevê que o resultado primário poderá variar entre déficit de R\$ 31 bilhões e superávit primário de R\$ 31 bilhões em 2025, considerando a margem de tolerância. Para 2026, o texto prevê superávit de R\$ 33,1 bilhões, com o resultado variando de zero a superávit de R\$ 66,2 bilhões.

Para 2027, o governo prevê superávit de R\$ 70,7 bilhões, variando de resultado positivo de R\$ 35,3 bilhões a R\$ 106 bilhões. Para 2028, o

projeto estima superávit primário de R\$ 150,7 bilhões, com o intervalo entre R\$ 113 bilhões e R\$ 188,4 bilhões.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha informado, em entrevista à emissora de televisão GloboNews, que a meta de resultado primário estava em zero no próximo ano. Na semana passada, o ministro tinha defendido uma meta fiscal "factível" para

2025 para dar credibilidade ao novo arcabouço fiscal.

Além da diminuição de receitas extraordinárias, os parlamentares querem manter a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, a redução da contribuição à **Previdência Social** por pequenas prefeituras e a ajuda a empresas do setor de eventos.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_23782FC5458ACD293086639D8C41B5A379A9A05552F960CD66455F5427BCDCA71B8CD6C732DF138E055A54C4B3AD81B65A071959A1FF02008E7EF3DBEB305F13E88BED7637BD1C70B716A006192693D9E9EA25BE6DB0DE750DAFB89BD4550285770DE3CE9B55C59F2F7C6212575AE3F2FEE7BBD516130AFE8E339

Proposta de mínimo do próximo ano é R\$ 1.502

» ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, apresentado ontem e enviado ao Congresso, propõe um novo valor para o salário mínimo, para 2025, de R\$ 1.502 - significa um aumento 6,37% em relação ao valor em vigor, de R\$ 1.412. Além disso, prevê correção acima da regra do piso a ser pago aos trabalhadores.

Deverá chegar a R\$ 1.772, em 2028, pelas estimativas da equipe econômica do governo federal.

Considerando os parâmetros estimados pelo Poder Executivo - que prevê alta de 3,25% no INPC este ano e conjuga com a alta de 2,9% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 -, a correção do mínimo deveria ser de 6,15%. Porém, o impacto do piso salarial não é isolado, pois faz as despesas com a **Previdência Social** crescerem.

Ou seja: a cada R\$ 1 acrescentado ao mínimo, os gastos com aposentadorias e benefícios assistenciais sobem R\$ 391,8 milhões.

Descontando os R\$ 6,4 milhões em novas receitas, o impacto aos cofres da União fica em R\$ 385,5 milhões. Representa que o reajuste de R\$ 90 no piso para 2025 significará R\$ 34,7 bilhões a mais em despesas previdenciárias para o ano que vem.

"O ganho real do salário mínimo é impacto direto no aumento do deficit previdenciário, mas o problema do PLDO não é esse.

O problema é o governo "torcer" que ocorrerá redução de subsídios, rediscussão dos benefícios, impacto de fiscalização no aumento da receita para conseguir equilibrar as contas e cumprir a meta fiscal. É tudo muito incerto", criticou Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos.

A grade de parâmetros macroeconômicos do PLDO de 2025 prevê alta do **PIB** de 2025 em 2,8%, desacelerando nos anos seguintes. A equipe econômica estima um avanço de 2,58% no **PIB**, em 2026, e de 2,62%, em 2027. Para 2028, a expectativa é de expansão de 2,51%. Enquanto isso, a mediana das estimativas coletadas pelo Banco Central (BC), e publicadas no boletim Focus, está em 1,90% para

2025 e, depois, de 1,9% nos anos seguintes.

O PLDO prevê que a **inflação** oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fique em 3,10%, em 2025, e passe para 3% em 2026, 2027 e 2028. No caso do INPC, calcula-se que apresentará alta de 3% nos quatro anos seguintes.

A projeção para a taxa básica de juros da economia (Selic), na média dos contratos dos agentes financeiros, ficou em 8,05% ao ano, em 2025, e em torno de 7%, nos anos seguintes. No Focus, a mediana do mercado prevê que esteja em 9%, neste ano, e em 8,5%, nos anos seguintes.

(Confira esses dados no quadro da página 2) Servidores Durante a apresentação do PLDO de 2025, o secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Paulo Bijos, adiantou que haverá espaço fiscal para o reajuste dos servidores - despesa essa, porém, que ainda não está muito clara no Orçamento de 2025.

Bijos não estimou qual é o tamanho dessa futura despesa, pois isso será definido somente com o envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, no fim de agosto.

"As negociações continuam em curso, e o que consta é um agregado para a questão dos reajustes, que seria anunciada pelo MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)", disse o secretário.

"O ganho real do salário mínimo é impacto direto no aumento do deficit previdenciário, mas o problema do PLDO não é esse. O problema é o governo "torcer" que ocorrerá redução de subsídios, rediscussão dos benefícios, impacto de fiscalização no aumento da receita para conseguir equilibrar as contas e cumprir a meta fiscal" Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust Gestora de Recursos

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.502 para o ano que vem

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) vai propor R\$ 1.502 de salário mínimo para 2025.

O valor representa uma alta de 6,37% em relação ao piso atual. Hoje, o mínimo é de R\$ 1.412.

O ministro da Fazenda também confirmou que o governo definiu a meta fiscal do próximo ano como déficit primário zero, assim como o alvo deste ano. Há um ano, a equipe econômica havia estabelecido que buscaria fazer um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025.

A grade de parâmetros macroeconômicos do PLDO ainda prevê uma alta do Produto Interno Bruto de 2025 em 2,80%. O documento inclui a previsão de alta do **PIB** de 2,58% em 2026, de 2,62% em 2027 e de 2,51% em 2028.

A estimativa está acima das projeções de economistas segundo o Boletim Focus, coletado pelo Banco Central e divulgado na última semana, que aponta alta de 1,90% na atividade econômica no ano que vem. Já no Banco Central, a projeção atual é de avanço de 1,9% neste ano, conforme o Relatório Trimestral de **Inflação** (RTI) de março.

Salário mínimo

O valor do salário mínimo segue a fórmula de correção da política de valorização, que inclui reajuste pela **inflação** de 12 meses até novembro do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes (neste caso, a alta de 2,9% observada em 2023).

Desde 1º de janeiro de 2024, o salário mínimo é R\$ 1.412. A cifra foi atualizada por meio de um decreto de Lula, que aplicou a regra prevista na nova lei de valorização do salário mínimo, aprovada no ano passado.

A previsão para 2025 ainda pode mudar ao longo do ano, conforme variações na estimativa para a **inflação** e eventuais revisões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no desempenho do **PIB** de 2023. Uma nova estimativa será encaminhada com a proposta orçamentária, em 31 de agosto.

De acordo com o PLDO 2025, a previsão é de que o salário mínimo seja de R\$ 1.582 em 2026, chegando a R\$ 1.676 em 2027. Para 2028, a projeção é de R\$ 1.722.

Meta fiscal

Ainda enfrentando desafios para equilibrar as contas públicas neste ano, o governo oficializou a revisão da meta fiscal para 2025 para um resultado de 0,0% do **PIB**. Os números de 2026 e 2027 - 0,25% e 0,50%, respectivamente -, também foram revisados. Para 2028, a meta é de superávit de 1%. Os dados constam do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), apresentado pelos Ministérios do Planejamento e Fazenda nesta segunda-feira.

Os números sinalizam uma flexibilização em relação à promessa feita no ano passado, na apresentação do novo arcabouço fiscal, de entregar um superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do **PIB** já em 2026, último ano de mandato de Lula.

O PLDO apresentado ontem definiu que o resultado primário de 2025 será um superávit de R\$ 10,8 bilhões para as contas do Tesouro Nacional, **INSS** e Banco Central - o equivalente a 0,09% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Este número exclui, para fins de meta, os gastos com precatórios.

No PLDO 2025, a estimativa é de superávit de R\$ 33,1 bilhões em 2026, resultado positivo de R\$ 70,7 bilhões em 2027 e contas no azul em R\$ 150,7 bilhões em 2028. Os valores equivalem a 0,25% do **PIB**, 0,50% do **PIB** e 1,00%, respectivamente.

Inflação

O PLDO 2025 estima uma **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,10% em 2025 e de 3% em 2026, 2027 e 2028. Já o INPC deve variar apresentar alta de 3% em cada um dos quatro anos do curto prazo.

A projeção Selic (taxa over) ficou em 8,05% no próximo ano, 7,22% em 2026, 7,02% em 2027 e 6,77% em 2028. O PLDO de 2025 projeta um câmbio médio a R\$ 4,98 no próximo ano; R\$ 5,03 em 2026;

R\$ 5,07 em 2027 e R\$ 5,10 em 2028.

SAIBA MAIS

» O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 traz, pela primeira vez, um anexo para tratar de revisão de gastos, uma frente liderada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

O documento listou duas ações para opções de melhoria e economia potencial: benefícios previdenciários e o Proagro.

A projeção aponta expectativa de economia de R\$ 37,3 bilhões com revisões nas duas ações entre 2025 e 2028.

» O Ministério do Planejamento também estimou que a dívida bruta do governo geral (DBGG) chegará a 77,9% do **PIB** em 2025. A previsão é que a dívida bruta alcance 79,1% do **PIB** em 2026 e 79,7% do **PIB** em 2027.

» Além disso, a pasta indicou no PLDO do próximo ano que as estatais federais devem ter déficit nos quatro anos projetados: R\$ 6,2 bilhões em 2025, R\$ 7,2 bilhões em 2026, R\$ 6 bilhões em 2027 e 6,4 bilhões em 2028.

» Já Estados e municípios têm um indicativo de resultado positivo nos quatro anos projetados: R\$ 1 bilhão em 2025, R\$ 1,1 bilhão em 2026, R\$ 1,1 bilhão em 2027 e de R\$ 1,2 bilhão em 2028. A meta para governos regionais, porém, é apenas um indicativo. Ou seja, se houver frustração, a União não é obrigada a compensar o valor.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_sitelissue-c0aa6afda9e17aea0a32959bdf142439.pdf

Salário mínimo vai a R\$ 1.502 em 2025, com incremento nominal de 6,39%

Brasília - O salário mínimo em 2025 será de R\$ 1.502, com aumento nominal de 6,39%. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ontem ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. A estimativa também consta do PLDO.

O valor do mínimo tinha sido confirmado mais cedo pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No entanto, o Ministério do Planejamento confirmou a estimativa somente após a divulgação do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.582 para o salário mínimo em 2026, de R\$ 1.676 para 2027 e de R\$ 1.722 para 2028. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

No ano passado, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do **PIB**, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes.

Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019.

Segundo o Planejamento, cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 370 milhões no Orçamento.

Isso porque os benefícios da **Previdência Social**, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo. Na **Previdência Social**, a conta considera uma alta de R\$ 66,7 bilhões nas despesas e ganhos de R\$ 63,1 bilhões na arrecadação.

O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano e da nova política de reajuste. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte.

Em 2024, o salário mínimo está em R\$ 1.412, com ganho real de 3% em relação a 2023.

O valor de R\$ 1.412 corresponde ao INPC acumulado nos 12 meses terminados em novembro de 2023, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do **PIB** em 2022. (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-04-2024/>

Salário mínimo terá alta real de 2,9% para R\$ 1.502

BERNARDO LIMA E JOÃO SORIMANETO
economia@oglobo.com.br **BRASÍLIA E SÃO PAULO**

A equipe econômica enviou ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 prevendo que o salário mínimo será de R\$ 1.502 no próximo ano, uma alta real, já descontada a inflação, de 2,9%.

O valor representa alta de R\$ 90 em relação ao atual - R\$ 1.412. O número foi calculado considerando a política permanente de valorização do salário mínimo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, já aprovada pelo Congresso.

Pela regra, o reajuste corresponde à soma do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro; com o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores. No caso de 2025, vale o **PIB** de 2023, que cresceu 2,9%. Como ainda não se sabe o INPC de novembro, o valor para o salário mínimo do ano que vem é apenas uma estimativa.

O salário mínimo serve de referência para 54 milhões de pessoas e é o piso do INSS.

IMPACTO DO REAJUSTE REAL

Nas contas da Tendências Consultoria, o reajuste proposto terá um impacto total de R\$ 36 bilhões nas despesas do ano que vem.

-O reajuste real será da ordem R\$ 16,2 bilhões, ou 0,15% do **PIB** com a volta da regra de indexação ao **PIB** do ano anterior. Há mérito em oferecer re-ajuste real aos trabalhadores, mas, do ponto de vista social, é o programa Bolsa Família que tem efeitos mais efetivos. Esse reajuste real complica mais a situação fiscal, já que vira despesa obrigatória - explica o economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo: meta fiscal zero e mínimo de R\$ 1.502 em 2025

Brasília - O governo federal enviou ontem ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 com redução das metas de superávit primário para as contas públicas dos próximos anos e projeção de salário mínimo de R\$ 1.502 para o ano que vem. Dessa forma, a estimativa para 2025 é de meta fiscal zero, e não mais o superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que havia sido previsto. Esse percentual passa a ser o foco para 2026.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad disse que a mudança da meta para 2025 é "factível" para dar credibilidade ao novo arcabouço fiscal. No início do mês, Haddad cobrou um pacto entre o Executivo e o Legislativo para equilibrar as contas públicas. Com a nova proposta, o governo está reduzindo a diferença entre receitas e despesas. Superávit primário é quando o governo consegue gastar menos do que arrecada com **impostos** e guarda dinheiro para pagar a dívida pública. Déficit é o contrário: quando o governo gasta mais do que arrecada, e as contas ficam no vermelho.

Com a redução da meta fiscal em 0,5 ponto percentual do **PIB** em 2025 e com uma flexibilização adicional de 0,75 ponto percentual do **PIB** no ano seguinte, o espaço que o governo pode obter para novos gastos públicos é de cerca de R\$ 161 bilhões nos dois anos. Com as novas metas fiscais, a equipe econômica estimou que a dívida bruta do setor público, indicador acompanhado com atenção pelo mercado financeiro, vai terminar o governo Lula, em 2026, em 79,1% do **PIB**. Esse número representaria uma alta de quase cinco pontos percentuais entre 2023, no início do governo, quando somava 74,4% do **PIB**, e 2026.

Para 2026, a equipe econômica propõe mudança na meta vigente, com um saldo positivo de 1% do **PIB** (cerca de R\$ 132 bilhões) para um superávit menor, de 0,25% do **PIB**, cerca de R\$ 33 bilhões. Com a meta atual, o saldo pode ficar entre R\$ 99 bilhões e R\$ 165 bilhões de superávit. Caso a mudança proposta seja aprovada, poderá oscilar entre um saldo zero e um saldo positivo de R\$ 66 bilhões.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a mudança proposta pelo governo tira a credibilidade da meta fiscal, torna o trabalho do BC mais difícil e aumenta o custo da política

de juros. "Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal, porque a âncora fiscal e a âncora monetária precisam trabalhar juntas", afirmou Campos Neto em evento nos EUA. mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal, porque a âncora fiscal e a âncora monetária precisam trabalhar juntas", afirmou Campos Neto em evento nos EUA.

REMUNERAÇÃO

O salário mínimo em 2025 será de R\$ 1.502, com aumento nominal de 6,39%. O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. A estimativa também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.582 para o salário mínimo em 2026, de R\$ 1.676 para 2027 e de R\$ 1.772 para 2028. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos. No ano passado, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do **PIB**, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019.

Segundo o Ministério do Planejamento, cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 370 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da **Previdência Social**, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

Na **Previdência Social**, a conta considera uma alta de R\$ 66,7 bilhões nas despesas e ganhos de R\$ 63,1 bilhões na arrecadação. O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano e da nova política de reajuste. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte.

Em 2024, o mínimo de R\$ 1.412 teve ganho real de 3% em relação a 2023. O valor corresponde ao INPC acumulado nos 12 meses terminados em novembro de

2023, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do **PIB** em 2022.

Site:

<https://edicao.opovo.com.br/2024/04/16/1913c0/issue6922.pdf>

Impacto nas contas da União será de R\$ 33 bi

Se o Governo se curvar às pressões dos prefeitos, via Confederação Nacional dos Municípios, a redução de 20% para 8% da alíquota da contribuição previdenciária dos municípios resultará em impacto fiscal R\$ 33,73 bilhões até 2026, de acordo com dados da **Receita Federal** obtidos pelo repórter Houldine Nascimento, do site Poder360. Os valores foram disponibilizados via Lei de Acesso à Informação.

O valor para 2024 é próximo do cálculo da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), de até R\$ 11 bilhões. O benefício contempla municípios de até 156,2 mil habitantes.

Ao todo, 5.104 cidades brasileiras estão nessa condição, o que equivale a 91,6% do total de municípios no país. Foi dessa forma que o Congresso aprovou a desoneração para os municípios em outubro de 2023.

O governo, no entanto, demonstrou resistência à mudança. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou em 28 de dezembro uma MP (medida provisória) que extinguiu o benefício. Depois de pressão de congressistas e de empresários, decidiu tratar do tema em PL (projeto de lei).

Em 27 de março, o líder do Governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), apresentou o projeto de lei 1.027 de 2024, que reduz a alíquota previdenciária para municípios com até 50.000 habitantes.

Ao ser aprovada no Congresso, a desoneração dos municípios resultaria em impacto de R\$ 9 bilhões em 2024.

Essa foi a estimativa apresentada pelo relator no Senado, Ângelo Coronel (PSD-BA). Em janeiro, Haddad afirmou que a renúncia fiscal atrelada aos municípios seria de R\$ 4 bilhões neste ano. Em abril, no entanto, o ministro disse que o impacto seria, na verdade, de R\$ 10 bilhões.

Nos 2 casos, não detalhou como se daria a renúncia.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/csob/#p=1>

Reajuste do mínimo deve custar R\$ 36 bilhões ao governo em 2025

LUIZ GUILHERME GERBELLI

O reajuste proposto para o salário mínimo que vai vigorar em 2025 deve ter um impacto de quase R\$ 36 bilhões nas contas públicas do governo no próximo ano. A Previdência, sozinha, vai fazer a equipe econômica precisar desembolsar R\$ 27 bilhões para pagar os seus beneficiários, estima Gabriel Leal de Barros, economista- chefe e sócio da Ryo Asset.

O governo apresentou ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 e colocou uma previsão para o salário mínimo de R\$ 1.502, acima dos atuais R\$ 1.412. Isso vai representar uma alta de 6,37% - quase o dobro da **inflação** projetada pelo governo para 2024, de 3,25% pelo INPC.

Nas contas de Leal, portanto, para cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo, o impacto nas contas públicas será de cerca de R\$ 400 milhões.

Na Previdência, o grande aumento de custo é explicado porque cerca de 60% dos benefícios do chamado Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) são atrelados ao mínimo, que também impacta os benefícios de prestação continuada e o valor do abono salarial, por exemplo.

"Essa indexação, agudizada pelo retorno da regra de ganhos reais do salário mínimo, é muito negativa para as contas públicas, cria um avanço inercial do gasto e vai na contramão da consistência requerida de uma regra fiscal sólida e crível", afirma Barros, que também foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI).

PROMESSA ELEITORAL. A concessão de um reajuste real (ou seja, acima da **inflação**) para o salário mínimo foi uma das principais promessas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha presidencial de 2022. No ano passado, o governo definiu a regra de reajuste do mínimo, que prevê a combinação do aumento da **inflação** medida pelo INPC do ano anterior mais a **variação** do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

"Algum reajuste para, pelo menos, recompor a **inflação**, já haveria. O importante é olhar a parcela do reajuste real, que dá um incremento de mais ou menos R\$ 16 bilhões", afirma Silvio Campos Neto, economista e sócio da consultoria Tendências. "Eu

vejo dois debates nessa questão que precisam ser feitos. O primeiro é a valorização real do salário mínimo que precisa ser discutida.

Ela tem seus méritos, mas tem seus custos elevados do ponto de vista orçamentário.

E o segundo debate é em relação ao fato de o piso da Previdência estar indexado ao salário mínimo." Na leitura de Fabio Giambiagi, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), a política de reajuste real do salário mínimo deixou de ser um instrumento adequado para melhorar a renda dos mais pobres e diminuir a desigualdade do País - como ocorria nos primeiros anos do Plano Real.

"O que se procura com a política de aumento real do salário mínimo? Alguém tem de responder isso. E se a resposta for reduzir a pobreza, essa resposta é mentirosa", afirma.

Giambiagi explica que o Brasil tem "problemas sociais tão graves" que os 20% mais pobres ganham menos do que um salário mínimo. "Essas pessoas não são afetadas por essa política porque estão na informalidade." O crescimento do gasto contratado com o reajuste do salário mínimo diminui o espaço para que o governo destine verbas para políticas que possam ser mais eficientes para reduzir a pobreza - o arcabouço fiscal limitou o crescimento da despesa a até 70% da variação da receita.

"A política do salário mínimo ataca a pobreza? Não ataca.

Ataca o desemprego? Não ataca. Não resolve o problema da informalidade. E você ainda tira dinheiro de outras políticas", afirma o economista.

"O que se procura com a política de aumento real do mínimo? Se a resposta for reduzir a pobreza, essa resposta é mentirosa" Fabio Giambiagi Economista da FGV

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo Lula revê trajetória das contas e adia ajuste fiscal

A meta fiscal será zero para 2025, igual a este ano, com uma alta gradual até chegar a 1% do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2028.

Os números sinalizam uma flexibilização em relação à promessa feita no ano passado, na apresentação do novo arcabouço fiscal, de entregar um superávit de 0,5% do **PIB** no ano que vem e alcançar um resultado positivo de 1% do **PIB** já em 2026, último ano de mandato de Lula.

A opção do Executivo pela meta zero no ano que vem também indica ainda a possibilidade de novo déficit, já que há uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB** para mais ou menos. Para este ano, o governo já prevê um resultado negativo de R\$ 9,3 bilhões.

Além da piora do cenário, o Executivo também reduziu a velocidade do ajuste fiscal. Se antes o esforço adicional era de 0,5 ponto percentual ao ano, a melhora do resultado agora será de 0,25 ponto ao ano em 2026 e 2027.

Após o déficit zero no ano que vem, o governo prevê um superávit de 0,25% do **PIB** em 2026, 0,50% do **PIB** em 2027 e 1% do **PIB** em 2028, já no primeiro biênio do mandato do próximo presidente da República.

A piora no alvo da política fiscal deve ter consequências negativas sobre a trajetória da dívida pública. Segundo estimativas da própria área econômica, é preciso um superávit de 1% do **PIB** para estabilizar a dívida -patamar que, agora, só deve ser alcançado no próximo governo.

A intenção do governo é perseguir uma meta menos ambiciosa. O número constará no PLDO (projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, a ser apresentado nesta segunda-feira (15) ao Congresso.

Na tarde desta segunda, a poucas horas da divulgação oficial, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) confirmou à Globonews a meta zero em 2025, em uma inusual entrevista exclusiva concedida pelo chefe da pasta antes de uma coletiva à imprensa convocada para tratar justamente do PLDO.

Nem Haddad nem a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) participarão da coletiva para justificar a piora no cenário fiscal, tarefa que

caberá a secretários das duas pastas.

"Nós não costumamos antecipar os dados da LDO antes da entrevista oficial, mas vazaram esses dois dados [meta de 2025 e salário mínimo], e aí a imprensa toda está dando. Até me desculpo por estar falando disso antes das 17h, que é o horário combinado. Mas, sim, os dados que eu tenho são esses", disse o ministro.

Além da meta, ele fez referência à previsão de salário mínimo de R\$ 1.502 no ano que vem, como antecipou a Folha de S.Paulo.

Apesar da revisão do cenário fiscal dos próximos anos, Haddad disse não desistiu de alcançar um superávit ainda neste mandato do governo Lula. "Tem 2026 ainda", afirmou.

A flexibilização da trajetória fiscal se dá diante de um quadro desafiador para continuar aumentando a arrecadação e alcançar o superávit de 0,5% do **PIB**, como prometeu o ministro da Fazenda.

Embora o governo tenha aprovado uma série de medidas de receitas ao longo de 2024, boa parte delas são extraordinárias e não se repetirão no ano que vem.

Além disso, membros do Executivo têm a avaliação de que a agenda de arrecadação está se exaurindo, o que dificulta ir atrás de novas receitas.

Um sinal disso são as resistências enfrentadas pelo governo na discussão de medidas enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a limitação do uso de créditos judiciais pelas empresas para abater **tributos**.

A Fazenda precisou abrir as negociações e flexibilizar boa parte dessas iniciativas para melhorar sua aceitação no Congresso. Consequentemente, isso afeta a capacidade do governo de reequilibrar as contas públicas.

Na entrevista à Globonews, Haddad disse que o governo vai manter a interlocução com o Congresso Nacional em busca de novas fontes de receitas.

"Vamos rever os gastos tributários", disse. "Vamos fazer a arrecadação voltar a um patamar razoável, acima de 18% [do **PIB**]. A gente está mirando em 18,5% [do **PIB**]."

Para este ano, a meta já é de déficit zero, e a avaliação mais recente do Orçamento indica um resultado negativo em 0,1% do **PIB** -dentro da margem de tolerância da meta fiscal, que é de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

Embora a meta seja igual para 2024 e 2025, o governo tem o discurso de que a proposta de Orçamento do ano que vem precisará ser enviada cumprindo esse objetivo central, enquanto neste ano o resultado esperado já é de déficit. Por essa comparação, o governo estaria garantindo a trajetória de melhora contínua das contas.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/16-04-2024-edicao-24807/>

Governo confirma salário mínimo de R\$ 1.502

O salário mínimo em 2025 será de R\$ 1.502, com aumento nominal de 6,39%. O reajuste consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado ontem ao Congresso. O reajuste segue a projeção de 3,25% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento de 2,9% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. A estimativa também consta do PLDO. O valor do mínimo foi confirmado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo Ministério do Planejamento.

6,39% será o aumento nominal em relação à quantia praticada atualmente.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11053>

O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.582 para o salário mínimo em 2026, de R\$ 1.676 para 2027 e de R\$ 1.722 para 2028. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos. No ano passado, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do **PIB**, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019.

Cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R\$ 370 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da **Previdência Social**, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo. Na **Previdência Social**, a conta considera uma alta de R\$ 66,7 bilhões nas despesas e ganhos de R\$ 63,1 bilhões na arrecadação.

O valor do salário mínimo para o próximo ano ainda pode ser alterado, dependendo do valor efetivo do INPC neste ano e da nova política de reajuste. Pela legislação, o presidente da República é obrigado a publicar uma medida provisória até o último dia do ano com o valor do piso para o ano seguinte. Em 2024, o salário mínimo está em R\$ 1.412, com ganho real de 3% em relação a 2023. O valor de R\$ 1.412 corresponde ao INPC acumulado nos 12 meses terminados em novembro de 2023, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do **PIB** em 2022.

DÉFICIT ZERO. Haddad também confirmou ontem que o governo definiu a meta fiscal do próximo ano como déficit primário zero, assim como o alvo deste ano. A estimativa, que consta na PLDO, é que a economia brasileira deverá crescer 2,8% no próximo ano, depois de avançar 2,2% em 2024.

Lira quer fatiar reforma em 4 projetos; Fazenda resiste

MARIANA CARNEIRO BIANCA LIMA BRASÍLIA

O governo faz as checagens e negociações finais com Estados e municípios para fechar os dois anteprojetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar a operação da **reforma tributária**, que começa em 2026. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que deseja fatiar os textos em quatro projetos de lei, mas o Ministério da Fazenda resiste.

No desenho elaborado pela equipe econômica, um anteprojeto vai tratar do "mérito" (conteúdo) da nova tributação sobre o consumo - ou seja, sobre as alíquotas e a base tributável, que deve ser idêntica nos dois IVAs (Imposto sobre Valor Agregado) que funcionarão como espelho: a CBS (federal) e o IBS (de Estados e municípios).

O segundo anteprojeto tratará sobre o "processo" e tudo o que envolve a cobrança dos **tributos** em si, como a articulação das secretarias estaduais de Fazenda e o Fisco nacional.

Lira sinalizou que gostaria de fatiar o debate em quatro: um sobre a cobrança do IVA; o segundo sobre o Imposto Seletivo, que vem causando temor no setor produtivo; o terceiro sobre a governança no novo regime de tributação; e o quarto sobre o processo de tributação.

Ele foi alertado, porém, que há sobreposição desses capítulos, o que poderá gerar conflitos entre os eventuais quatro relatores, além de abrir diferentes frentes de negociação, o que pode atrasar a tramitação.

O presidente da Câmara tem dito, em conversas reservadas, que gostaria de aprovar a regulamentação até o fim deste ano, quando conclui seu mandato no posto. A **reforma tributária** inédita no regime democrático é um dos feitos que Lira vem atribuindo à sua gestão.

No entanto, está em seu radar e também no da equipe do ministro Fernando Haddad, da Fazenda, a resistência de parte do setor produtivo ao tema.

Os lobbies de importantes segmentos já se organizaram para brecar tentativas do governo de sobretaxar alimentos ultraprocessados, açucarados e

derivados do petróleo. Há ainda tentativas de dar tratamento preferencial a representantes do agronegócio.

A equipe econômica pretende defender o tratamento equilibrado das atividades, sem a abertura de exceções, mas há reclamações de que, até o momento, o setor privado não foi ouvido pelo governo.

A promessa é de que, assim que os textos forem entregues ao Parlamento, será aberta a discussão com os setores para iniciar a negociação política. O objetivo é o de chegar à etapa de debates com segurança técnica assegurada nos anteprojetos, além do acordo com Estados e municípios sobre as diretrizes da regulamentação. O plano do Executivo é o de que a tramitação no Congresso se inicie com as três esferas de governo sintonizadas. Afinal, tratase da convergência de 27 legislações e de milhares de regulamentações tratando do ICMS, além de inúmeras outras sobre ISS. A unificação da tributação federal (PIS, Cofins e IPI) é considerada menos complexa do que a concertação de Estados e municípios.

São discussões como, por exemplo, se os contenciosos desembocarão futuramente no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** ou se será necessário criar um tribunal administrativo para questões envolvendo o IBS.

A tarefa ainda não foi concluída e, por isso, a apresentação, que seria ontem, foi adiada em uma semana. Haddad viaja aos Estados Unidos enquanto sua equipe trabalha nos anteprojetos.

CONFRONTO. O ambiente político também se tornou hostil com novo confronto entre Lira e o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a quem o presidente da Câmara acusa de difundir informações de que Lira saiu perdendo com a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), acusado de mandar matar Marielle Franco.

O tema foi a votação na semana passada, e a prisão de Brazão foi mantida com uma margem de 20 votos além do necessário, graças à atuação de líderes ligados ao governo. Na Fazenda, o conflito é visto como algo passageiro que não contagia a agenda tributária, tratada como estrutural e de longo prazo.

Procurado, Lira disse que ainda não discutiu o assunto.

Calendário O presidente da Câmara tem dito que gostaria de aprovar a regulamentação até o fim deste ano

Dificuldade

27 legislações devem ser unificadas na regulamentação da **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma tributária na segunda fase

Os projetos de lei complementar do governo federal de regulamentação da **Reforma Tributária** brasileira sobre o consumo trazem mais de uma centena de páginas. Elas prometem colocar em campo setores que se preparam para garantir a menor carga possível para seu bem ou serviço. Assim, as exceções à alíquota uniforme que inicialmente se pretendia buscar mostrarão seu custo.

Além da definição dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos, há outros regimes que precisam ser regulados, como o diferenciado, o específico e o favorecido, que não são uma coisa só e, sim, três tipos de tratamento tributário diversos entre si.

O calendário legislativo, com eleições municipais no segundo semestre, torna o prazo apertado para aprovação da regulamentação ainda em 2024, importante para a agenda da reforma não ser comprometida. O período de transição começa em 2026 e o ideal é que 2025 seja dedicado a elaborar os novos e complexos procedimentos operacionais que permitam, por algum tempo, a convivência dos novos **tributos** sobre consumo com os atuais, que serão eliminados. O que estará em jogo é o sucesso da reforma que busca neutralidade tributária, simplificação, maior transparência, menor volume de disputas judiciais e menor regressividade.

PROJETOS LIDOS E RELIDOS

No painel sobre a reforma do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo Valor, no hotel Rosewood, em São Paulo, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, disse que os projetos foram lidos e relidos várias vezes dentro do governo:

- Uma vírgula a mais pode criar um contencioso.

Segundo Loria, os projetos têm pelo menos 90% de convergência pelo lado federativo, com textos consensuais entre União, Estados e municípios. Ele contou que logo após a promulgação da Emenda Constitucional 132/ 2023, de 20 de dezembro, que promove a **Reforma Tributária**, e apenas "três dias de férias" entre o Natal e Ano Novo, a equipe técnica do governo já iniciou os trabalhos para elaborar as propostas de textos de regulamentação. Além do trabalho mais intenso com Estados e municípios, alguns setores também foram ouvidos.

-Mas certamente o Congresso é o campo fértil para o diálogo com a sociedade civil -reconheceu.

Participante do Rumos, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, conta que ficou "assustado" ao perceber que há mais de 200 frentes parlamentares estabelecidas sobre o tema da reforma no Congresso.

-Não tínhamos percebido que o setor produtivo está buscando nova estratégia e cada vez mais terá papel na construção das votações e nas negociações com o Executivo nos diversos níveis da União, Estados e municípios -afirmou o senador, para quem a formação das frentes mostra inovação e se consolidou com os debates da emenda.

A **Reforma Tributária** sobre o consumo vai substituir o PIS, Cofins e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de cobrança da União, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido conjuntamente por estados e municípios. A reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), a ser cobrado sobre bens e serviços com efeitos negativos para saúde e meio ambiente. Diferentemente da CBS e do IBS, o IS não dá direito a crédito.

CESTA BÁSICA EM DISPUTA

Entre as mais disputadas frentes de batalha esperadas está a definição dos produtos que entrarão na Cesta Básica Nacional de Alimentos. Os itens contemplados terão IBS e CBS com alíquota zero.

Braga lembrou que na reforma, uma das sugestões do Senado foi uma cesta básica nacional com no máximo 35 a 40 itens e uma cesta estendida, que poderia ser contemplada com cashback: IBS e CBS seriam pagos e uma parcela dos **tributos** seria devolvida a parte da população. Mas a cesta estendida não entrou no texto final.

Regimes específicos preocupam

Além dos bens e serviços que terão alíquotas diferenciadas do novo Imposto de Valor Agregado (IVA), formado pela soma do CBS federal com o IBS estadual, os regimes específicos também deverão ser um desafio para a regulamentação da **Reforma Tributária**, segundo o advogado Eduardo Fleury, sócio do escritório FCR Law.

Nesses regimes, a questão não é só a alíquota do IVA. Haverá uma adaptação na forma de recolher o IBS e da CBS, em razão da especificidade das atividades.

No Imposto Seletivo (IS), a questão será a definição de quais bens e serviços terão a sobretaxa. Segundo o senador Eduardo Braga, o IS tem despertado nos setores produtivos "grande preocupação".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Envio de regulamentação da tributária deve ser adiado

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta

O envio para o Congresso Nacional dos projetos de lei que regulamentarão a **reforma tributária** sobre o consumo será adiado, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A conclusão dos trabalhos pelo Ministério da Fazenda estava prevista para essa segunda-feira. Segundo Haddad, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) decidir quando e como os textos serão enviados.

"Só conseguimos dar a palavra final com o presidente, para ele despachar, na quinta-feira [da semana passada]. São 200 pessoas [integrantes dos grupos de trabalho que elaboram os projetos de lei] que passaram o fim de semana trabalhando na redação depois de fechar com o presidente para entregar nesta semana. Acredito que nesta semana vai", disse em entrevista para a GloboNews.

Haddad também lembrou que viajaria na segunda para os Estados Unidos, onde participará de reuniões de G20, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Por isso, segundo ele, o próprio Lula levantou a possibilidade de que os textos só sejam apresentados na semana que vem, quando o ministro voltará para o Brasil.

"Estamos fazendo tudo para a Casa Civil ter o texto nas próximas horas, e daí o presidente decide como fazer a solenidade de entrega", disse o ministro.

A **reforma tributária** sobre o consumo foi aprovada no ano passado por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC), mas dezenas de pontos ainda precisam ser regulamentados por projetos de lei. Na semana passada, o diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Daniel Loria, afirmou que a pasta trabalhava com o plano de regulamentar a reforma por meio de dois textos, cada um com mais de 150 páginas. As afirmações foram feitas no evento Rumos 2024, promovido pelo Valor com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Por sua vez, Haddad disse na entrevista que o grande debate sobre a reforma afetará a tributação sobre alimentos que será realizado no Congresso. Ele

defendeu a importância de não cair no "canto da sereia" segundo o qual a redução de **tributos** para todos os alimentos é algo positivo. A redução, de acordo com o ministro, será feita levando em conta o meio ambiente e a saúde humana. As afirmações foram feitas quando Haddad respondia pergunta sobre a inclusão de alimentos ultra-processados na lista dos beneficiados com isenção tributária.

O ministro explicou que, para efeitos de tributação, os alimentos serão tratados de três maneiras distintas: os que serão isentos, os que pagarão alíquota reduzida e os que pagarão alíquota cheia.

"O trabalho é distribuir produtos por essas três cestas para induzir boas práticas de alimentação saudável", disse, destacando que o assunto foi um dos temas discutidos com Lula na semana passada.

Haddad ainda destacou que, além da reforma sobre consumo, o Ministério da Fazenda vai se "debruçar" e ter "até meados do ano" um "posicionamento" mais claro a respeito da **reforma tributária** sobre renda e capital. A proposta também vem sendo elaborada pela Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** da pasta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843?page=1§ion=1>

Justiça tributária aos MEIs tem relatório concluído

O senador Laércio Oliveira (PP/SE) apresentou, na sexta-feira, 12, seu relatório ao PLP 261/ 2023, que determina a correção, pelo índice de **inflação**, do teto do faturamento dos microempreendedores individuais e das micro e pequenas empresas. O Brasil tem cerca de 24 milhões desses pequenos negócios cadastrados na **Receita Federal**.

Contudo, a cada vez que o faturamento aumenta, apenas o suficiente para cobrir os custos, os empreendedores precisam pagar mais **impostos** porque mudam de faixa de contribuição. "É inadiável que se corrija, pela **inflação**, o teto do faturamento de MEI, micro e pequenas empresas ou milhares delas fecharão as portas," afirmou Laércio Oliveira.

O estado de Sergipe tem quase 150 mil estabelecimentos, sendo que 50.7% correspondem a Microempresário Individual; 33.4% representam Microempresas e 4.79% são Empresas de Pequeno Porte. Contudo, o atual desequilíbrio entre o dinheiro que entra no caixa, os custos dos empreendimentos e valor do imposto que é pago, ameaça a manutenção dos negócios.

No momento, o senador Laércio Oliveira trabalha em três frentes que darão o suporte necessário à saúde financeira dos MEIs, micro e pequenos empreendedores e manterão empregos, renda e dignidade dos trabalhadores. Além do projeto do simples Nacional, a outra iniciativa é o Pronampe, que teve seu relatório apresentado pelo senador, na última quarta-feira.

O projeto do senador Esperidião Amim (PP/SE) prevê que as linhas de crédito especiais para os MEIs, micro e pequenos empreendedores sejam permanentes. Outro desafio do senador é ver aprovado um projeto de desoneração ampla da folha de pagamentos do setor de serviços, prevista na **Reforma Tributária**, a partir de emenda que apresentada por Laércio e provada no Congresso Nacional.

Esse parágrafo pede que o governo envie um projeto sobre a desoneração do setor de serviços. "O prazo estipulado já venceu. Mas espero, com otimismo, que até a próxima semana, o governo envie o projeto de lei anunciado pelo senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada.", conclui Laércio.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=133254>

Os impactos da reforma tributária na indústria (Artigo)

REGINALDO LOPES Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

A convite da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), participei como palestrante do evento Imersão Indústria, realizado em Belo Horizonte na semana passada. O lema do debate foi o impacto da **reforma tributária** no setor industrial.

Não foi a primeira vez que estive nesse importante encontro, mas essa edição teve um sabor especial. Durante anos, tratamos da necessidade de reformar o sistema tributário, e desta vez fui apresentar os resultados de uma mudança que já aprovamos e está na fase da regulamentação. A tão sonhada reforma já é uma realidade.

Todos os setores da economia vão ganhar com as mudanças na legislação, mas o industrial deve ser o que mais vai crescer. Não por predileção do Congresso, que aprovou a nova legislação, mas por um motivo muito simples: com o atual sistema, ele era o mais prejudicado.

Normalmente, a tributação eleva os custos das empresas. A cumulatividade da cobrança de **impostos** em cadeia onera sobremaneira a produção industrial, que chega a alíquotas de 43%, o que prejudica a competitividade, penaliza os investimentos e gera insegurança jurídica.

Além disso, a complexidade do sistema causa altos custos com a burocracia tributária e seus contenciosos judiciais. Com produtos mais caros, reduzimos nossa capacidade de exportação e, o que é pior, o país não consegue concorrer com a invasão de produtos importados, agora impulsionados pela isenção do comércio eletrônico globalizado.

O Brasil exporta **tributos** com produtos e, em contrapartida, importa mercadorias com valor agregado, gerando um saldo negativo de US\$ 128 bilhões.

Nenhuma nação se consolida sem uma indústria pujante. A **reforma tributária** criou as condições para o Brasil ter uma indústria moderna, sustentável e digital. Acima de tudo, trouxe competitividade para o mercado interno e para as exportações.

Se pudéssemos traduzir a reforma em poucas palavras, seriam: ganho de competitividade e eficiência produtiva. A introdução do Imposto sobre Valor Agregado e o fim da cumulatividade têm a capacidade de acelerar significativamente o crescimento econômico e beneficiar toda a população, com mais empregos e mais renda.

Um estudo coordenado pela Confederação Nacional da Indústria mostrou que entre julho de 2006 e dezembro de 2022 a produção de bens de consumo caiu 5,7%, enquanto as vendas no varejo cresceram 77,6%.

A produção da indústria brasileira (de bens de consumo duráveis e não duráveis) não tem sido suficiente para atender à demanda interna e não está conseguindo competir com os produtos importados no suprimento do mercado doméstico.

A indústria tem um efeito multiplicador para a economia como nenhum outro setor tem. Estima-se que, para cada R\$ 1 produzido na indústria, são gerados R\$ 2,44 na atividade econômica. Para cada US\$ 1 bilhão investidos em produtos manufaturados exportados, é capaz de gerar 30 mil empregos diretos e indiretos.

O setor industrial vai ter um grande avanço com um sistema tributário mais justo. Com ele, todos ganham, afinal não existem serviços sem indústria.

A cumulatividade da cobrança de **impostos** em cadeia onera sobremaneira a produção industrial, que chega a alíquotas de 43%.

Para cada US\$ 1 bilhão investidos em produtos manufaturados exportados, é capaz de gerar 30 mil empregos diretos e indiretos

REGINALDO LOPES Deputado federal (PT-MG)
dep.reginaldolopes@camara.gov.br

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

INSS aciona AGU por 'post' sobre benefício nas redes

**ARTHUR FALCÃO E LETICIA LOPES ★Estagiário,
sob a supervisão de Danielle Nogueira**

Influenciadores digitais, entre celebridades e artistas, causaram polêmica nos últimos dias nas redes sociais após divulgarem peças publicitárias sobre uma empresa que presta "assessoria" para entrar com a solicitação do salário-maternidade, benefício oferecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As publicações promocionais omitiam que o benefício previdenciário, garantido por lei, pode ser solicitado pelas trabalhadoras nos canais oficiais do governo, sem custos.

Após a repercussão nas redes sociais, o **INSS** informou ter acionado a Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Advocacia-Geral da União (AGU), para que "tome as providências que julgar necessárias".

O salário-maternidade é um benefício garantido às seguradas do **INSS** -ou seja, quem contribui para a Previdência - em caso de afastamento da função por parto, aborto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

As peças publicitárias publicadas pelas celebridades nas redes sociais promoviam serviços oferecidos pela Serra Assessoria. Em seu site, a empresa se autointitula como de "assessoria previdenciária".

O GLOBO tentou contato com os responsáveis pela empresa, mas não obteve retorno.

COBRANÇA DO BENEFICIÁRIO

Antes desses contatos, numa troca de mensagens por escrito, uma representante da Serra Assessoria informou que o serviço prestado é de auxílio às mães "que tiveram seus benefícios negados pelo governo federal".

"Cobramos 30% do valor somente após a concessão do benefício, e quem efetua o nosso pagamento é a própria cliente, não temos acesso ao valor do benefício, somente a titular do benefício tem acesso ao valor", escreveu a representante da empresa.

Ela informou ainda que o trabalho da empresa é "evitar o indeferimento indevido do benefício". A Serra

Assessoria teria um "compromisso com a segurança e integridade", e os dados coletados são "única e exclusivamente para a concessão do benefício solicitado". E tudo obedeceria à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O caso ganhou repercussão quando um internauta publicou, no X (antigo Twitter), a informação de que inúmeros influenciadores digitais e celebridades estariam fazendo a propaganda para a Serra Assessoria.

Nos comentários, os usuários da rede social criticaram a falta de clareza nas mensagens. A propaganda veiculada nas redes sociais deixaria subentendido que somente com a assessoria profissional as contribuintes conseguiriam fazer o pedido do benefício.

SEM INTERMEDIÁRIOS

Antes de acionar a AGU para que tome providências, por causa da repercussão do caso, o **INSS** já alertava que a única forma de entrar com o pedido do benefício é pelo aplicativo ou pelo site Meu **INSS**. De acordo com o órgão federal, canais não oficiais para a concessão de benefícios devem ser vistos com desconfiança porque podem representar "risco à segurança de dados do cidadão".

"O **INSS** não utiliza intermediários para concessão de quaisquer benefícios. Todos são gratuitos e podem ser acessados por meio do aplicativo ou site Meu **INSS** e pela Central de Atendimento 135", informou o órgão em nota.

Segundo o **INSS**, nos casos em que os beneficiários necessitem de auxílio profissional para fazer pedidos, devem buscar ajuda de um advogado ou advogada devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo a representante da Serra Assessoria que respondeu por escrito aos questionamentos do GLOBO, a empresa trabalha sem advogados.

Como funciona o benefício

Quem tem direito?

O salário-maternidade é um benefício garantido às

mulheres que contribuem para o **INSS**, em caso de afastamento do trabalho por parto, aborto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. Quem não está em atividade, mas permanece como segurado do **INSS**, também tem direito.

Qual o valor?

O valor do salário-maternidade é calculado de formas diferentes para cada tipo de relação trabalhista, como empregada, empregada doméstica, empregada com jornada parcial ou intermitente.

Quanto tempo dura?

A duração também varia de acordo com as condições de contribuição de cada trabalhadora. No caso de parto, adoção ou guarda para fins de adoção e feto natimorto, são 120 dias. No caso de aborto espontâneo ou nas condições previstas em lei, são 14 dias.

Como entrar com pedido?

O **INSS** recomenda usar o site ou o aplicativo Meu **INSS**, clicando no botão "Novo Pedido". Após seguir o passo a passo com as instruções, o pedido será analisado. Para acompanhar o andamento, o interessado ou a interessada podem acessar o Meu **INSS** (aplicativo ou site) ou ligar para o telefone 135.

Recomendações do **INSS**

O **INSS** alerta que a única forma de entrar com o pedido do benefício é pelo aplicativo ou site Meu **INSS**. Segundo o órgão, canais não oficiais devem ser vistos com desconfiança. Quem necessita de auxílio profissional deve buscar ajuda de um advogado registrado na OAB.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Benefício gratuito do INSS está 'à venda' nas redes

Leticia Lopes e Arthur Falcão

Influenciadores digitais, entre celebridades e artistas, causaram polêmica nos últimos dias nas redes sociais após divulgarem peças publicitárias sobre uma empresa que presta "assessoria" para fazer pedidos do salário-maternidade, benefício oferecido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). As publicações promocionais omitiam que o benefício previdenciário, garantido por lei, pode ser solicitado pelas trabalhadoras nos canais oficiais do governo, sem custos.

Após a repercussão nas redes sociais, o órgão federal informou ter acionado a Procuradoria Federal Especializada, vinculada à Advocacia- Geral da União (AGU), para que "tome as providências que julgar necessárias".

As peças publicitárias publicadas pelas celebridades nas redes sociais promoviam serviços oferecidos pela Serra Assessoria. Em seu site, a empresa se autointitula como de "assessoria previdenciária".

O EXTRA tentou contato com os responsáveis pela empresa, mas não obteve retorno.

INSS APONTA RISCO Antes desses contatos, numa troca de mensagens por escrito, uma representante da Serra Assessoria informou que o serviço prestado é de auxílio às mães "que tiveram seus benefícios negados pelo governo federal".

"Cobramos 30% do valor somente após a concessão do benefício e quem efetua o nosso pagamento é a própria cliente, não temos acesso ao valor do benefício, somente a titular do benefício tem acesso ao valor", escreveu a representante da empresa.

De acordo com o **INSS**, canais não oficiais para a concessão de benefícios devem ser vistos com desconfiança porque podem representar "risco à segurança de dados do cidadão".

COMO PEDIR O SALÁRIO-MATERNIDADE

QUEM TEM DIREITO?

O salário-maternidade é um benefício garantido às seguradas do **INSS**, ou seja, quem contribui para a

Previdência Social, em caso de afastamento da função por parto, aborto, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. O valor do salário-maternidade é calculado de formas diferentes para cada pessoa que pedir o benefício.

.....

QUANDO TEMPO DURA?

A duração também varia de acordo com as condições de contribuição de cada trabalhadora: - Parto: 120 dias.

- Adoção ou guarda para fins de adoção (de crianças de até 12 anos): 120 dias.

- Feto natimorto: 120 dias.

- Aborto espontâneo ou previstos em lei (estupro ou risco de vida para a mãe): 14 dias

PASSO A PASSO PARA ENTRAR COM O PEDIDO 1 - Entre no site ou aplicativo Meu **INSS**.

2 - Clique no botão "Novo Pedido".

3 - Digite "salário-maternidade urbano" ou "salário-maternidade rural".

4 - Na lista, clique no nome do serviço/benefício.

5 - Leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções.

6 - O pedido será analisado e, para acompanhar o andamento, o interessado ou a interessada podem acessar o Meu **INSS** (aplicativo ou site) ou ligar para o telefone 135.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS condenado por demora em reconhecer invalidez (Previdência)

Rômulo Saraiva

Advogado especialista em **Previdência Social**, é professor, autor do livro *Fraude nos Fundos de Pensão* e mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP.

Que o sistema de avaliação pericial do **INSS** não é perfeito disso todo mundo já sabe. Ele comporta situações extremas. Registra casos em que o trabalhador incapaz recebe alta médica precipitada até esquecer ou demorar a chamar o segurado para fazer nova perícia, o que pode demorar meses ou anos.

Enquanto isso, muita gente que já devia ter voltado a trabalhar ganha o benefício indevidamente. De todas essas distorções, há uma que merece atenção. A demora do Instituto para reconhecer a invalidez de um segurado, principalmente se a incapacidade existir desde antes da reforma da Previdência, pode trazer um aumento (ou prejuízo se não for observada) considerável no valor da aposentadoria.

Nesses casos de invalidez existente antes de 12 de novembro de 2019, data da reforma previdenciária, mas reconhecida pelo **INSS** só depois disso, gera a distorção no cálculo do benefício.

Normalmente, o **INSS** atrasa na reavaliação pericial por problemas internos, principalmente carência de médicos, o que ocasiona no segurado não ser convocado logo para a reavaliação da perícia médica oficial. Outro motivo é que nem sempre o médico perito estabelece retroativamente a data do início da incapacidade.

A depender da gravidade da doença e do tratamento médico, justifica-se o benefício ser pago por mais tempo. O olhar do **INSS**, em tese, deveria acompanhar toda evolução clínica do segurado. Nem sempre acontece.

Às vezes, o **INSS** concede o benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença), mas passa do ponto em convertê-lo em aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez), quando se chega no nível de incapacidade total e definitiva.

O segurado fica recebendo além da conta o auxílio-

doença, embora já devesse estar aposentado. Também pode ocorrer de o segurado se encontrar inválido e a autarquia negar qualquer benefício.

Além de privar o segurado do direito à aposentadoria, o problema dessa demora do **INSS** é não fazer a análise correta da data do início da incapacidade.

Caso haja demora na reavaliação, os peritos tendem a opinar que a presença da incapacidade total se deu dali em diante, ignorando que ela se faz presente há tempo.

O problema é que esta inércia pode causar prejuízo ao segurado, uma vez que a reforma da Previdência em 2019 alterou drasticamente a forma de cálculo e o resultado financeiro. Antes, independentemente se a doença que originou a invalidez fosse ou não relacionada ao trabalho, isso não tinha qualquer importância no cálculo do benefício.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Com a criação da emenda constitucional nº 103/2019, os melhores valores de aposentadoria por invalidez são praticados se a mesma tiver natureza acidentária ou decorrente de doença profissional ou do trabalho. Os demais tipos de doenças podem amargar prejuízo de até 40%.

Em Pernambuco, a juíza Ivana Mafra Marinho, da turma recursal da Justiça Federal entendeu que, embora a conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez tenha ocorrido apenas depois da reforma da Previdência, em 2020, a incapacidade permanente surgiu anteriormente à vigência da emenda constitucional nº 103/2019 e caberia ao **INSS** constatar isso.

Segundo Mafra, a "nova disciplina acarreta, via de regra, redução no valor do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para fatos geradores ocorridos posteriormente à reforma. É que na forma anterior, a RMI do benefício correspondia a 100% do salário-de-benefício e, com a aplicação do art. 26, §2º da EC 103/2019, passa a corresponder a 60% do salário-de-benefício, com acréscimo de 2 (dois) pontos

percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, quando se tratar de homem, e 15 (quinze) anos de contribuição, quando se tratar de mulher, exceto se decorrente de acidente do trabalho ou doença profissional ou do trabalho".

Foi reconhecido o dever de o **INSS** aferir com exatidão o início da invalidez, pois isso pode ter repercussão no cálculo das aposentadorias. Com isso, a magistrada garantiu no processo nº 0527598-84.2021.4.05.8300 que fosse aplicado o melhor cálculo para o segurado, evitando uma distorção relevante entre as rendas mensais dos benefícios previdenciários por incapacidade.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/04/inss-condenado-por-demora-em-reconhecer-invalidez.shtml>

INSS alerta que salário-maternidade pode ser pedido gratuitamente e sem intermediários; veja como

Por g1

O **INSS** publicou um alerta nesta segunda-feira (15), informando que não é necessário usar intermediários para conseguir o salário-maternidade, e que a solicitação é gratuita.

A publicação aconteceu após famosos fazerem propagandas nas redes sociais de uma empresa que oferece assessoria para mulheres receberem o benefício.

Têm direito ao salário-maternidade trabalhadoras afastadas das atividades por conta do nascimento do filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial.

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou um alerta nesta segunda-feira (15) informando que não é preciso contar com intermediários para conseguir o salário-maternidade.

A publicação aconteceu após diversos famosos fazerem propaganda de uma empresa que oferece assessoria para mulheres receberem o auxílio. Nas redes sociais, os influencers costumam chamar a atenção para a publicidade com frases como Atenção, mãães e gravidinhas .

Mas o **INSS** , que já tinha feito um alerta semelhante em 2023, destaca que o benefício pode ser solicitado pela própria trabalhadora. E que isso é feito à distância, não é preciso comparecer a uma agência.

Além disso, todo o processo é gratuito e não existe cobrança de multas ou valores adiantados para que o salário-maternidade seja liberado.

DADOS SENSÍVEIS - O pedido deve ser feito por meio do aplicativo ou do site Meu **INSS**, além da Central de Atendimento 135 (veja abaixo o passo a passo).

Ao acessar o Meu **INSS** para dar entrada em qualquer benefício, é necessário ter um login e senha na plataforma Gov.br. Por isso, a recomendação é de que somente uma pessoa de confiança tenha esses dados. O **INSS** alertou para o risco de entregar essas

informações para sites desconhecidos.

Nesta reportagem, o g1 explica algumas dúvidas sobre o salário-maternidade. Veja abaixo:

O que é o salário-maternidade? Quem tem direito ao salário-maternidade? Como é feito o cálculo do salário-maternidade? Como solicitar o salário-maternidade? Onde e quando pedir o salário-maternidade? Tem prazo máximo? Qual a duração do salário-maternidade? Como fugir de golpes na internet?

1. O que é o salário-maternidade?

O salário-maternidade é um direito trabalhista que garante à mulher um afastamento de 120 dias do emprego para cuidar do filho, sem prejuízo da sua remuneração.

2. Quem tem direito ao salário-maternidade?

O benefício é liberado para trabalhadoras que se afastaram das atividades devido ao nascimento do filho, a aborto não criminoso, a adoção ou guarda judicial para fins de adoção.

Ele é garantido para as seguradas do **INSS**, inclusive aquelas que não estejam em atividade, mas permaneçam em período de manutenção da qualidade de segurado (até 12 meses após a última contribuição).

O período de segurado pode ser maior ou menor em situações como pessoas que recebem outros tipos de benefícios (auxílio-acidente e auxílio-suplementar), ex-beneficiários por incapacidade, que tenham feito mais de 120 contribuições mensais, entre outras.

3. Como é feito o cálculo do salário-maternidade?

O valor do salário-maternidade é calculado de formas diferentes para cada pessoa que pedir o benefício. Veja na tabela abaixo como funciona:

4. Como solicitar o salário-maternidade?

A única forma legal e correta de pedir o benefício do salário-maternidade é pelo aplicativo ou site **Meu INSS**. Basta seguir os seguintes passos:

Entre no Meu **INSS**; Clique no botão "Novo Pedido"; Digite "salário-maternidade urbano" ou "salário-maternidade rural"; Na lista, clique no nome do serviço/benefício; Leia o texto que aparece na tela e avance, seguindo as instruções.

Conforme alertado pelo **INSS**, não é necessário contratar uma empresa para intermediar o pedido.

Porém, se a beneficiária precisar de um auxílio, a orientação é que ela procure um advogado devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

(Isso) se você não se acha apto ou tem dúvidas, como: Será que eu ainda estou com a qualidade de segurada? Aí, sim, você deve procurar ajuda de um advogado de confiança, explica Washington Barbosa, especialista em direito previdenciário.

5. Onde e quando pedir o salário-maternidade? Tem prazo máximo?

Todo atendimento relacionado ao salário-maternidade é realizado à distância, não sendo necessário o comparecimento presencial nas unidades do **INSS**, somente quando solicitado, para comprovação.

Além das regras na tabela acima, há, ainda, o chamado "período de prescrição", afirma o advogado.

Isso significa que, se no momento em que a criança nasceu, a mãe preenchia os requisitos para obter o salário-maternidade, mas não pediu o benefício por algum motivo, ela ainda tem um prazo de 5 anos para fazer a solicitação.

6. Qual a duração do salário-maternidade?

O tempo de duração depende do motivo que deu origem ao benefício. Atualmente, há quatro categorias com calendários diferentes.

120 dias, em caso de parto; 120 dias, em caso de adoção ou guarda judicial para fins de adoção, independentemente da idade do adotado que deverá ter no máximo 12 anos de idade; 120 dias, em caso de natimorto; 14 dias, em caso de aborto espontâneo ou previstos em lei (estupro ou risco de vida para a mãe), a critério médico.

7. Como fugir de golpes na internet?

Sites e redes sociais que oferecem supostas

facilidades ou dizem ser canais oficiais para conseguir o salário-maternidade devem ser vistos com atenção, pois podem representar risco à segurança de dados do cidadão.

O **INSS** não utiliza intermediários para a liberar o benefício, além de não cobrar multas ou valores adiantados para que o salário-maternidade seja liberado.

Além disso, não se deve fornecer dados pessoais como CPF, nome, data de nascimento, etc. para sites ou empresas de origem desconhecida.

Site: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2024/04/16/inss-alerta-que-salario-maternidade-pode-ser-pedido-gratuitamente-e-sem-intermediarios-veja-como.ghtml>

INSS reforça que salário-maternidade pode ser solicitado de graça e sem intermediários

Economia|**Rafaela Soares, do R7, em Brasília**

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) explicou que não utiliza intermediários para o benefício do salário-maternidade às trabalhadoras seguradas. Todo o processo pode ser feito pela própria gestante, de forma gratuita, no aplicativo ou site Meu **INSS**. A recomendação do órgão é que a segurada procure um auxílio de advogados ou da defensoria pública caso necessitem de assistência. A recomendação vem após uma série de postagens das redes sociais nas quais influenciadores indicam uma empresa capaz de ajudar as mulheres.

"Sites e redes sociais que oferecem facilidades e mesmo se apresentam como canais para conseguir o salário-maternidade não são canais oficiais e devem ser vistos com desconfiança, pois podem representar risco à segurança de dados do cidadão. É sempre importante lembrar que não se deve fornecer dados pessoais, como CPF, nome, data de nascimento, etc. em sites de origem desconhecida", diz o **comunicado**.

O benefício é pago para aqueles segurados no Regime Geral de **Previdência Social**, inclusive aqueles que não estejam em atividade, mas permaneçam em período de manutenção da qualidade de segurado. Para ter direito ao benefício, é preciso começar a contribuir com a previdência antes de engravidar.

- Entre no Meu **INSS**;
- Clique no botão "Novo Pedido";
- Digite "salário-maternidade urbano" ou "salário-maternidade rural";
- Na lista, clique no nome do serviço/benefício;
- Leia o texto que aparece na tela e avance seguindo as instruções.

O cálculo do benefício é feito de formas diferentes para cada pessoa que pedir o benefício. Veja alguns exemplos:

Site: <https://noticias.r7.com/economia/inss-reforca-que-salario-maternidade-pode-ser-solicitado-de-graca-e-sem-intermediarios-16042024/>

Texto de lei orçamentária só prevê cortes no INSS e em programa do agro

DANIEL WETERMAN BIANCA LIMA BRASÍLIA

A economia esperada com a revisão de gastos proposta pelo governo é menor do que 1% da despesa total com os programas que passarão por reavaliação.

Integrantes da equipe econômica dizem que a proposta apresentada é um "primeiro passo", mas admitem que será preciso cortar mais despesas para cumprir o arcabouço fiscal e sustentar as metas para as contas públicas nos próximos anos.

Ao apresentar ontem o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, a equipe econômica citou duas opções de melhoria do gasto público, uma agenda classificada como prioridade pelo Ministério do Planejamento e Orçamento e pelo Ministério da Fazenda, para melhorar as contas da União.

Dois programas entraram no foco e podem ter os gastos reduzidos, como antecipou o Estadão: os benefícios previdenciários, que envolvem o pagamento de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que compensa financeiramente agricultores por perdas que sofreram com eventos climáticos.

O governo estima economizar R\$ 9,2 bilhões com as duas revisões em 2025. Esse valor representa menos de 1% do total que esses dois gastos devem somar no Orçamento do ano que vem, de R\$ 988,9 bilhões, conforme projeções do próprio Executivo. Em quatro anos, a economia seria de R\$ 37,3 bilhões, sendo que a despesa total supera R\$ 4 trilhões.

O corte no programa do agronegócio, no entanto, será muito maior do que a revisão dos benefícios previdenciários, em termos proporcionais. O Proagro pode perder até metade do orçamento em 2025, que deve ficar entre R\$ 5 bilhões e R\$ 8 bilhões. O programa é defendido por integrantes do agronegócio, mas o governo aponta necessidade de redução em função de fraudes e falhas.

"NOVOS DEGRAUS". Sem revisão de gastos, o governo precisa aumentar a arrecadação para sustentar o novo arcabouço, mas vê a agenda focada em acréscimo de receitas perder força. "O objetivo é escalar com a agenda de revisão do gasto. Podemos

contar com aumento de arrecadação, que não foi incorporado por conservadorismo, mas isso não significa que não subiremos novos degraus (no gasto)", disse o secretário de Orçamento federal, Paulo Bijos.

A revisão virou um novo anexo do projeto das diretrizes do Orçamento de 2025.

Pela primeira vez, a proposta terá uma parte específica para relacionar os programas que poderão ser revistos.

O arcabouço fiscal, aprovado em 2023, deu poder para o Executivo incluir a reavaliação de despesas na legislação a cada ano. O Congresso, ao votar a proposta, pode mexer nesse anexo, acrescentar outros programas ou até mesmo retirar o que o governo incluiu.

Por enquanto, o Executivo não mexeu nos gastos mínimos com Saúde e Educação exigidos pela Constituição. E também deixou fora do radar qualquer discussão sobre as despesas mínimas reservadas para emendas parlamentares.

O seguro-defeso, destinado a pescadores, é outro programa passível de cortes.

Alvos para enxugamento Equipe da Fazenda estima economizar R\$ 9,2 bilhões com revisões em 2025 na Previdência e no Proagro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Dinheiro esquecido do PIS já chega a R\$ 21,8 milhões

A Caixa Econômica Federal informou que o dinheiro esquecido de abono do PIS 2024 já soma R\$ 21,8 milhões nas contas de 26,2 mil trabalhadores de todo o país.

Os beneficiários que ainda não acessaram os valores podem fazer o saque até dezembro.

Caso a quantia não seja retirada, ela volta para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Confira, abaixo, como fazer a consulta e o saque do benefício.

Ontem, o abono salarial do PIS/Pasep 2024 (ano-base 2022) começou a ser pago para quem nasceu em março e abril. O valor corresponde a até um salário mínimo (R\$ 1.412). O depósito do PIS, pago aos trabalhadores vinculados ao Programa de Integração Social, é feito pela Caixa Econômica Federal. Ela deposita o dinheiro na conta corrente ou poupança, para quem é cliente do banco, ou na conta digital, para quem não é.

Para quem já possui conta na Caixa, os créditos são realizados nas contas existentes e os valores podem ser movimentados com o cartão da conta, pelo internet banking ou pelo aplicativo do banco.

O abono salarial Pasep é pago para **servidores públicos** ou trabalhadores de empresas estatais, por meio do Banco do Brasil. Os **servidores públicos** que têm direito ao Pasep precisam verificar se houve depósito em conta.

O beneficiário pode optar por realizar transferência (TED) para conta de mesma titularidade em outras instituições financeiras, nos terminais de autoatendimento do BB ou no portal www.bb.com.br/pasep, ou ainda efetuar o saque nos caixas das agências.

Caso isso não tenha ocorrido, é necessário procurar uma agência do Banco do Brasil e apresentar um documento de identificação. Informações também podem ser obtidas pelo telefone 0800-729 00 01.

PRAZO É possível fazer o saque dos valores esquecidos até o mês de dezembro

VEJA COMO ENCONTRAR OS VALORES E SACAR BENEFÍCIO

COMO CONSULTAR Para saber se recebeu ou se vai receber o abono, o trabalhador deve consultar a Carteira de Trabalho Digital ou o portal Gov.br. A consulta está disponível desde 5 de fevereiro. Para os trabalhadores nascidos de janeiro a abril, a Caixa disponibiliza a consulta às informações do pagamento pelos seguintes canais: - Aplicativo Caixa Tem.

- Aplicativo Caixa Trabalhador.

- Portal Cidadão.

Os dados de pagamento do abono do PIS para os trabalhadores que nasceram nos meses de maio a dezembro vão estar disponíveis nos canais da Caixa após o recebimento da folha de pagamentos, que é enviada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao banco, de acordo com o calendário de pagamento do Abono Salarial.

.....

COMO SACAR Os trabalhadores que possuem conta corrente ou poupança na Caixa recebem o crédito em sua conta do banco. Quem tem direito a receber o abono do PIS e não tem conta no banco recebe o dinheiro por meio da Poupança Social Digital da Caixa. A movimentação da Poupança Social Digital da Caixa é feita pelo aplicativo Caixa Tem, que permite pagar contas, efetuar transferências e fazer compras com o cartão de débito virtual. Caso não seja possível a abertura da conta digital, o saque poderá ser realizado com o Cartão Social e senha nos terminais de autoatendimento, casas lotéricas, correspondentes Caixa Aqui ou nas agências da Caixa.

.....

QUEM TEM DIREITO O valor do benefício vai depender de quanto tempo a pessoa trabalhou com carteira assinada no ano-base. É considerado o ano de 2022, por conta de um atraso no calendário do PIS/Pasep em decorrência da pandemia de Covid-19.

- Só tem direito ao benefício os trabalhadores com remuneração média de até dois salários mínimos.

- Se você trabalhou durante os 12 meses de 2022, vai receber o valor integral, que é de um salário mínimo

nacional. Se trabalhou por apenas um mês, por exemplo, vai receber o equivalente a 1/12 do piso, e assim sucessivamente.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

- Segundo o Ministério do Trabalho, além disso, para ter direito ao abono salarial o trabalhador precisa ter sido informado pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) até o dia 10 de maio de 2023, e no eSocial até o dia 5 de dezembro de 2023. Após isso, o pagamento será feito somente no próximo exercício.

.....

QUANDO CAI O PAGAMENTO?

O cronograma vai de 15 de fevereiro a 15 de agosto, de acordo com a data de nascimento do trabalhador (PIS) ou o número de inscrição (Pasep). Os valores ficarão disponíveis até o dia 27 de dezembro de 2024. O calendário completo de pagamentos é o seguinte: - Nascido em janeiro recebeu em 15 de fevereiro.

- Nascido em fevereiro recebeu em 15 de março.

- Nascido em março recebeu ontem.

Nascido em abril recebeu ontem.

- Nascido em maio recebe em 15 de maio.

- Nascido em junho recebe em 15 de maio.

- Nascido em julho recebe em 17 de junho.

- Nascido em agosto recebe em 17 de junho.

- Nascido em setembro recebe em 15 de julho.

- Nascido em outubro recebe em 15 de julho.

- Nascido em novembro recebe em 15 de agosto.

- Nascido em dezembro recebe em 15 de agosto.

.....

O QUE MUDOU EM 2024? A novidade em 2024 é a unificação do calendário de pagamento para quem recebe o PIS e para quem recebe o Pasep. Antes, os **servidores públicos** eram pagos de acordo com o dígito final do número de inscrição. Neste ano, todos recebem pelo mês de nascimento. A estimativa é que aproximadamente 24,5 milhões de trabalhadores recebam o abono salarial em 2024, representando um desembolso total de R\$ 23,9 bilhões. A Caixa Econômica Federal é responsável pelo pagamento do PIS, e o Banco do Brasil, pelo do Pasep.

Caixa libera abono do PIS/Pasep para nascidos em março e abril

Cerca de 3,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada nascidos em março e abril podem sacar, desde ontem (15), o valor do abono salarial do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) em 2024. A quantia está disponível no aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e no Portal Gov.br.

Ao todo, a Caixa Econômica Federal liberará R\$ 4 bilhões neste mês. Aprovado no fim do ano passado, o calendário de liberações segue o mês de nascimento do trabalhador, no caso do PIS, ou o número final de inscrição do Pasep. Os pagamentos ocorrem de 15 de fevereiro a 15 de agosto.

Neste ano, cerca de R\$ 27 bilhões poderão ser sacados. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), o abono salarial de 2024 será pago a 24,87 milhões de trabalhadores em todo o país. Desse total, 21,98 milhões trabalham na iniciativa privada e receberão o abono do PIS e 2,89 milhões de **servidores públicos**, empregados de estatais e militares têm direito ao Pasep.

O PIS é pago pela Caixa Econômica Federal e o Pasep, pelo Banco do Brasil. Como ocorre tradicionalmente, os pagamentos serão divididos em seis lotes. O saque poderá ser feito desde o dia de liberação do lote até 27 de dezembro de 2024. Após esse prazo, será necessário aguardar convocação especial do Ministério do Trabalho e Previdência.

Solução dupla para o mesmo problema

Justiça social e crescimento sustentável não são antagônicos, afirmou o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, Sérgio Firpo, no Rumos 2024. Firpo defendeu a combinação dos dois objetivos em debate realizado com a economista-chefe do Santander e ex-secretária do Tesouro Nacional Ana Paula Vescovi e Cristiane Schmidt, ex-secretária estadual de Economia de Goiás.

- Há grandes objetivos, para além do crescimento econômico: justiça social e garantir a preservação dos recursos, para que o crescimento seja ambientalmente sustentável -afirmou o secretário. -A justiça social fecharia hiatos de acesso muito grandes, em ocupação, em educação de qualidade. É como se a gente estivesse desperdiçando recursos, insumos produtivos que não estão sendo utilizados. Os custos de crescer sem respeitar o meio ambiente estão cada vez maiores.

Outra prioridade de Firpo é melhorar a qualidade do gasto público. Para o secretário, avaliar políticas públicas é bem diferente de revisões de gastos e os "pente-fino" que já ocorreram em programas no passado, em outros governos, e foram alvo de críticas por causar demora e filas entre a população mais vulnerável.

-Avaliação é um instrumento para incidir no ciclo orçamentário, e isso é uma novidade: usar evidência para anualmente mexer no Orçamento -afirmou.

DIREITOS GARANTIDOS

Em meio ao esforço da equipe econômica para cumprir a meta de déficit zero proposto para 2024 pelo Ministério da Fazenda, Firpo ressaltou que reduzir gastos a partir da retirada de direitos da camada mais pobre da população está fora da pauta do governo federal:

- Não vamos fazer contenção de despesas obrigatórias aumentando filas.

Questionado sobre o relatório do Tesouro que aponta que flexibilizar os pisos de saúde e educação pode liberar R\$ 131 bilhões para outros gastos de custeio e investimentos até 2033, o secretário considerou a discussão interessante por liberar espaço fiscal para outras despesas relevantes.

Em 2024, os mínimos constitucionais voltaram a ser vinculados à arrecadação: enquanto o piso da saúde equivale a 15% da receita corrente líquida, o da educação representa 18% da receita líquida de **impostos**. Alguns especialistas ponderam que a desvinculação pode resultar em perda de recursos para saúde e educação, áreas onde há déficits históricos.

O arcabouço fiscal do governo federal prevê um limite para as despesas, que não podem crescer mais do que 70% da alta da receita. Já as despesas em saúde e educação podem crescer atreladas à receita, e há o risco de que cresçam demais e tomem espaço fiscal de outras ações do governo.

- Temos uma série de programas sociais importantes. Educação e saúde são fundamentais. Mas o desafio é equilibrar essas despesas de modo a não punir outras também relevantes -explicou Firpo.

Ao tratar de ganhos de produtividade a partir da avaliação de políticas, Firpo citou o exemplo do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social**, sugerido pelo grupo de trabalho que desde o ano passado se dedica a melhorar os processos do **INSS**. Uma das medidas criadas pelo grupo torna possível que o requerente do benefício envie atestado legítimo e consiga o benefício sem perícia.

-Houve essa mudança de dar o benefício da dúvida a quem pede -afirmou.

EDUCAÇÃO NÃO É DINHEIRO

No debate, Vescovi disse que é papel do governo melhorar a educação, tema que antes foi muito negligenciado no Brasil.

- Acreditamos que tudo era formação de capital, tudo era baseado no investimento. E que investimento por si só é uma panaceia, justificando qualquer política pública -criticou, antes de alertar: -A educação não é pegar um orçamento de um ente e destinar dinheiro para a educação, ou criar vinculação. Educação não é despesa, é a relação entre professor e aluno.

Schmidt enfatizou que não existe responsabilidade social sem responsabilidade fiscal. A ex-secretária cobrou mais esforços em serviços básicos, como educação, saneamento, creches e segurança:

- Falta esquecer essa dicotomia política e olhar a

técnica, porque estamos olhando o Brasil, os 200 milhões de brasileiros. A renda média do Brasil é de R\$ 3 mil -alertou.

"Não vamos fazer contenção de despesas aumentando filas"

Sérgio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

"Falta esquecer essa dicotomia política"

Cristiane Schmid, ex-secretária de Economia de Goiás

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para produzir, não bastam reformas

O caminho para aumentar a produtividade no Brasil passa por reformas como a tributária e a trabalhista, mas o trajeto tem mais "pedágios" à frente. Educação e segurança pública também são consideradas essenciais por especialistas para elevar a eficiência. Hoje o Brasil está na 60ª posição entre os 64 países do ranking do Anuário de Competitividade Mundial, do IMD World Competitiveness Center, elaborado com o Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral. A frente apenas de África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela.

-A nossa produtividade está estagnada desde a década de 1990 e (reverter esse quadro) depende de um trabalho de longo prazo -disse Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, durante o evento Rumos 2024.

Para muitos economistas, a reforma trabalhista, feita em 2017, deve ter reflexos a longo prazo, por trazer flexibilidades como mais autonomia na negociação com funcionários, de acordo com as necessidades de cada empresa.

Porém, os efeitos são restritos, pondera Silvia Matos, pesquisadora do Observatório de Produtividade Regis Bonelli, da Fundação Getúlio Vargas e coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

- Os efeitos positivos da reforma trabalhista aparecem muito mais no trabalho formal do que no informal - avaliou a pesquisadora, para quem setores mais intensivos em mão de obra, como o de serviços, têm mais dificuldade para crescer.

PRODUTIVIDADE ESTAGNADA

Levantamento do observatório indica que o desempenho das empresas patinou de 1982 a 2019, principalmente com a baixa eficiência dos investimentos dos setores público e privado. Alternando momentos de alta e queda, o quadro geral é de estagnação, segurando a expansão do **PIB**.

Matos lembra que a agropecuária consegue puxar os números para cima, mas problemas como infraestrutura precária e sistema tributário complexo contribuem para derreter a eficiência da produtividade.

Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para a América Latina e economista-chefe do Brasil do JP Morgan, lembrou que, ao contrário da

desaceleração de 2013 a 2019, o período de 2021 a 2023 acenou com avanço mais forte na economia. No ano passado, o **PIB** cresceu 2,9%:

- Depois da pandemia, fatores pontuais contribuíram para esse cenário, como a maior renda do setor de serviços, o acúmulo nas contas de poupança e o crescimento do consumo sem a aceleração da **inflação**, além da surpresa dos números da agricultura.

Apesar dos esforços institucionais - reformas, Marco do Saneamento, responsabilidade fiscal e autonomia do Banco Central -a agenda de modernização do Brasil ainda precisa de um ponto a mais de inflexão, na avaliação de Fernandez.

- Precisamos esperar a **reforma tributária** sobre o consumo para medir os novos impactos - ponderou.

TEMA DE REUNIÕES

A economista destacou que a segurança pública também é um entrave que afasta o interesse de novos projetos no Brasil e é um dos temas mais lembrados em reuniões de empresas. Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), concordou e acrescentou que o combate à criminalidade depende de um sistema nacional integrado.

- O PCC paulistano já é considerado uma das maiores organizações criminosas do mundo, segundo a The Economist - disse Jungmann, que, no governo **Temer**, foi ministro da Defesa e, na reta final do mandato, da Segurança Pública. - O Estado precisa ter mais responsabilidades constitucionais sobre a segurança.

Barbosa Pinto, da Fazenda, ressaltou a importância da educação. Um estudo do Insper e da Fundação Roberto Marinho indica que 75 mil jovens de 16 anos deixam de completar os estudos anualmente.

- Estudos mostram que a evasão escolar é responsável por perdas de até 3%, ao ano, no **PIB**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Eficiência do país depende de educação e segurança

Jacilio Saraiva Para o Valor, de São Paulo

O caminho para aumentar a produtividade no Brasil passa por reformas como a tributária e a trabalhista, mas o trajeto tem mais "pedágios" à frente. Educação e segurança pública também são consideradas essenciais por especialistas para elevar a eficiência no país. Hoje o Brasil está na 60ª posição entre os 64 países do ranking do Anuário de Competitividade Mundial, do IMD World Competitiveness Center, elaborado com o Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral. À frente apenas de África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela.

"O país não vai crescer de forma sustentada se não tiver responsabilidade fiscal", disse Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, durante o evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo Valor, no hotel Rosewood, em São Paulo. "A nossa produtividade está estagnada desde a década de 1990 e [reverter esse quadro] depende de um trabalho de longo prazo." Para muitos economistas, a reforma trabalhista deve ter reflexos a longo prazo, por trazer flexibilidades como mais autonomia na negociação com funcionários, de acordo com as necessidades de cada empresa.

Porém, os efeitos são restritos, pondera Silvia Matos, pesquisadora do Observatório de Produtividade Regis Bonelli, da Fundação Getúlio Vargas e coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). "Os efeitos positivos da reforma trabalhista aparecem muito mais no trabalho formal do que no informal", disse ela, também no Rumos. Segundo a pesquisadora, setores mais intensivos em mão de obra, como o de serviços, têm mais dificuldade para crescer.

Levantamento do observatório indica que o desempenho das empresas patinou de 1982 a 2019, principalmente com a baixa eficiência dos investimentos dos setores público e privado. Alternando momentos de alta e queda, o quadro geral é de estagnação, segurando a expansão do PIB. Matos lembra que a agropecuária consegue puxar os números para cima, mas problemas como infraestrutura precária e sistema tributário complexo contribuem para derreter a eficiência da produtividade.

Cassiana Fernandez, chefe de pesquisa econômica para a América Latina e economista-chefe de Brasil do JP Morgan, lembrou que, ao contrário da desaceleração de 2013 a 2019, o período de 2021 a 2023 acenou com avanço mais forte na economia. No ano passado, o PIB cresceu 2,9%.

"Depois da pandemia, fatores pontuais contribuíram para esse cenário, como a maior renda do setor de serviços, o acúmulo nas contas de poupança e o crescimento do consumo sem a aceleração da inflação - além da surpresa dos números da agricultura", disse. As exportações brasileiras do agronegócio cresceram 4,8% em 2023, para o recorde de US\$166,5 bilhões.

Apesar dos esforços institucionais - reformas, marco do saneamento, responsabilidade fiscal e autonomia do Banco Central -, entretanto, a agenda de modernização do Brasil ainda precisa de um ponto a mais de inflexão, segundo Fernandez. "Precisamos esperar a reforma tributária sobre o consumo para medir os novos impactos", afirmou.

A economista chamou a atenção ainda para um entrave que afasta o interesse de novos projetos no Brasil. "A segurança pública é um dos temas mais lembrados [nas reuniões] das empresas", disse. Também presente, Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), concordou e acrescentou que o combate à criminalidade depende de um sistema nacional integrado.

"O PCC [Primeiro Comando da Capital] paulistano já é considerado uma das maiores organizações criminosas do mundo, segundo a The Economist", disse Jungmann, citando reportagem da revista britânica. "O Estado brasileiro precisa ter mais responsabilidades constitucionais sobre a questão da segurança." A Constituição brasileira estabelece que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. Na prática, enquanto a União se encarrega do policiamento de fronteiras, combate ao tráfico e patrulhamento de rodovias, os executivos estaduais são responsáveis pelo policiamento ostensivo e a manutenção das polícias civil e militar. "Sem um aumento da capacidade [de oferecer segurança] do poder central, o avanço da criminalidade não vai parar", assinalou Jungmann.

Barbosa Pinto, da Fazenda, pontuou a importância da educação. "Estudos mostram que a evasão escolar é responsável por perdas de até 3%, ao ano, no **PIB**", disse. Um estudo do Insper e da Fundação Roberto Marinho indica que 75 mil jovens de 16 anos deixam de completar os estudos anualmente.

Para o executivo, uma das ferramentas que pode desidratar essas estatísticas é o Pé-de-Meia, novo programa do governo federal que oferece incentivo financeiro para quem concluir os estudos. Há 2,4 milhões de estudantes inscritos, segundo o Ministério da Educação. Serão pagos R\$ 200 a cada aluno por ano. "Projetos baseados em recompensa financeira têm mais impacto contra a evasão escolar do que programas de bolsas de estudo", disse ele, baseado em dados de países como Israel e Colômbia.

O evento Rumos 2024 foi uma realização do Valor, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"Estudos mostram que a evasão escolar é responsável por perdas de até 3%, ao ano, no **PIB**" Marcos Barbosa Pinto

"Os efeitos positivos da reforma trabalhista aparecem muito mais no trabalho formal que no informal" Silvia Matos

"A segurança pública é um dos temas mais lembrados [nas reuniões] das empresas" Cassiana Fernandez

"Sem um aumento da capacidade do poder central, o avanço da criminalidade não vai parar" Raul Jungmann

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

Nova fase da reforma tributária coloca setores em disputa

Marta Watanabe De São Paulo

Os projetos de lei de regulamentação que o governo federal deve mandar ao Congresso nos próximos dias darão largada à segunda fase da **reforma tributária** brasileira sobre consumo. As leis devem trazer mais de uma centena de páginas que prometem colocar em campo também centenas de "times" já em aquecimento para entrar no jogo e garantir a menor carga tributária possível para seu bem ou serviço.

As "exceções" à alíquota uniforme que inicialmente se pretendia buscar mostrarão agora seu custo. Além da definição dos produtos da Cesta Básica Nacional de Alimentos, por exemplo, há outros regimes que precisam ser regulados, como o diferenciado, o específico e o favorecido, que não são uma coisa só e, sim, três tipos de tratamento tributário diversos entre si (ver abaixo).

Além de acirrada, a disputa não permitirá muito tempo adicional de prorrogação. O calendário legislativo do ano, com eleições municipais no segundo semestre, torna o prazo apertado para aprovação da regulamentação ainda em 2024, algo importante para que a agenda da reforma não seja comprometida. O período de transição da reforma começa em 2026 e o ideal é que o ano de 2025 seja dedicado a elaborar os novos e complexos procedimentos operacionais que permitam, durante algum tempo, a convivência dos novos **tributos** sobre consumo com os atuais, que serão eliminados. Em meio às disputas, o que estará em jogo é o sucesso da reforma que busca neutralidade tributária, simplificação, maior transparência, menor volume de disputas judiciais e menor regressividade.

Na semana passada, no painel sobre a reforma do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo Valor, no hotel Rosewood, em São Paulo, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, antecipou que o governo entregaria ao Legislativo o projeto de pelo menos duas leis complementares com "mais de 100 ou talvez mais de 150 páginas" cada. O texto, disse, foi lido e relido várias vezes. "Uma vírgula a mais pode criar um contencioso." Loira informou também que os projetos já devem chegar ao Congresso com pelo menos 90% de convergência pelo lado federativo, com textos consensuais entre União, Estados e municípios. Ainda que os 10%

restantes não consensuais possam gerar discussões acaloradas, a movimentação que já acontece no Legislativo mostra que parte das batalhas mais disputadas dos próximos meses serão protagonizadas pelos diversos setores ofertantes de bens e serviços.

Segundo Loria, logo após a promulgação da emenda da reforma - Emenda Constitucional 132/2023, de 20 de dezembro - e apenas "três dias de férias" entre o Natal e Ano Novo, a equipe técnica de **reforma tributária** do governo iniciou os trabalhos para elaborar as propostas de textos de regulamentação. Além do trabalho mais intenso com Estados e municípios, alguns setores também foram ouvidos. "Mas certamente o Congresso é o campo fértil para o diálogo com a sociedade civil." Essa fase de disputas da **reforma tributária** promete trazer também uma nova formação e tática de jogo. No evento Rumos, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, contou que ficou "assustado" ao perceber que há mais de 200 frentes parlamentares estabelecidas sobre o tema da reforma no Congresso. "Não tínhamos nos apercebido que o setor produtivo está buscando nova estratégia e cada vez mais terá papel na construção das votações e nas negociações com o Executivo nos diversos níveis da União, Estados e municípios", disse. Segundo o senador, a formação de frentes parlamentares mostra inovação na estratégia legislativa e se consolidou com os debates da emenda.

A **reforma tributária** sobre o consumo vai substituir os atuais **tributos** federais PIS, Cofins e IPI, além do ICMS estadual e do ISS municipal pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de cobrança da União, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido conjuntamente por Estados e municípios. Além da CBS e do IBS, que são **tributos** sobre valor agregado, não cumulativos e que terão mesma base de cálculo e mesmo fato gerador, a reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), a ser cobrado sobre bens e serviços com externalidades negativas para saúde e meio ambiente.

Diferentemente da CBS e do IBS, o IS não dá direito a crédito. Os cinco **tributos** que serão eliminados foram responsáveis por 31,5% da carga tributária bruta total do país, segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional. Importante lembrar que essa fatia era de 36% em 2021 e caiu em boa parte porque em 2022,

por força de leis federais, os Estados reduziram a cobrança de ICMS em alguns setores.

Entre as mais disputadas frentes de batalha esperadas para os próximos meses está a definição dos produtos que entrarão na Cesta Básica Nacional de Alimentos. Os itens contemplados terão IBS e CBS com alíquota zero. Para se ter uma ideia do quanto a discussão sobre a tributação do que vai à mesa do brasileiro deve ser difícil, é importante destacar que em outro grupo de tratamento mais benéfico estabelecido pela emenda, o do regime diferenciado, também há, entre os itens que possibilitam redução de 60% na alíquota dos dois **tributos**, "alimentos para consumo humano". Ainda nos diferenciados, está estabelecida redução de 100% dos **tributos** para "produtos hortícolas, frutas e ovos".

"A frente parlamentar do agro-negócio é uma das mais poderosas e representa uma força no Congresso expressiva, diz Braga. Ele lembra que durante a tramitação da emenda da reforma, uma das sugestões do Senado foi uma cesta básica nacional com no máximo 35 a 40 itens e uma cesta estendida que poderia ser contemplada com cashback. Ou seja, IBS e CBS seriam pagos e a parcela de **tributos** seria devolvida a uma parte da população como instrumento distributivo, para amenizar a desigualdade social. Para o senador, isso evitaria que itens como salmão ou caviar entrassem no debate por algum tratamento mais benéfico dos **tributos**. Polêmica, a cesta estendida acabou retirada do texto final.

Rumos 2024 foi uma realização do Valor, com patrocínio master da Suzano e apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Benefícios são desafio para princípio da neutralidade

As "exceções", que distanciaram a emenda da **reforma tributária** do ideal, mas a viabilizaram politicamente, prometem agora ser os mais disputados campos de batalha para os vários setores de atividade. O balizador das jogadas será a neutralidade tributária, princípio pelo qual os **tributos** criados pela reforma mantêm a carga total dos que serão substituídos.

A Emenda Constitucional 132/2023 estabelece ao menos três tipos de tratamento mais benéfico ou adaptado para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): o diferenciado, o específico e o favorecido, todos com pontos cuja regulamentação é considerada suscetível a muita disputa.

No grupo do tratamento diferenciado, por exemplo, a

emenda estabelece reduções de 30%, 60% ou 100% do IBS e da CBS. Entre os itens com redução de 60%, que precisam ser regulamentados, há, além de "alimentos destinados ao consumo humano", serviços de educação, saúde, produções artísticas e "produtos de higiene pessoal e limpeza, majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda". Na redução de 100% estão, entre outros, dispositivos médicos e dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, além de medicamentos.

Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**, afirmou no evento Ru- mos, promovido pelo Valor, que é preciso ter cuidado porque há uma alíquota de referência - estimada pelo governo em torno de 27%-para que os novos **tributos** mantenham neutralidade tributária. Para isso, defendeu ser preciso "evitar excessos" nos regimes que permitem tratamento mais benéfico. "Se há uma alíquota reduzida de 60% para serviços de saúde, não faz sentido alíquota menor que essa para outro setor", disse. "Cada item pode ter impacto relevante na alíquota de referência. É preciso atenção e cuidado." Os regimes específicos também devem ser desafios à regulamentação, aponta Eduardo Fleury, sócio do FCR Law. Nesses regimes há adaptação no recolhimento do IBS e da CBS, em razão da especificidade das atividades. Fleury exemplifica com "as operações com bens imóveis". "Uma das questões é o capital velho versus capital novo", diz Fleury. No imóvel comercial já construído no modelo de tributação atual, explica, não houve crédito de PIS e Cofins porque o setor segue uma tributação cumulativa de 3,65% desses dois **tributos**.

"Então o custo do capex [despesa de capital] do investimento do imóvel já construído está com **tributos**. Mas o novo prédio que será construído, dependendo do modelo que será regulamentado, pode dar direito a crédito de IBS e CBS, o que levará à redução do Capex. Considerando que o valor do aluguel nos dois prédios é igual, o retorno do investimento do novo prédio será maior que o do prédio antigo." O resultado natural esperado, diz, será a desvalorização do prédio antigo. Isso, diz, pode ser contornado com crédito presumido ao prédio antigo, por exemplo. "Há várias saídas, mas é um problema sério a ser discutido." Fora do IBS e da CBS há também espaço para disputas. O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da reforma no Senado, ressaltou que o Imposto Seletivo (IS) tem despertado nos setores produtivos "grande preocupação" sobre quais itens serão considerados com ex-ternalidade negativa para saúde e meio ambiente. "O IS não pode aumentar a carga tributária e para isso é preciso muito cuidado." Segundo Loria, o objetivo do IS "não é arrecadar". Ele lembrou que o Senado havia inserido no texto da emenda uma condição de

"extrafiscalidade" para o imposto, mas a expressão caiu na Câmara dos Deputados. Para ele, a "calibragem" do IS durante a discussão da regulamentação no Congresso é uma questão política. (MW)

"Setor produtivo cada vez mais terá papel na construção nas negociações" Eduardo Braga

"Congresso é o campo fértil para o diálogo com a sociedade civil" Daniel Loria

"Uma das questões é o capital velho versus capital novo em bens imóveis" Eduardo Fleury

27% é alíquota referente para novos tributos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

Inovações da reforma tributária sinalizam conflito, diz ministra do STJ

O nível de inovação da **reforma tributária**, com dois **tributos** com o mesmo fato gerador e a competência tributária compartilhada do comitê gestor, sinaliza "potencial conflituosidade" do novo conjunto de regras, avalia a ministra Regina Helena, do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Para ela, o texto-base da emenda à Constituição da reforma, ao mudar radicalmente o modelo, abrirá outros focos de litígio e de embates, o que colocaria em xeque a pretensão de reduzir o volume de discussões judiciais em torno do recolhimento e pagamento de **impostos**.

Regina Helena coordenou uma comissão de especialistas dos setores público e privado que elaborou dez projetos de lei para modernizar o processo administrativo e tributário.

Na avaliação dela, o comitê gestor do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) é um "superórgão, com superpoder federativo, que só de ler dá medo". Esse novo imposto substituirá ISS (Imposto Sobre Serviços), municipal, e ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), estadual.

"Termos dois **tributos** com o mesmo fato gerador, um tributo instituído por lei complementar da União [o IBS], mas de competência compartilhada entre estados e municípios, para aqueles que têm alguma vivência, já sinaliza potencial conflituosidade", afirmou a ministra durante painel no Imersão Indústria, organizado pela Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), em Belo Horizonte.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A Folha mostrou que o IBS virou alvo de impasse na regulamentação do texto da reforma, pois não há consenso sobre a quem caberá a responsabilidade de uniformizar os entendimentos envolvendo o tributo.

Atualmente, estados e municípios têm instâncias próprias de discussão de seus contenciosos administrativos.

"Não podemos dizer que é uma reforma simples, muito

ao contrário. Em busca da simplificação, se promoveu modificações muito grandes", disse. "Vamos precisar de um nível de cooperação sem precedentes."

Para a ministra, o texto-base da reforma traz ainda outro ponto que "passou sem ninguém perceber", que foi a definição de que passará ao STJ a competência originária pelos conflitos tributários.

Com isso, ao invés de as discussões referentes a, por exemplo, decisões do comitê gestor, começarem na primeira instância, elas começarão diretamente no tribunal superior.

"O STJ teve uma competência desse tamanho para dirimir conflitos entre entes da federação, estados, União e estados, estados entre si, União e municípios, municípios e estados, sobre CBS e IBS, ou entre entes federativos e o comitê gestor."

Na avaliação dela, a intenção era concentrar a litigiosidade em um só tribunal, evitando que os entendimentos se dispersassem. Não está claro, porém, como fica a competência do STF (Supremo Tribunal Federal), a quem cabia solucionar conflitos federativos.

A regulamentação da **reforma tributária** ainda depende do envio ao Congresso de projetos de lei complementar que tratarão de 73 dispositivos alterados com a emenda aprovada no ano passado.

As propostas seriam enviadas até esta segunda (15), mas o Ministério da Fazenda decidiu atrasar a apresentação em uma semana.

Na avaliação da advogada Susy Gomes Hoffmann, do Ibet (Instituto Brasileiro de Estudos Tributários), o texto-base da reforma já trouxe para as empresas problemas imediatos a serem tratados antes mesmo das leis complementares.

Também em painel sobre **reforma tributária** no evento da Fiemg, a tributarista citou saldo credor de ICMS e subvenção. "Comecem a repensar", disse. Para a primeira situação, ela considera que as empresas precisam trabalhar nos estados para garantir a homologação do saldo credor, uma vez que nem todos têm.

Hoffman disse também considerar que as indústrias precisam acompanhar as discussões sobre o Imposto Seletivo.

Na avaliação dela, a definição de uma alíquota maior sobre produtos como bebidas alcoólicas e ultraprocessados poderá ter efeitos sobre fusões e aquisições e até mesmo exigirá a segregação de unidades de negócios que, por estarem sujeitas ao Imposto Seletivo, contaminariam toda a cadeia.

A repórter viajou a convite da Fiemg

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/inovacoes-da-reforma-tributaria-sinalizam-conflito-diz-ministro-do-stj.shtml>

Justiça determina exclusão do PIS/Cofins do cálculo do ICMS

Marcela Villar De São Paulo

Três decisões da justiça de Rondônia garantiram a contribuintes o direito de exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo do ICMS - uma das discussões que surgiram com o julgamento da "tese do século" pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Duas delas são recentes sentenças que beneficiam a varejista paranaense Gazin e o Grupo 3corações, fabricante de cafés.

Nas sentenças, ajuíza Inês Moreira da Costa, da 1ª Vara de Fazenda Pública de Porto Velho, entendeu que os **tributos** federais não fazem parte da operação e não representam faturamento ou acréscimo ao patrimônio das empresas. Ela se baseou tanto no julgamento do STF que excluiu o ICMS da base do PIS e da Cofins - a "tese do século" - quanto em um precedente da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Rondônia (processo nº 7014414-23.2022.822.0001).

Segundo tributaristas, são poucas as decisões favoráveis aos contribuintes. No Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por exemplo, a jurisprudência é contrária às empresas. Por conta das divergências, a controvérsia foi afetada em recurso repetitivo pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no fim do ano passado (Tema nº 1223). Como não há questões constitucionais envolvidas por ora, o STJ deve dar a última palavra.

Até então, se posicionaram dois ministros do STJ, em outro caso. O ministro Benedito Gonçalves foi contra os contribuintes, enquanto a ministra Regina Helena Costa foi a favor, permitindo a exclusão do PIS e da Cofins na base do ICMS. "É necessário que lei diga quais parcelas compõem a base de cálculo. Se a lei não disser, nós não podemos presumir diante da ausência de lei", afirma a ministra, ao proferir o voto, em agosto de 2023. O início do julgamento foi anulado e o processo foi suspenso para aguardar a decisão no repetitivo (REsp 1961685).

Nas sentenças da justiça de Rondônia, a juíza Inês Moreira da Costa entendeu que não há previsão legal na Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) - que trata do ICMS - para inserir os **tributos** federais na base de cálculo do imposto estadual (processos nº 7073389-04.2023.8.22.0001 e nº 7066717-

77.2023.8.22.0001).

"A base de cálculo do tributo estadual incide sobre o valor de circulação de mercadoria ou serviço, ou seja, calcula-se o ICMS sobre a transferência jurídica da mercadoria ou serviço, acrescida de juros, seguros, fretes e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição, de modo que não há previsão legal para se incluir os **tributos** federais, em especial o PIS e a Cofins, na base de cálculo do referido tributo", diz ajuíza.

Para a magistrada, deve ser acatada a tese dos contribuintes de que se o STF decidiu que o ICMS deve ser excluído do cálculo das contribuições sociais, "a operação inversa também deve ser verdadeira". Para o Estado de Rondônia, no entanto, é "inviável estender ao ICMS a interpretação aplicada à base de cálculo do PIS e da Cofins no julgamento do Tema 69 do STF, porque se tratam de **tributos** distintos e com base de cálculo própria".

Segundo a tributarista Adriana Stamato, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe, como deriva da "tese do século", a discussão tem menos impacto financeiro para as empresas. Porém, acrescenta, se somada a exclusão para todos os contribuintes, para os Estados é significativo. "Ganha outra dimensão, tanto é que foi para recurso repetitivo." No escritório, ela tem orientado clientes a entrar com mandado de segurança para discutir a tese e serem abarcados com o benefício, caso o STJ restrinja os efeitos por meio de modulação no recurso repetitivo. "É uma discussão sobre o conceito de fato gerador e o fundamento dos contribuintes é que o ICMS não faz parte do valor da mercadoria", afirma Adriana.

Fábio Rigo Bello, sócio-gestor do Tahech Advogados, que defende a Gazin, diz que a varejista precisou entrar com ação judicial em cada um dos Estados onde atua. Até então, a Justiça de Rondônia foi a primeira e única a proferir sentença a favor. "Foi precursor", afirma.

Na visão dele, a decisão da juíza está alinhada com o que decidiu o STF no Tema 69. "É uma decisão muito bem fundamentada e que conige essa distorção. As empresas brasileiras vêm sendo muito oneradas por conta da incidência de tributo sobre tributo. Não existe

previsão legal para isso", diz o advogado.

Para Leandro Vieira, sócio do Madrona Filho Advogados, a tese não é tão forte para as empresas, o que tem feito ele desaconselhar clientes a entrar com ações. "É uma matéria mais fraca para os contribuintes. A maioria das decisões é desfavorável", afirma. Ele entende que não é necessária previsão legal expressa para permitir a tributação. "A Lei Kandir diz que o valor da operação é a base de cálculo, e isso inclui o preço global da operação, ou seja, tudo que foi suportado de custo pelo vendedor." O tributarista Carlos Gama, sócio do Freitas, Silva e Panchaud Advogados Associados, porém, acredita que as empresas devem ganhar a tese. "Não passam de meia dúzia de decisões favoráveis para os contribuintes. Mas acreditamos que, no fim das contas, o STJ vai julgar de forma favorável, porque a base de cálculo do ICMS é o valor da operação, então isso excluiria PIS e Cofins." O Grupo 3corações, em nota, diz que a decisão é importante e deve servir de precedente para outros tribunais estaduais, "pois demonstra que, na linha do decidido pelo STF no julgamento do RE 574.706/PR (Tema 69), embora não haja garantia constitucional contra a sobreposição de **tributos**, é necessário existir expressa autorização legal, na esteira do entendimento exposto no voto da ministra Regina Helena Costa [STJ]".

De acordo com o advogado do grupo no caso, Thyago Bezerra, há ações em outros Estados, mas ele não recorda de nenhuma outra sentença favorável. Ele acrescenta que não há avaliação sobre o impacto financeiro, "pois ainda não estamos aproveitando a decisão"-ou seja, a varejista ainda está fazendo o recolhimento dos **impostos**.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria Geral do Estado de Rondônia informou que "não se manifesta sobre processos judiciais em trâmite, somente nos autos".

"Não existe previsão legal para a incidência de tributo sobre tributo" Fábio Rigo Bello

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187843>

Inflação desacelera mais para os mais ricos entre fevereiro e março

Lucianne Carneiro

A **inflação** desacelerou em março, frente a fevereiro, para todas as faixas de renda no Brasil, com alívio maior para famílias mais ricas, mas são os mais pobres que têm **inflação** menor nos últimos 12 meses.

O Indicador Ipea de **Inflação** por Faixa de Renda, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que a taxa caiu de 0,83% em fevereiro para 0,05% em março entre as famílias de renda alta, com renda domiciliar maior que R\$21.059,92.

Na média, o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou de 0,83% em fevereiro para 0,16% para março.

No segmento de renda muito baixa (renda domiciliar menor que R\$ 2.105,99, a preços de janeiro de 2024), a taxa de **inflação** recuou de 0,78% para 0,22%, entre fevereiro e março.

O grupo, no entanto, é o que tem a menor pressão inflacionária quando se considera o resultado acumulado em 12 meses: 3,25%. Na faixa de renda alta, é de 4,77%, enquanto na média do IPCA é de 3,93%.

De maneira geral, o comportamento dos preços de alimentos e de combustíveis ajudam a explicar a desaceleração da **inflação** em março, segundo o Ipea. Mas o grupo de renda alta foi beneficiado por um fator específico: os gastos do grupo educação. Fevereiro é mês de reajustes de mensalidades escolares, por causa do início do ano letivo, e esse fator de pressão não se repete em março.

No caso das famílias de renda mais baixa, os preços de alimentos continuaram pressionando o custo de vida, apesar da desaceleração.

"Mesmo diante de um desempenho mais favorável, o grupo alimentação e bebidas se constituiu, novamente, no principal foco de pressão inflacionária para as classes de renda baixa e média", escreveu a técnica do Ipea Maria Andreia Parente Lameiras.

Houve deflações em cereais (-0,42%) e carnes (-0,94%), mas altas em tubérculos (0,42%), frutas (3,8%), aves e ovos (1,7%) e leites e derivados

(0,74%).

Já o grupo transportes ajudou a segurar a **inflação** em março, com influências diferentes de acordo com a faixa de renda. A queda de preços de passagens aéreas (-9,14%) contribuiu para a menor pressão inflacionária da classe de renda alta, enquanto houve recuo de tarifas de trem (-0,19%) e do gás veicular (-0,20%), o que favoreceu os segmentos de renda baixa e média.

No resultado acumulado em 12 meses, todas as faixas de renda registraram desaceleração da **inflação** em março. "Embora em graus distintos entre as faixas, as maiores pressões inflacionárias nos últimos 12 meses residem nos grupos alimentação, habitação, transportes e saúde e cuidados pessoais", escreveu Lameiras.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843?page=1§ion=1>

Inflação de março pesou menos para famílias de renda alta

As famílias com renda mensal alta (acima de R\$ 21.059,92) sentiram menos o peso da **inflação**, em março, se comparadas com os lares de renda muito baixa (menor que R\$ 2.105,99).

Enquanto a **inflação** oficial do país ficou em 0,16%, o peso para o bolso das famílias que estão no topo da pirâmide foi de 0,05%. Já para a base, 0,22%.

A análise faz parte do estudo Indicador de **Inflação** por Faixa de Renda, divulgado nesta segunda-feira (15), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

O Ipea faz o desdobramento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-04-15%2023:38:13.pdf>

Aumento dos preços pesou menos para famílias com renda elevada

Brasília - As famílias com renda mensal alta (acima de R\$ 21.059,92) sentiram menos o peso da **inflação**, em março, se comparadas com os lares de renda muito baixa (menor que R\$ 2.105,99). Enquanto a **inflação** oficial do país ficou em 0,16%, o peso para o bolso das famílias que estão no topo da pirâmide foi de 0,05%. Já para a base, 0,22%.

A análise faz parte do estudo Indicador de **Inflação** por Faixa de Renda, divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

O Ipea faz o desdobramento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de fevereiro para março, a **inflação** das famílias de renda alta passou de 0,83% para 0,05. No caso das famílias de renda muito baixa, a desaceleração no período foi menos expressiva, de 0,78% para 0,22%.

A análise da pesquisadora Maria Lameiras destaca que os preços dos alimentos no domicílio e dos combustíveis explicam grande parte deste alívio inflacionário em março.

Mas as famílias de renda alta foram mais beneficiadas pela descompressão do grupo educação, que em fevereiro tinha sido impactado por reajuste de mensalidades escolares.

Um dos principais motivos para grupos familiares sentirem inflações diferentes é devido o perfil de consumo desses lares. Os mais pobres, por exemplo, têm o orçamento mais sensível a mudança nos preços de alimentos.

Já as famílias mais endinheiradas sentem mais alterações no custo de passagens aéreas, por exemplo. Esse item apresentou recuo de 9,1% em março, o que levou a uma "descompressão ainda mais significativa para a faixa de renda alta", segundo o Ipea.

Doze meses - No acumulado de 12 meses, há uma inversão.

As famílias de renda muito baixa percebem um

aumento de 3,25% no custo de vida, abaixo da média nacional, 3,93%. Já os lares com renda alta tiveram **inflação** de 4,77%.

Nesse período, a maior contribuição de **inflação** para famílias de menor renda são os alimentos, que subiram 0,79%. No caso das famílias de renda alta, os maiores pesos ficaram com os itens transportes (0,97%) e saúde e cuidados pessoais (0,99%). (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-04-2024/>

Pesos desiguais

As famílias com renda mensal alta (acima de R\$ 21.059,92) sentiram menos o peso da inflação, em março, se comparadas com os lares de renda muito baixa (menor que R\$ 2.105,99). Enquanto a inflação oficial do país ficou em 0,16%, o peso para o bolso das famílias que estão no topo da pirâmide foi de 0,05%. Já para a base, 0,22%.

A análise faz parte do estudo Indicador de Inflação por Faixa de Renda, divulgado nesta segunda-feira (15), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento.

O Ipea faz o desdobramento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem de fevereiro para março, a inflação das famílias de renda alta passou de 0,83% para 0,05. No caso das famílias de renda muito baixa, a desaceleração no período foi menos expressiva, Inflação de março pesou menos para famílias de renda alta, diz Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 0,78% para 0,22%. A análise da pesquisadora Maria Lameiras destaca que os preços dos alimentos no domicílio e dos combustíveis explicam grande parte deste alívio inflacionário em março.

Mas as famílias de renda alta foram mais beneficiadas pela descompressão do grupo educação, que em fevereiro tinha sido impactado por reajuste de mensalidades escolares.

Perfil de consumo Um dos principais motivos para grupos familiares sentirem inflações diferentes é devido o perfil de consumo desses lares. Os mais pobres, por exemplo, têm o orçamento mais sensível a mudança nos preços de alimentos.

Já as famílias mais endinheiradas sentem mais alterações no custo de passagens aéreas, por exemplo.

Esse item apresentou recuo de 9,1% em março, o que levou a uma "descompressão ainda mais significativa para a faixa de renda alta", segundo o Ipea.

Site:

https://diariodigital.verdesmares.com.br/uploadsAssinante/app/edicao/2024/4/16/compress_ed_16_661decea59687.pdf

Mudanças dificultam trabalho do BC, diz Campos Neto

ELIANE OLIVEIRA E RENAN MONTEIRO

Logo depois de o governo confirmar as mudanças nas metas para as contas públicas, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que alterações que tirem a credibilidade da política fiscal tornam o trabalho da autoridade mais difícil e aumentam o custo da política monetária, ou seja, da política de juros.

- Torna nosso trabalho muito mais difícil se houver a percepção de que não há uma âncora fiscal, porque a âncora fiscal e a âncora monetária precisam trabalhar juntas - disse Campos Neto, em evento nos Estados Unidos.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em março, o colegiado do BC reduziu a Taxa Selic em mais 0,5 ponto percentual, para 10,75% ao ano.

- Sempre que há uma mudança no governo que torna a âncora fiscal menos transparente ou menos crível, significa que você tem que pagar com custos mais altos do outro lado, então o custo da política monetária se torna mais alto -disse.

Na linha do que repete a comunicação oficial do Copom, Campos Neto voltou a falar que o ideal é que as metas não sejam alteradas e que se faça "o máximo possível em termos de esforço" para alcançar os alvos estabelecidos.

Um dos principais objetivos do ajuste nas contas públicas é permitir uma queda estrutural na Selic, aumentando investimentos privados e gerando empregos no país. Apesar das mudanças, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, afirmou que a revisão das metas não deve dificultar o trabalho do BC, já que indica números melhores que os esperados pelo mercado: -O sucesso dessa trajetória trará efeitos positivos em relação às expectativas que existem hoje, facilitando o trabalho do BC.

IMPACTO NA DÍVIDA

O indicador mais acompanhado pelo mercado e por especialistas para a trajetória de longo prazo das contas públicas é a dívida do governo. O afrouxamento das metas deve ter consequências negativas na trajetória da dívida. Estimativas usadas

pelo próprio governo apontam que é preciso um superávit de 1% do **PIB** para estabilizar a dívida. E esse patamar só vai ser atingido no próximo governo, em 2028, pelas projeções atuais. A equipe econômica aposta no crescimento da economia para melhorar o indicador de endividamento.

O governo projeta que a dívida bruta será de 76,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024 e atingirá o pico de 79,7% do **PIB** em 2027, para só então se estabilizar e começar a cair, em 2028. Essa queda seria gradual e lenta, até chegar a 74,5% do **PIB** em 2034 -ainda assim, um número próximo ao observado no fim de 2023 (74,4% do **PIB**). Ou seja, com as mudanças será necessário mais de uma década para o país retomar o patamar da relação dívida/**PIB** registrado no ano passado.

MAIS VERBA PARA EMENDAS

O secretário Ceron, disse que um dos principais objetivos do governo, na busca pelo equilíbrio fiscal, é manter a relação entre a dívida e o **PIB** em um patamar abaixo de 80%. Ele disse que a economia brasileira vinha se deteriorando ao longo dos últimos anos, melhorou, mas ainda inspira cuidados.

- O Brasil ainda inspira cuidados. Não podemos nos descuidar da política fiscal um só minuto.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê um total de R\$ 39,6 bilhões em emendas parlamentares impositivas (obrigatórias) em 2025, o equivalente a 0,32% do **PIB**. Neste ano, são R\$ 33,6 bilhões em emendas impositivas. As impositivas são emendas individuais e de bancada. Neste ano, há ainda R\$ 11 bilhões em emendas de comissão, que não são obrigatórias, ou seja, dependem da vontade do governo para serem executadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"BC deve estar dividido sobre corte de 0,5 ponto"

Alex Ribeiro De São Paulo

O ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC) Reinaldo Le Grazie acha que os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) devem estar divididos sobre cumprir a sinalização de corte de 0,5 ponto percentual na sua reunião de maio ou reduzir o ritmo para 0,25 ponto.

"Mexer na comunicação agora não ajuda na credibilidade", afirma Le Grazie, que atualmente é sócio da Panamby Capital. "A vantagem de diminuir o passo é estender o período de observação e, lá na frente, poder chegar à conclusão de que consegue ir mais longe [com o juro]." Em 2018, Le Grazie viveu um dilema semelhante no Copom, na gestão Ilan Goldfajn, quando não foi entregue uma queda sinalizada de 0,25 ponto. "Não foi uma experiência agradável", afirma. "O mercado piorou muito." Em entrevista ao Valor, ele lembra que, depois da piora do cenário internacional e local, a curva de juros futuros precifica uma queda de apenas 0,65 ponto percentual na Selic neste ano. Ou seja, se nada mudar, um corte de 0,5 ponto em maio significaria interromper o ciclo em junho. "É ruim", disse. "No cenário de hoje seria razoável o Copom diminuir o passo da queda de juros." Para ele, o responsável maior pelas turbulências é a piora no cenário internacional, mas a decisão do governo de adotar uma meta de superávit primário zero na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 agrava a situação. "Num dia como hoje [ontem], as coisas se acumulam", diz. "O mundo fica pior, e o Brasil está mais complacente." Le Grazie diz que uma opção é ampliar a oferta de swaps cambiais para substituir títulos públicos indexados ao dólar, as NTN-As, que estão vencendo. "Quando é uma questão que o governo é um ator da piora, o BC não gosta de intervir", pondera. "Mas hoje tem o local e o internacional. Pelo internacional, era uma boa oportunidade para fazer o restante da rolagem." Valor: Seria hora de o Banco Central rever a sua indicação de corte de 0,5 ponto percentual para a reunião do Copom de maio?

Reinaldo Le Grazie: Acho que o Banco Central estará um pouco dividido entre manter a comunicação, o movimento sinalizado, ou ser um pouco mais prudente e diminuir o passo. São dois lados. Mexer na comunicação agora não ajuda na credibilidade. A vantagem de diminuir o passo é estender o período de

observação e, lá na frente, poder chegar à conclusão de que consegue ir mais longe. O mercado hoje esta pondo uma queda de só 0,65 ponto percentual na curva de juro. É ruim, porque, se fizer 0,5 ponto em maio, em junho não faria mais nada. Se não tivesse a questão do "forward guidance" [projeção], de ter sinalizado lá atrás, em janeiro, que seriam duas quedas de 0,5 ponto, uma em março e outra em maio, acho que estaríamos caminhando para um Copom de 0,25 ponto. Claro, se a reunião fosse hoje, daqui a três semanas pode ser outro cenário. No cenário de hoje, seria razoável o Copom diminuir o passo da queda.

Valor: Então não seguir com o "forward guidance" causaria um custo para o BC?

Le Grazie: O Copom sinalizou "light", com "disclaimer", mas sinalizou. O **comunicado** dizia que, se a situação mudasse, a sinalização não valeria. Mas é mim. O pessoal cobra. Por isso que o forward guidance é perigoso. Quando vai dando certo, é bom. Vai perdendo a eficácia ao longo do tempo. E na hora que tem que sair dele, machuca, que é o cenário de agora. Então acho que o Copom vai estar dividido entre manter a sinalização para evitar ruídos ou diminuir o passo e ter mais tempo para respirar e ver o que acontece.

Valor: Quando você estava no BC, em 2018, o BC passou por uma situação parecida. Como foi?

Le Grazie: Não foi uma experiência agradável. O mercado piorou muito. Estávamos entregando quedas de 0,25 ponto em 0,25 ponto. Sinalizamos mais uma de 0,25 ponto e não entregamos. O mercado azedou muito rápido. Foi ruim não ter entregue. Fomos muito cobrados por não ter mantido a sinalização. Não tem resposta certa ou errada para isso, eu acho.

Valor: Se o Copom de fato concluir que cortar apenas 0,25 ponto em maio é o melhor, haveria condições de caminhar com a comunicação para preparar o mercado?

Le Grazie: É possível, sim. Se for nessa direção, a gente pode esperar um **comunicado** em um evento público de algum membro do Copom, do presidente ou de diretores. Podemos esperar alguma sinalização na linha de que as coisas mudaram, de que precisa reavaliar, que nada está escrito em pedra. Não estou

fazendo juízo de valor: um caminho é manter a comunicação, a credibilidade, e a outra é concluir que a mudança nas condições é tão grande que o BC tem que mudar. Depende do colegiado. A questão é que, por alguma infelicidade, essa turbulência, principalmente externa, chegou num momento do ciclo de juros em que o "forward guidance" estava saindo da comunicação. Se fosse um mês adiante, meio que estava resolvido. Claro que você pode argumentar que poderia ter mudado a comunicação antes. Por ironia do destino, ocorre num momento em que o último IPCA, pelo menos, foi menor. Mas o Brasil está muito parecido com os Estados Unidos, com a inflação pressionada em serviços.

Valor O que está pesando mais no mercado, fatores externos como juros americanos e conflitos no Oriente Médio, ou o fator interno da mudança da meta de superávit primário de 2024 na LDO?

Le Grazie: O externo ficou maior, mas junta tudo. O externo piora, e o interno vai na mesma direção. Aquele IPCA um pouco melhor é apagado pelo gasto fiscal que joga o juro para cima. Não ajuda. A expectativa da LDO era que já teria essa redução de superávit. Mas, se a LDO pega o mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje, as coisas se acumulam. O mundo fica pior e o Brasil está mais complacente.

Valor O que o Banco Central pode fazer neste momento para acalmaras mercados. Intervenção cambial é uma hipótese?

Le Grazie: O Banco Central só ofereceu US\$ 1 bilhão em swaps cambiais dos US\$ 3,8 bilhões de NTN-A que estão vencendo. É uma boa oportunidade para fazer um pouco mais, porque o real está piorando mais do que outras moedas. A LDO atua para o real ser o pior. Quando é uma questão que o governo é um ator da piora, o BC não gosta de intervir. Mas hoje tem o local e o internacional. Pelo internacional, era uma boa oportunidade para fazer o restante da rolagem. De resto, não tem muito o que fazer. O governo brasileiro quer fazer mais fiscal? Um fiscal mais expansionista tem que ter uma política monetária mais contractionista. O mercado já está sinalizando isso, talvez o Copom tenha que chegar nesse ponto.

"Se a LDO pegão mercado mais calmo, o impacto poderia ser mais comedido. Num dia como hoje [ontem], as coisas se acumulam"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

Gastar melhor é investimento no futuro do País

CARLOS RODOLFO SCHNEIDER

A dificuldade de se fazerem reformas no País, ressaltados alguns importantes avanços nos últimos anos, vem de dois fatores principais: dificuldade da sociedade brasileira de fazer escolhas e a defesa do status quo, de interesses, de privilégios, por grupos, segmentos, regiões.

O relatório Economic Survey 2023 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que engloba 38 países desenvolvidos e emergentes, apontou que o Brasil cresce menos do que a média dos emergentes e tem dívida pública muito superior. Chama a atenção para a importância de aumentar a produtividade da economia, especialmente quando perdemos o apoio do bônus demográfico. O que depende em boa medida do investimento público, que por sua vez, além de baixo, ainda vem caindo, resultado de uma política fiscal e orçamentaria equivocada, que sacrifica os chamados gastos discricionários, entre eles os investimentos, para privilegiar os gastos de custeio da máquina pública.

Os números deixam isso claro: os investimentos públicos em infraestrutura, durante a década passada, nos países emergentes, variaram em média de 5% a 7% do **PIB**, contra menos de 2% no Brasil. Os investimentos totais na economia brasileira variaram entre 15% e 20% contra a média de 23% dos países da OCDE, mais de 25% na Turquia e Índia, e mais de 40% na China. E pior, essa falta de recursos não motivou maior eficiência no gasto: um terço dos projetos públicos de infraestrutura no Brasil continua sendo paralisado temporária ou definitivamente. Diante desse quadro, o relatório serve de advertência a todos aqueles, dentro ou fora do governo, que pressionam por mais gastos públicos de custeio, seja por motivo político, seja para justificar pretensa necessidade para expansão da economia.

O Estado precisa aprender a gastar com mais eficiência o enorme volume de recursos que já arrecada. Temos que entender que o avanço vem de gastar melhor e não de gastar mais. Como na educação, onde gastamos perto de 6% do **PIB**, mais do que países que são referência e têm as melhores colocações no teste Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), em que estamos entre os

últimos colocados. Gastar mais significa consumir hoje, gastar melhor significa pensar no amanhã. Os países só evoluem quando investem no futuro, quando conseguem transformar o seu potencial em **PIB** potencial.

* Empresário

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-04-2024/>

Os desafios para a retomada dos investimentos

Alex Ribeiro De São Paulo

Com surpresas positivas no crescimento econômico, na queda da **inflação**, nas contas externas e na execução orçamentária mais imediata, o presidente Lula avança no segundo ano de seu terceiro mandato com o desafio de derrubar os juros de longo prazo e dissipar dúvidas sobre a direção da política econômica para convencer o setor privado a retomar os investimentos.

Confiança e custo de capital baixo são fundamentais para ampliar os investimentos na transição energética e na economia sustentável, áreas em que o Brasil tem vantagens comparativas, de acordo com a visão predominante nos debates do evento Rumos 2024, promovido no dia 8 pelo Valor, no hotel Rosewood, em São Paulo.

"Estamos num cenário de crescimento robusto, de **inflação** controlada, que nos permite, olhando para o ambiente externo e respeitada a autonomia do Banco Central, esperar que a trajetória do juro siga caindo até o fim do ano", disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, no evento. "Não estamos deixando de dar mostras de que vamos perseguir uma recomposição fiscal a todo custo." Segundo ele, o governo trabalha com uma agenda dupla de desenvolvimento: consolidação fiscal e ecológica. "Para que o país cresça com desenvolvimento social e ambiental, precisamos das duas agendas." Em paralelo, segue o desafio de, em período eleitoral, avançar com a agenda de reformas econômicas no Executivo e no Congresso, para garantir que os ganhos de produtividade de 2023, que foram muito concentrados no setor agrícola, espalhem-se para outros setores.

"O Brasil não vai conseguir crescer de forma sustentável sem atacar o problema da produtividade", disse Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda. Ele citou iniciativas aprovadas no Congresso para reduzir o spread bancário, como o marco de garantias, e editadas pelo governo para melhorar a educação e a produtividade do trabalho, como o programa Pé-de-Meia, que faz uma poupança para os jovens não abandonarem o ensino médio.

Nos últimos meses, o mercado financeiro aumentou de

1,2% para 1,9% a projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, mas a economia chega ao limite, também de 1,9%, que os analistas acreditam que possa crescer sem gerar desequilíbrios, tecnicamente conhecido como **PIB** potencial.

A chefe de pesquisa econômica para a América Latina do J.P. Morgan, Cassiana Fernandes, estima essa taxa em 1,5%, apesar das reformas econômicas aprovadas desde o governo **Temer**. "Para ter crescimento sustentável acima de 2% com a mudança demográfica que a gente teve, preciso esperar mais dados" que comprovem que a tendência realmente mudou, disse.

No curto prazo, a situação tem surpreendido favoravelmente, com queda da **inflação** a 3,93% no período de 12 meses até março. O retorno aos níveis inferiores a 4% ocorre, desta vez, sem os truques de cortes de **impostos** sobre energia feitos pelo governo Bolsonaro na pandemia, que deram alívio apenas temporário. Resta, porém, o desafio de levá-la à meta de 3%, num ambiente de expectativas de **inflação** desancoradas e de muitas dúvidas se o novo chefe do Banco Central que Lula deve indicar terá a mesma perseverança para persegui-la.

O saldo da balança comercial mudou de patamar e caminha para um superávit de R\$ 80 bilhões em 2024, graças ao bom desempenho da agricultura e aos crescentes recordes na produção e na exportações de petróleo. A volatilidade da cotação do dólar está nos seus menores níveis em muitos anos, mas pode ser afetada pelo atraso no início dos cortes de juros nos Estados Unidos pelo Federal Reserve (Fed).

Puxada pela atividade econômica mais forte, a arrecadação de **impostos** segue surpreendendo neste início de ano. Não foi necessário o gigantesco contingenciamento de gastos que muitos analistas temiam para março, que poderia desencadear uma crise caso fosse barrado pelo presidente Lula. O problema não foi resolvido: a trajetória prevista de superávits primários dos próximos anos está sob risco permanente de mudança, e os especialistas ainda não veem um horizonte para a queda da dívida bruta do governo geral.

A combinação de riscos externos, fiscais e monetários colocam forte pressão na curva de juros futuros, com

as taxas reais de longo prazo próximas a 6% ao ano. Junto com as incertezas criadas pelo ambiente internacional e pelo próprio governo, com ataques ao Banco Central e interferência em empresas públicas e privadas, esse cenário vem retardando investimentos na economia, que caíram 3% em 2023 e devem se expandirem 1,5% neste ano, segundo previsões do boletim Focus.

"Se tivermos condições de reduzir o custo de financiamento, abre-se espaço para o setor privado", disse a economista-chefe do Banco Santander e ex-secretária-executiva da Fazenda, Ana Paula Vescovi. "Temos que abrir espaço e dar os incentivos corretos para a iniciativa privada." Vescovi também estima o **PIB** potencial em 1,5%, mas diz que a **reforma tributária** poderá puxar esse número para cerca de 1,8%.

O diretor de Programa da Secretária Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Daniel Loria, adiantou a intenção de enviar dois textos complementares para regulamentar a emenda constitucional aprovada no ano passado. "Estamos empenhados numa construção coletiva da regulamentação para que chegue ao Congresso um projeto único, alinhado." O relator da proposta no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse que a reforma sobre consumo "é uma prioridade nacional" para o Congresso este ano. "A tramitação tanto na Câmara quanto no Senado terá um complicador que são as eleições municipais", reconheceu.

A ex-secretária da Fazenda de Goiás, Cristiane Schmidt, disse que a **reforma tributária** é a "grande reforma", mas que o Brasil precisa também de uma reforma administrativa e, talvez, uma nova reforma previdenciária. "Se queremos, como sociedade, diminuir a desigualdade, precisamos de fato fazer o ajuste fiscal, porque sem dinheiro no caixa ninguém faz nada." Um dos pontos que vem preocupando o setor privado é a repetição de iniciativas que já deram errado no passado, como a reedição da velha política industrial e uso das estatais para fazer investimentos com taxa de retorno duvidosa que interessam mais ao governo que às empresas.

O secretário de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo, disse que acompanhamento constante será fundamental, incluindo investimentos públicos. "É preciso garantir que as políticas públicas sejam avaliadas e corrigidas em um curto período", defendeu. "Não dá para esperar tempo demais para fazer a correção de rota." Rumos 2024 foi uma realização do Valor, com patrocínio master da Suza-no e apoios do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e da Federação Brasileira de

Bancos (Febraban).

O cenário nos permite esperar que a trajetória do juro siga caindo" Dario Durigan

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187843>

Caiado requer renegociação justa para estados brasileiros

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se reuniu ontem com cinco governadores para debater o refinanciamento das dívidas estaduais.

Governadores de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul falaram sobre a situação de cada unidade. Ronaldo Caiado, governador de Goiás, disse que é preciso uma renegociação justa com a União. "Os estados estão engessados devido a essas correções das dívidas que chegam a níveis estratosféricos, não restando nada para que os governos invistam em poder atender as necessidades de crescimento.

O que nós estamos pedindo são indexadores justos e uma renegociação para que haja também uma flexibilização no teto de investimentos para que não sejamos engessados na maneira como estão vivendo hoje a maioria dos estados", disse o governador.

Caiado destacou que a proposta é que as dívidas sejam corrigidas pela inflação medida pelo IPCA mais 1%.

Outro pedido dos estados é que ativos dos governos possam ser usados para abatimento de dívidas, como a federalização de estatais estaduais, por exemplo.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vem mediando as demandas dos estados com as propostas do governo federal.

"Nós pretendemos, ainda no mês de abril, devidamente alinhado com o ministro Fernando Haddad e sua equipe, e com o governo federal, iniciar o processo legislativo, com uma lei complementar que englobe todas essas alternativas e estabeleça um programa real e sustentável para pagamento efetivo dessas dívidas", adiantou o presidente do Senado.

No final de março, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou uma proposta de redução das dívidas dos estados vinculadas a contrapartidas de ampliação do ensino técnico estadual.

Segundo o Ministério da Fazenda, as dívidas dos estados chegam hoje a R\$ 740 bilhões, sendo que quase 90% desse valor são de débitos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-04-15%2023:38:13.pdf>

Dólar alcança maior valor desde março de 2023

São Paulo - O dólar registrou alta de 1,19% e encerrou o dia cotado a R\$ 5,182 ontem, seu maior valor desde março de 2023. Preocupações sobre o aquecimento da economia americana permanecem como principal catalisador, mas a divisa acelerou ganhos e chegou a bater os R\$ 5,214 na máxima da sessão após o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ter confirmado que o governo vai definir uma meta de resultado primário zero em 2025.

A aceleração, no entanto, também coincidiu com forte piora no humor externo, com os principais índices de Wall Street virando para o negativo.

A moeda chegou até a registrar leve queda no início do dia, num movimento visto como realização de lucros após o salto da semana passada, mas reverteu as perdas depois que dados mostraram alta bem mais intensa do que o esperado nas vendas no varejo dos Estados Unidos em março, em mais uma evidência de que a economia encerrou o primeiro trimestre em terreno sólido.

As vendas no varejo norte- -americano aumentaram 0,7% no mês passado. Os novos números esfriaram ainda mais as apostas sobre cortes de juros nos EUA e causaram uma disparada dos rendimentos dos títulos do Tesouro americanos, refletida no salto do dólar. No fim da tarde, os papéis americanos com vencimento de dez anos iam de 4,52% para 4,60%.

"Quando você tem uma taxa de juros elevada em um país considerado extremamente seguro, a tendência é que cada vez mais capital vá para lá. Como uma economia aquecida, uma taxa de juros ainda muito alta, o fluxo de capital continua, fazendo com que haja uma apreciação da moeda, não só perante o real, mas perante os outros pares também", afirma o assessor de investimentos da Valor, Gabriel Meira.

No Oriente Médio, centenas de drones e mísseis lançados de forma inédita pelo Irã de seu próprio território em direção a Israel aumentaram a disputa na região entre Tel Aviv e o autodenominado "Eixo da Resistência" - grupo de atores liderados por Teerã que se opõem ao Estado judeu, entre eles o Hamas na Faixa de Gaza.

Em momentos de conflito, investidores tendem a apostar em ativos de maior segurança, como é o caso

do dólar, o que também beneficia a moeda americana.

A expectativa era que o conflito também causasse choques nos preços do petróleo, o que não ocorreu. O petróleo Brent, referência internacional, caía 0,80%, para US\$ 89,73 por barril, no fim da tarde. O West Texas Intermediate, referência dos EUA, recuava 0,30%, para US\$ 85,40 por barril. Os mercados de ações também tiveram reações contidas.

Bolsa - Na Bolsa brasileira, o Ibovespa começou o dia oscilando, mas engatou leve queda no início da tarde e acelerou as perdas após a entrevista de Haddad, pressionada pela alta dos juro futuros locais.

"A gente está observando um movimento estressado na curva de juros, principalmente os vértices mais longos, acompanhando um cenário global após os resultados de **inflação** [dos EUA], que realmente vieram acima das expectativas, mais uma escalada ali no conflito do Oriente Médio, que pode também gerar uma pressão inflacionária e atrasar ainda mais os cortes de juros", afirma o sócio da One Investimentos, Yan Vasconcellos.

Com isso, o principal índice da Bolsa teve queda de 0,48% e terminou o dia aos 125.333 pontos, em seu menor patamar do ano. (Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-16-04-2024/>

Fiscal e EUA levam dólar ao maior nível em 1 ano

LUANA REIS E JOÃO SORIMA NETO RIO E SÃO PAULO

O dólar comercial encerrou ontem em alta de 1,24%, a R\$ 5,18, a maior cotação desde 27 de março do ano passado, quando ficou em R\$ 5,20. Durante o pregão, a divisa chegou a ser negociada a R\$ 5,21, uma valorização de 1,83%. Além da mudança na meta fiscal, pesaram dados fortes da economia americana e as tensões no Oriente Médio.

A moeda já abriu em alta e foi pressionada pelos dados de varejo nos Estados Unidos em março, que vieram acima do esperado pelos investidores. As vendas no setor cresceram 0,7% em relação a fevereiro, ante projeção de 0,3% do mercado. Os dados sugerem uma economia mais aquecida, o que traz incerteza sobre quando o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) irá começar a reduzir os juros. Isso tende a desfavorecer as aplicações em renda variável.

-Esse movimento de valorização do dólar não é de hoje. Dados de **inflação** e a atividade econômica nos Estados Unidos estão vindo bem mais fortes do que o esperado. Antes, o mercado chegou a precificar corte de juros em março, agora já está jogando para a segunda metade do ano. Isso levou a um fortalecimento do dólar frente a várias outras moedas, como o real -explica Felipe Salles, economista-chefe do C6 Bank.

A taxa de juros nos Estados Unidos está, atualmente, no maior patamar em mais de 20 anos, entre 5,25% e 5,50%.

Por volta das 14h30, o dólar atingiu a máxima do dia, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que a meta fiscal em 2025 será de zero e não de 0,5% do **PIB**, como estabelecido anteriormente.

-Com os juros globais em alta, todas as moedas emergentes sofreram hoje. No meio disso, o Brasil não mostra compromisso com o arcabouço fiscal, o que aumenta o risco-país. Nosso calcanhar de Aquiles é o fiscal, e no primeiro ano do arcabouço o governo mandou o recado de que não vai apertar o cinto e que prefere mudar a meta - diz Roberto Motta, estrategista macro da Genial Investimentos.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, mais uma mudança no arcabouço aponta a fragilidade da política fiscal do governo: -A mudança só reforça a ideia de que o (resultado) primário, no ano que vem, caminha para terminar com déficit acima de 0,5%. As recentes quebras no regime fiscal, menos de um ano depois da aprovação, mostram a fragilidade da política fiscal do governo.

Motta ressaltou ainda que o vencimento de US\$ 3,7 bilhões em títulos de NTN-A (atrelados ao dólar) ontem também pressionou o câmbio.

Para os especialistas, a moeda deve permanecer nesse patamar por mais algum tempo. O C6 Bank projeta que o dólar encerre o ano em R\$ 5,30, devido aos desafios fiscais no Brasil e à resiliência da economia americana.

- Também vemos essa questão no Oriente Médio como um grande fator de risco, porque não conseguimos prever os desdobramentos e, com uma escalada no conflito, o dólar pode subir mais. Mas por ora, não colocamos isso no nosso cenário -alerta Salles.

AÇÕES DA BRF SALTAM 10%

No mercado acionário, o Ibovespa fechou em queda de 0,49%, aos 125.334 pontos, também refletindo a mudança na meta fiscal e dados dos EUA. Das 85 ações do índice, 55 fecharam em baixa, 22 na estabilidade e 14 em alta.

Os papéis ordinários (ON, com direito a voto) da mineradora Vale subiram 0,58%, a R\$ 61,99, seguindo a valorização do minério de ferro no exterior. Já a Petrobras viu suas ações ON avançarem 1,46%, a R\$ 40,89, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) tiveram alta de 0,95%, a R\$ 39,31 -apesar de o barril de petróleo tipo Brent ter fechado em queda de 0,4%, a US\$ 90,10.

A maior valorização do Ibovespa foi a BRF, que saltou 10,15%, a R\$ 17,90, depois de os bancos JPMorgan e pelo Goldman Sachs elevarem a recomendação para os papéis da empresa.

- A reação inicial foi de que o conflito entre Irã e Israel teria efeito limitado, fazendo pouco preço sobre o

Ibovespa, que até o meio da tarde sofreu mais com temores fiscais e economia americana - afirma Aleksandro Nishimura, economista e sócio da Nomos.

Nos juros futuros, os contratos de DI com vencimento em janeiro de 2025 avançaram 1,14%, enquanto aqueles com vencimento em janeiro de 2026 subiram 2,15%.

-A mudança da meta fiscal mostra uma dificuldade do governo em atingir aquilo que ele tinha proposto anteriormente. O mercado já sabia que seria desafiador, mas quando vemos essa mudança se concretizando, sempre acaba afetando os preços dos ativos - diz Salles, do C6 Bank.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar tem nova alta com mercado agitado

O dólar à vista emendou o quarto pregão consecutivo de valorização na sessão de segunda-feira (15) e alcançou o maior valor de fechamento em mais de um ano. O ambiente externo foi marcado por fortalecimento da moeda americana e alta das taxas dos Treasuries - após dados de varejo nos EUA em março reforçarem a leitura que o Federal Reserve tem pouco espaço para cortar os juros neste ano. Somou-se a isso a percepção de corrosão prematura do novo arcabouço fiscal, com a mudança para a meta dos próximos anos.

Também aumentaram a agitação os temores de conflagração da crise geopolítica no Oriente Médio, dada a incerteza em torno da resposta de Israel aos ataques iranianos no último sábado, e as questões técnicas do mercado local.

Para o economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Nicolas Borsoi, o noticiário fiscal doméstico carregado - com destaque para a informação de que o novo arcabouço fiscal foi alterado muito antes da primeira mudança no extinto teto de gastos - prejudica o desempenho da moeda brasileira.

Situação

"O mercado já sabia que o governo não ia entregar as metas de primário, apesar dos projetos de aumento de arrecadação. O que surpreende é a velocidade da deterioração. O governo está desistindo muito cedo", afirma Borsoi.

A meta fiscal para 2025 foi alterada de superávit de 0,5% do **PIB** para 0%. Em antecipação à divulgação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PEDO), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou a modificação da meta. O objetivo agora é entregar algum superávit ainda no mandato do presidente Fula, disse Haddad.

De fato, o PEDO trouxe meta de superávit primário de 0,25% do **PIB** em 2026, com banda de 0,25 ponto percentual. No arcabouço, contudo, era esperado saldo de 1,00% do **PIB** daqui a dois anos. (AE)

Balança comercial tem superávit em abril

Abalança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 1,960 bilhão na segunda semana de abril, conforme dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

(MDIC). O saldo foi resultado de exportações de US\$ 6,755 bilhões no período menos importações de US\$ 4,794 bilhões.

Como desempenho na segunda semana, no mês de abril, a balança comercial já acumula superávit de US\$ 4,772 bilhões, com exportações de US\$ 14,396 bilhões e importações de US\$ 9,623 bilhões. No ano, o saldo comercial já é positivo em US\$23,851 bilhões. As vendas externas somam US\$ 92,668 bilhões no acumulado no ano e as importações, US\$ 68,817 bilhões. Na média diária, as exportações de abril de 2024 registram queda de 4,4% sobre 2023. (AE)

Site:

<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15503/16-04-2024.html?all=1>